

Revista Ensinando e Aprendendo



Ipiranga do Sul, v. 5, n.5, novembro/2022 - ISSN 2595-9565



Publicação da Prefeitura Municipal e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ipiranga do Sul-RS

PERIODICIDADE

Anual

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Carlos Antônio da Silva, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões,
URI Erechim, RS, Brasil

Ms. Idanir Ecco, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões,
URI Erechim, RS, Brasil

Dr^a. Jacqueline Raquel Bianchi Enricone, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das
Missões,

URI Erechim, RS, Brasil

Dr^a. Lidiane Cássia Comin

Secretaria Municipal de Educação e Cultura Ipiranga do Sul

Ms. Rochana Basso

EDITORAS

Dr^a Lidiane Cássia Comin, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Ipiranga do Sul, RS, Brasil
Esp. Dinéia Carem Casanova, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Ipiranga do Sul, RS, Brasil

CAPA: (Assessoria de Marketing, Comunicação e Eventos /URI Erechim)

REVISTA ENSINANDO E APRENDENDO / Prefeitura Municipal de Ipiranga do Sul.
- V.5, n. 5, 2022. – Ipiranga do Sul : Lidiane Cássia Comin, v.5, n.5, novembro,
2022.

Anual

ISSN 2595-9565

1. Educação I. Prefeitura Municipal de Ipiranga do Sul.

C.D.U.: 37(05)

Catálogo na fonte: bibliotecária Sandra M. Milbrath CRB 10/1278



Rua do Comércio, 124
CEP 99925-000 - Ipiranga do Sul, RS, Brasil

SUMÁRIO

Apresentação	5
A importância dos pais no processo educativo dos filhos e o papel exercido pela escola na educação dos filhos	9
A nutrição escolar na formação de hábitos alimentares saudáveis	16
Síndrome do pescoço de texto: orientações para pais e professores	23
A importância da psicomotricidade na educação infantil	29
Tecnologias: recursos didático-pedagógicos digitais e as habilidades e competências propostas pela BNCC/2018	38
As diferentes configurações familiares: revisão conceitual	48
A cooperação da família e escola na educação de crianças	57
Pombero: o uso de lendas na educação ambiental das crianças	64
A percepção discente frente à experiência da aprendizagem em aulas presenciais e não presenciais	71
O Ensino de Ciências na Educação de Jovens e Adultos: a percepção dos estudantes em relação ao componente curricular	81
Tecnologia e educação: análise bibliométrica das últimas duas décadas (2000 a 2019)	90
A potencialização das desigualdades educacionais no contexto da pandemia de Covid-19: reflexões a partir das vivências possibilitadas pelo PIBID URI Erechim/RS	101
Educação ambiental nas escolas	109

O ensinar e o aprender contextualizados e significativos: estratégias didático- metodológicas	114
Avaliação, prática docente e o papel do coordenador pedagógico no processo avaliativo	123
A alfabetização na educação especial	129
Ludicidade na alfabetização de crianças nos anos iniciais	135
Relato de escuta ativa e prática na educação infantil	142

APRESENTAÇÃO

A educação tem o potencial de transformar vidas por meio da aquisição do conhecimento e de habilidades (BAUMGARTNER, 2001).

A Educação é fulcral para que se alcance o bem-estar da humanidade. Como seres caracterizados pela incompletude do saber para agir, precisamos, cada vez mais, aprender a bem viver. Essa meta somente será possível alcançar se todos tiverem acesso ao conhecimento, fundamentado pela ciência, para embasar suas decisões e balizar suas ações. Uma sociedade só poderá atingir um nível de desenvolvimento cultural, econômico e social, que a coloque em posição de destaque, se tiver muitos investimentos, nomeadamente em educação humanística, científica, tecnológica e inovadora de excelência. As parcerias entre a Gestão Pública, a Universidade e as Escolas são essenciais para que se tenham condições favoráveis para uma educação de qualidade.

Foi com muita alegria que recebi o convite para fazer a apresentação desta quinta edição da Revista Ensinando e Apreendendo, publicada pela Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Ipiranga do Sul-RS, com o apoio da URI, pois acredito que, por meio da educação, podemos transformar vidas. Para isso, não basta apropriar-se da cultura e produzir novos conhecimentos, que é condição necessária, porém não suficiente. Urge que se divulgue o conhecimento, de forma ampla e acessível à população, para que possa pensar e agir com o que sabe.

A promoção de uma educação que tenha o potencial para essa transformação, somente será possível se ocorrer uma sintonia entre a família e a escola, tema do primeiro artigo “A importância dos pais no processo educativo dos filhos e o papel exercido pela escola na educação dos filhos”. As autoras Dinéia Carem Casanova e Daiane Conte, a partir de uma revisão integrativa de literatura relacionada ao tema, concluem que “ainda existem muitos desafios que o aprendizado escolar necessita superar, entre eles está o desafio de aproximar a família da escola”. Escola e família são vitais para a formação humana. A primeira é a instituição mediadora que deve complementar as aprendizagens familiares e acrescentar conhecimentos científico-escolares, para que o indivíduo possa ampliar a formação básica recebida na família e ter condições para resolver os problemas com os quais se defrontará pela vida afora.

Igualmente, na perspectiva da parceria entre escola e família, temos o segundo artigo, que trata sobre “A nutrição escolar na formação de hábitos alimentares saudáveis”, tendo presente que as aprendizagens incentivadas no contexto escolar terão repercussões na promoção da saúde familiar. Como afirma a autora, Joane Diomara Coleone, o Programa Nacional de Alimentação Escolar preconiza que “a escola deve ofertar preparações saudáveis e completas, ricas em nutrientes”. Ademais, alerta que “garantir a oferta de preparações saudáveis, associadas à prática de ações de educação nutricional proporcionará aos alunos melhor desempenho escolar e o desenvolvimento de hábitos saudáveis para a vida toda”.

Contribuindo para a reflexão sobre a importância da parceria escola e família na promoção da saúde, temos o terceiro artigo, “Síndrome do pescoço de texto: orientações para pais e professores”, das autoras Adrielli Barberini, Bruna Samara Pollon e Vanessa Gezebeluka. Numa sociedade cada vez mais dependente das tecnologias digitais, é importante que ambas as instituições

estejam atentas aos problemas que podem surgir, em virtude do uso incorreto e excessivo de aparelhos tecnológicos, tais como os *smartphones*.

As autoras, Adriana Granja Beledelli e Monica Rossetto, no quarto artigo, “A importância da psicomotricidade na Educação Infantil”, relatam uma série de atividades vivenciadas em sala de aula, envolvendo crianças pequenas. Servem como importantes sugestões para professores da Educação Infantil realizarem, com seus pupilos, para que possam desenvolver, adequadamente, a psicomotricidade, haja vista que ela contribui, de forma muito significativa, para o desenvolvimento integral da criança.

Em continuidade, ainda com olhar específico para a educação de crianças, desde a mais tenra idade, temos o quinto artigo “Tecnologias: recursos didático-pedagógicos digitais e as habilidades e competências propostas pela BNCC/2018”, dos autores Karlislei Aline Morganti Sadoski, Carlos Antônio da Silva, Rochana Basso e Mateus Baldissera. O objetivo foi analisar, por meio de rastreamento das plataformas digitais *Spotify* e *Youtube Kids*, se os conteúdos das músicas e vídeos apresentados são condizentes com o que se espera da criança de 3 a 5 anos. As conclusões apontam que os aplicativos analisados são bons recursos para trabalhar em sala de aula, pois tornam as atividades mais dinâmicas e divertidas para a criança e apresentam potencialidades para atender ao que preconiza a legislação em vigor, nomeadamente a Base Nacional Comum Curricular – BNCC/2018.

Uma educação de qualidade exige que a escola tenha presente o contexto atual e esteja atenta às mudanças que vão se estruturando, inclusive com respaldo da legislação. Uma dessas mudanças é abordada no sexto artigo, “As diferentes configurações familiares: revisão conceitual”, que é de autoria de Tainá de Oliveira, Carlos Antônio da Silva, Rochana Basso e Mateus Baldissera. Ao historicizar a família, desde a antiguidade até os tempos atuais, o artigo contribuiu para a compreensão da evolução ocorrida e o respeito às novas configurações familiares, que devem ser consideradas na educação desde cedo.

“A cooperação da família e escola na educação de crianças”, sob a responsabilidade de Aline Kubiak, Lara Fabia Dalla Rosa e Helen Clara Keller Bortoletti, constitui o sétimo artigo da edição 2022, reforçando a importância da parceria entre escola e família, para uma educação de qualidade. Por meio de uma revisão bibliográfica, as autoras constataram que essa relação deve ser de cooperação e comprometimento de ambas as partes, de modo a contribuir para o crescimento, desenvolvimento e menor incidência de problemas prejudiciais à criança.

Uma educação que atenda aos desafios do contexto atual do mundo, não pode prescindir dos aspectos relacionados à questão ambiental. De forma lúdica, utilizando lendas, mitos e contos do folclore popular, a educação para o cuidado com os seres vivos e recursos de nosso Planeta, pode e deve ser contemplada desde a educação infantil. Esse é o tema que os autores Fernando Gabriel Molas e Rochana Basso apresentam no oitavo artigo, “Pombero: o uso de lendas na educação ambiental das crianças”.

Na sequência, temos o nono artigo, “A percepção discente frente à experiência da aprendizagem em aulas presenciais e não presenciais”, assinado por Lidiane Cássia Comin. Trata-se de uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa, baseada em pesquisa de campo e estudo de caso, em uma escola do interior do Rio Grande do Sul, que atua na educação básica, nos níveis da Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais, e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Os resultados indicam que o processo de ensinar e aprender é dinâmico, necessita ser repensado, continuamente, no contexto escolar e no contexto familiar, independentemente, de ter, ou não, as restrições impostas por uma pandemia, como a COVID-19. Contudo, o período de

isolamento físico foi mais crítico e precisa ser considerado na retomada das atividades escolares na modalidade presencial.

No décimo artigo, a abordagem é relacionada ao ensino de Ciências da Natureza, sob a ótica de estudantes da EJA. Com autoria de Fabiane Turella Pedrozo Tomassini, “O ensino de Ciências na Educação de Jovens e Adultos: a percepção dos estudantes em relação ao componente curricular”, buscando entender a articulação do currículo com o cotidiano dos estudantes. Os resultados indicam que, embora os estudantes apreciem as aulas de Ciências, na EJA tem havido dificuldades para promover a integração ao contexto socioeconômico por eles vivenciado, com repercussões para a formação de professores nessa modalidade de educação.

Resultante de um estudo de natureza exploratória, fazendo uso de técnicas bibliométricas, em busca de identificar o crescimento da produção científica na temática tecnologia e educação, especificamente na base de dados Scopus, temos o artigo “Tecnologia e Educação: análise bibliométrica das últimas duas décadas (2000-2019)”, assinado por Edson Pedro Zambon e Lidiane Cássia Comin. A contribuição principal da pesquisa reside no fato de os dados encontrados possibilitarem aos pesquisadores brasileiros maior qualidade na consulta de estudos especializados na área.

Continuando a apresentação dos artigos desta quinta edição da Revista Ensinando e Aprendendo, temos “A potencialização das desigualdades educacionais no contexto da pandemia de COVID-19: reflexões a partir das vivências possibilitadas pelo PIBID URI ERECHIM/RS”, cuja autoria é de Marina Fátima Onyszko, Idanir Ecco e Edite Maria Sudbrack. Segundo os autores, seus resultados foram construídos ao abrigo do subprojeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID, desenvolvido pela URI e que se alicerçou nas vivências formativas de alfabetização, literacia e numeracia para a qualificação da aprendizagem da Educação Infantil e dos anos iniciais (1º e 2º ano) no Ensino Fundamental, com base na nova Política Nacional de Alfabetização (PNA). Concluem que a realidade de dificuldades e limitações, vivenciadas na educação, não foi gerada, mas elucidada e potencializada pela Pandemia, trazendo sérias implicações para a gestão da educação nos mais diferentes aspectos e níveis.

Muito além da Pandemia, ainda em curso, porém, tendo ela como consequência, o planeta Terra apresenta problemas, a maioria deles, decorrentes da ação antrópica descomprometida com a sustentabilidade ambiental, mantendo um consumismo exagerado como se os recursos naturais não fossem finitos. Essa crítica situação planetária necessita uma qualificada “Educação Ambiental nas escolas”, título do décimo terceiro artigo que apresentamos. Ao propor este artigo, Tatieli Rodighiero Hahn e Paula Cristina Bombana Inocente tiveram como objetivo analisar a importância da educação ambiental, no âmbito escolar, bem como demonstrar como ela pode ser uma ferramenta utilizada para a conscientização ambiental.

Somando-se ao propósito de contribuir para a educação integral e significativa dos estudantes, nomeadamente na Educação Básica, temos o décimo quarto artigo, “O Ensinar e o Aprender contextualizados e significativos: estratégias didático-metodológicas”, cuja autoria é de Idanir Ecco e Heidy Gelhardt. Os autores concluem que essas estratégias rompem com o conceito disciplinar, exigindo que o professor conheça, estude e planeje de acordo com os saberes e as vivências de seus estudantes. E, é por isso que o ensino se torna contextualizado, com sentido para o estudante.

Na sequência, com o objetivo de refletir acerca da avaliação escolar, prática docente e o papel do coordenador pedagógico, apresentamos o décimo quinto artigo, “Avaliação, prática docente e o papel do coordenador pedagógico no processo avaliativo”, assinado por Rafael Pedott.

Partindo do pressuposto de que “a avaliação é um sistema complexo e requer cautela, pois aborda tarefas contextualizadas, utiliza conhecimentos disciplinares, colaboração, estratégias, correção, critérios, autoavaliação, dificuldades, exigências”, como afirma o autor, o papel de um coordenador pedagógico é crucial junto à equipe docente. Requer, para que seja desempenhada de acordo, uma formação continuada, espaço e tempo propícios.

A educação escolar nunca foi uma tarefa simples, porém, com a crescente complexidade da sociedade hodierna, o próprio ambiente escolar também vai ficando mais complexo, exigindo formas diferenciadas de ensino. Pelos desafios que apresenta, a educação especial merece muita atenção e o décimo sexto artigo, das autoras Helen Clara Keller Bortoletti, Aline Kubiak e Lara Fabia Dalla Rosa, trata sobre a importante temática da “Alfabetização na educação especial”.

A alfabetização continua em pauta no décimo sétimo artigo, agora com o acréscimo da questão da inserção do lúdico na educação escolar. “Ludicidade na alfabetização de crianças nos anos iniciais”, de autoria de Lara Fabia Dalla Rosa, Helen Clara Keller Bortoletti e Aline Kubiak, nos provoca a pensar sobre a importância da aplicação da ludicidade no processo de alfabetização de crianças, de forma a extrapolar o tradicionalismo em sala de aula, fazendo com que sintam prazer em estar na escola e em aprender, como pontuam as autoras.

Encerrando essa quinta edição, Monica Rossetto nos brinda com o artigo “Relato de escuta ativa e prática na Educação Infantil”. Como afirma a autora: “Por meio da escuta sensível ou escuta ativa, pode-se concluir que a criança, quando lança uma ideia e que é ouvida, ela ganha força para alavancar a sua aprendizagem”. Nessa direção, se a aprendizagem se torna mais significativa quando a criança é protagonista, as escolas devem deixar de ser auditórios e se transformar em laboratórios, como afirma Becker (2010).

Ao concluir, podemos dizer a você, estimado leitor, estimada leitora, que temos nessa coletânea de 18 artigos, que ora apresentamos, bons indicadores de um coletivo de educadores inovadores, que busca criar condições para uma educação transformadora. Mais que olhar uns **para** os outros, nesse coletivo se olha **com** os outros sobre a complexidade dos processos de ensino e de aprendizagem, como responsabilidade não apenas da escola, mas de igual forma, da família e da administração pública.

Cumprimentos aos editores da Revista Ensinando e Aprendendo, gratidão aos autores pela partilha de saberes e votos de vida longa a essa valiosa forma de publicação coletiva. Tenham presente que podem contar sempre com a URI, uma universidade comunitária de excelência, na promoção de uma educação de qualidade, transformadora de vidas.

Boa leitura a todos!

Prof^ª. Dr^ª. Neusa Maria John Scheid

Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação da URI

A IMPORTÂNCIA DOS PAIS NO PROCESSO EDUCATIVO DOS FILHOS E O PAPEL EXERCIDO PELA ESCOLA NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS

Dinéia Carem Casanova¹

Daiane Conte²

INTRODUÇÃO

Ao observar a instituição família e escola considerando suas diferenças e semelhanças, compreendendo-as sob o olhar denso da cultura, levam-se em consideração os cidadãos, homens e mulheres, enquanto sujeitos sociais e históricos, presentes e atuantes na história da sociedade, tão arraigada de divisores de classes, que separam constantemente os homens da natural condição de igualdade. Diante de tal realidade, a escola, sendo instrumento da educação, enfrenta grandes desafios, quanto às ações que promove.

A família é espaço sociocultural cotidiano e histórico no processo de socialização, se relaciona com as instituições de ensino, tornando-se berço de atitudes, bem como de mudanças, ou estagnação, da realidade na qual a sociedade a insere, pois é delas que partem os sujeitos sociais que irão manter, ou mudar, a si próprios e, conseqüentemente, a realidade onde estão inseridos.

Vê-se uma relação família e escola, desenvolvida de maneira responsável e comprometida com o avanço da sociedade, é crucial para a evolução da educação de um país. Muitas vezes surge a pergunta, por que pais e professores ainda não conseguem se entender? Por que os pais não correspondem às expectativas da escola no que se refere à relação dia de: famíliaxescola.

Atualmente a família reclama da excessiva cobrança da escola para que os pais se responsabilizem mais pela aprendizagem da criança, da ausência de um currículo voltado para a transmissão de valores e da preparação do aluno para os desafios não acadêmicos da sociedade e do mundo do trabalho. Por outro lado, a escola reclama da ausência da família no acompanhamento do desempenho escolar da criança, da falta de pulso dos pais para dar limites aos filhos, da dificuldade que muitos deles encontram em transmitir valores éticos e morais importantíssimos para a convivência em sociedade.

O ser humano aprende o tempo todo, o papel da família é fundamental, pois é ela que decide, desde cedo, o que seus filhos precisam aprender, quais as instituições que devem frequentar o que é necessário saberem para tomarem as melhores decisões no futuro.

É preciso compreender a família como um fenômeno historicamente situado, sujeito as alterações, de acordo com as mudanças das relações de produção estabelecidas entre os homens [...] É evidente que as funções da família vão depender do lugar que ela ocupa na organização social e na economia. (ARANHA, 1989, p. 75).

¹ Dinéia Carem Casanova, Professora Municipal da Rede Municipal Pública de Ipiranga do Sul- RS

² Psicóloga, Psicopedagoga Clínica e Institucional, Especialista em Deficiência Intelectual. daiane.psicologa@yahoo.com.br

Atualmente, numa sociedade de intensa competição e de falta de oportunidades, índices alarmantes de violência e pobreza, grande diferenciação de classes, com os indivíduos cada vez mais ocupados e conseqüentemente mais distantes como, por exemplo, quando escolhem morar sozinho, mas também socialmente, quando do isolamento social – reconhecem-se numerosas formações familiares, como aquelas chefiadas somente por mulheres ou somente por homens, aquelas formadas por casais sem filhos (seja por vontade própria ou não), até aquelas provenientes da união de casais homossexuais, embora esta ainda, a exemplo de alguns países, não tenha sido legalizada no Brasil.

Na sociedade brasileira, para a convivência e regulação das condutas provenientes das relações sociais, houvera o estabelecimento de leis que pudessem defender os direitos e exigir o cumprimento de deveres norteadores da educação, onde a especificidade de algumas como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 2005), regulamentam os dispositivos constitucionais e estabelecem as normas referentes à proteção do educando, enquanto principal sujeito da relação escola-família.

Segundo o disposto na Constituição Federal (indicar o ano), a educação é um direito de todos, bem como dever do Estado e da própria família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração de toda a sociedade, para o desenvolvimento pleno da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF indicar o ano, art.205), sendo que é competência privativa da União legislar sobre diretrizes e bases da Educação Nacional, consoante o disposto no artigo 22, XXIV, do texto constitucional.

Observando a definição de que a educação, “[...] é um direito de todos e dever do Estado e da Família” (BRASIL, 1988), vê-se que a Lei Maior procura registrar em seu texto, a garantia de que as instituições ligadas ao ato educacional – Poder Público (União, Estado e Municípios) e a Família – têm a corresponsabilidade social de inserir e cuidar da educação de seus membros.

A família não é o único canal pelo qual se pode tratar a questão da socialização, mas é, sem dúvida, um âmbito privilegiado, uma vez que este tende a ser o primeiro grupo responsável pela tarefa socializadora. A família constitui uma das mediações entre o homem e a sociedade. Sob este prisma, a família não só interioriza aspectos ideológicos dominantes na sociedade, como projeta, ainda, em outros grupos os modelos de relação criados e recriados dentro do próprio grupo. (CARVALHO, 2006, p. 90).

Compreende-se que, o papel a ser exercido pela escola, ultrapassa o ensino pedagógico presencial da sala de aula, e o da família, vai muito além do simples sustento (alimentação, moradia, vestuário e etc.) para com os filhos que a frequentam.

Diante de tais defesas, a análise da ligação entre as instituições, família e escola paralelamente às diferenciações existentes entre elas, ou seja, os pontos relevantes considerados as peculiaridades e as transformações histórico-sociais, abrem espaço para questões a respeito de qual seria a real e atual relação existente entre elas, bem como estaria se dando tal relacionamento na contemporaneidade.

Di Santo (2006, p. 2), em seu artigo Família e Escola: uma relação de ajuda relata que: Atualmente, a família tem passado para a escola a responsabilidade de instruir e educar seus filhos e espera que os professores transmitam valores morais, princípios éticos e padrões de comportamento, desde boas maneiras até hábitos de higiene pessoal. Justificam alegando que trabalham cada vez mais, não dispendo de tempo para cuidar dos filhos. Além disso, acreditam que educar em sentido amplo é função da escola. E, contraditoriamente, as famílias, sobretudo

as desprivilegiadas, não valorizam a escola e o estudo, que antigamente era visto como um meio de ascensão social.

DESENVOLVIMENTO

Ao desconhecer as pessoas, suas formas de vida, seus motivos, suas concepções, a escola não percebe as diferenças que existem entre o eu e o outro perdendo a chance de dialogar com quem a frequenta. Com base em Todorov (1983) pode-se dizer que o que a escola faz, por meio de seus professores, é uma projeção do sujeito enunciante sobre o universo, uma identificação entre meus valores e os valores. A escola não fala diretamente ao outro, mas para o outro, portanto, não reconhece nele uma qualidade de sujeito. (GARCIA, 2006)

A família é o principal espaço de referência, proteção e socialização dos indivíduos, independente da forma como se apresenta na sociedade. Ela exerce uma grande força na formação de valores culturais, éticos, morais e espirituais, que vêm sendo transmitidos de geração em geração.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) em seu artigo 19 diz que “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família”, trazendo mais uma vez a importância da família, pois a família é a principal educadora de seus filhos.

Existe uma relação natural entre paternidade e educação, porém convém citar a diferença entre as duas coisas, paternidade é dar a vida a um novo ser, e educação é ajudar o filho a crescer como pessoa e proporcionar meios para que os ele possa adquirir valores.

Tais valores vivenciados no ambiente familiar contribuem significativamente para a formação do caráter da criança, para a sua socialização e para o aprendizado escolar. Na sociedade atual, é cada vez mais significativa a participação dos pais na formação e na educação de seus filhos.

Porém, tem se observado que nos últimos anos a família está deixando para a escola a responsabilidade da educação das crianças, não está havendo de fato, uma integração entre esses dois sistemas no que concernem as tarefas relativas ao aprendizado das crianças.

Família e escola tem o mesmo desejo: o de preparar as crianças para o mundo; a família com suas peculiaridades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola por sua vez tem a metodologia e as suas crenças para educar uma criança, mas precisa da família para concretizar o seu projeto educativo.

A parceria entre a família e a escola é de suma importância para o sucesso no desenvolvimento intelectual, moral e na formação do indivíduo na faixa etária escolar. Hoje há uma confusão de papéis, cobranças para as duas instituições e novas atribuições profissionais. A escola, entretanto, tem uma especificidade à obrigação de ensinar (bem) conteúdo específicos de áreas de saber, entretanto, por ser considerado natural, expressão do amor e do dever dos pais, o apoio da família ao sucesso escolar ainda permanece mais implícito do que explícito.

As escolas têm contado com a contribuição acadêmica da família de duas maneiras: (a) construindo o currículo (e o sucesso escolar) implicitamente com base no capital cultural similar herdado pelos alunos, isto é, com base no habitus ou sistema de disposições cognitivas adquiridas na socialização primária ou educação doméstica, o que supõe afinidade cultural entre escola e família (1977, PASSERON apud CARVALHO, 2005, p. 5)

Entretanto, por ser considerado natural, expressão do amor e do dever dos pais, o apoio da família ao sucesso escolar ainda permanece mais implícito do que explícito. Nos dias de hoje, é impossível imaginar qualquer projeto de inovação e de mudança que não passe pelo investimento positivo dos poderes da família e das comunidades. É preciso pensar a escola como um todo inserido na sociedade, pensar na democratização do sucesso (dela e de todos os sujeitos) que passa pela participação de todos os agentes sociais, dentre eles os parceiros.

E especialmente o protagonismo juvenil, tendo o jovem como principal fonte de mobilização das ações da escola, conhecendo e reconhecendo-se, saindo dos limites estreitos da sala de aula e indo além dos muros escolares, eliminando os rótulos e preconceitos existentes, abrindo-se para as novas possibilidades de ser do outro e de ser com o outro.

Percebe-se que são poucas as famílias que estão acompanhando seus filhos de forma a contribuir para o seu aprendizado, pois um número significativo de famílias se omite em participar das reuniões de pais e mestres, algumas não se interessam em saber como está o desenvolvimento do filho, enfim, boa parte da família brasileira, sobretudo, das camadas populares está ausente do processo educativo das crianças.

Quando a família é estruturada, com um laço afetivo e bons vínculos estão estabelecidos ao que parece contribui positivamente para um bom desempenho escolar da criança, da mesma forma que um lar com maiores vulnerabilidades familiares e sociais, tendem a contribuir para o mau desempenho escolar. Fica evidente então que grande parte das dificuldades apresentadas pelas crianças provém de problemas familiares.

A família assim como a escola desempenha papéis decisivos na educação da criança. Entretanto, para que a educação dada no lar, pela família, aconteça de forma satisfatória, se faz necessário haver uma integração entre a escola, é a partir dessa parceria que a criança se torna um adulto capaz de contribuir positivamente para a construção de uma sociedade mais justa, portanto, mais equitativa.

A maioria dos pais acredita que a escola é a continuação do seu lar e cobra dela o que é de sua função, é nesse período que acontece o confronto, pois a partir da entrada do filho na escola, o sistema familiar tem seus valores colocados à prova e são expostos.

O mundo está se transformando num lugar cada dia mais perigoso. A tendência natural dos pais é procurar superproteger os filhos, mas esse é um erro grave. É possível, no entanto, proporcionar a segurança desejada sem sufocar o desenvolvimento da autonomia das crianças. (ARAÚJO, 2005, p. 84)

Com a mudança contínua da estrutura familiar moderna, pais e mães por sua vez apresentam atitudes negativas na educação de seus filhos; somente apontam defeitos e corrigem, são super protetores, impedindo a capacidade de autonomia, são pessimistas e desestimulam os filhos a sonhar com a realização pessoal.

Na verdade, os tempos mudaram, mas não as relações humanas que constituem as raízes da formação do caráter. Os filhos ainda precisam dos pais, porque as relações afetivas que mantêm com eles desde o nascimento permitem que adquiram padrões que tornarão seres normais. As crianças precisam de direção, disciplina apoio e ânimo para crescer, amadurecer e tornarem-se pessoas independentes da família, adultos autônomos.

“O envolvimento dos pais na educação das crianças tem uma justificativa pedagógica e moral, bem como legal [...] Quando os pais iniciam uma parceria com a escola, o trabalho com as crianças pode ir além da sala de aula, e as aprendizagens na escola e em casa possam ser complementares mutuamente” (SPODEK; SARACHO, 1998, p. 167).

A família tem a função de complementar à formação do indivíduo, pois são os responsáveis diretos. No entanto a função de educar, de fornecer à educação formal é responsabilidade da escola, ou seja, ambas são co-responsáveis pela formação cognitiva, afetiva, social e da personalidade das crianças e adolescentes.

Apesar de ser incontestável a importância dessas duas instituições para a criança, se faz necessário diferenciar o papel de cada uma. A escola tem o papel de transformar o conhecimento comum da criança em um conhecimento sistematizado. Já o papel da família é o de educar, transmitir valores.

Se a família tem responsabilidade com a educação da criança tanto quanto a escola, é necessário que as instituições família e escola mantenham uma relação que possibilite a realização de uma educação de qualidade. A troca de ideias entre educadores e parentes trará soluções mais propícias e rápidas aos problemas enfrentados pelas crianças, pois como afirma Tiba (2002, p. 3) “quando a escola, o pai e a mãe falam a mesma língua e tem valores semelhantes, a criança aprende sem conflitos e não quer jogar a escola os pais e vice-versa”.

Mas apesar da relevância dessa parceria, ainda existe certo distanciamento entre a família e a escola, principalmente, as de baixa renda. É bem verdade, que houve certa abertura da escola para a participação da família, entretanto, tem-se observado que não está havendo de fato, uma interação satisfatória e atuante entre a família e a escola no que concernem as tarefas relativas ao aprendizado das crianças.

Não cabe à escola e à família perpetrarem justiça social, participação política consciente e justa distribuição de bens simbólico-culturais, entre eles os epistêmicos, onde a economia não se faz justa, onde a política não é ancorada na soberania do povo e onde a cultura simbólica e os diversos conhecimentos humanos não são concretamente produzidos, disponibilizados e apropriados segundo os critérios equânimes da igualdade nas diferenças e da liberdade responsável.

No máximo, a escola e a família podem participar de projetos de sociedade que se encaminhem nesse sentido, pois se a família não é a salvadora da pátria, também a escola não pode tudo, até porque educação escolar nunca foi e nunca será tudo. Se educação fosse tudo, os professores estariam no topo da pirâmide social.

A importância da participação da família na escola gira em torno de três pontos: a relação entre a comunidade e a escola fica mais estreita, há uma confiança mútua entre as duas instituições e o aluno passa a se interessar mais pela escola e ter um melhor rendimento.

No que diz a respeito do professor, ficar retratado que falta à escola a opção de um projeto mais arrojado que garanta essa parceria. A nova proposta deve passar por questões conceituais como o sentido da palavra “participar/ participação” isso remete ao entendimento de que para a escola esta parceria se materializa em conversas, encontros, reuniões de pais etc. aparece também o discurso justificador daquilo que não se faz atribuindo às famílias e alunos culpas pelo insucesso desta relação.

E como recorte, os pais gritam pela postura da escola em relação aos seus filhos. Denunciam com simples palavras que a escola deveria ao menos fazer o que lhe é de competência: ensinar. Entretanto, o que se tem, nas palavras deles é que participação dos pais na escola é condicionada e regulada pelo nível de comportamento dos filhos. Sabem em que podem ajudar, gostariam de ajudar, mas não são tratados como sujeitos partícipes da escola. Querem ter voz, querem participar de forma efetiva nas decisões da escola na construção de um

planejamento participativo. Será que o nível de escolarização é o que os cala impedindo que se de essa participação não com a presença física apenas?

Em recortes dos pais, os mesmos comentaram que a relação escola e família poderá ser com uma relação de compreensão, amor entre ambos e com muito diálogo, e que não seria uma confusão de papéis, pensado nessa perspectiva pode-se superar trabalhando em equipe, e que o papel da família para com a escola é de companheirismo, onde cada família cumpra com o seu papel e não deixar toda a responsabilidade para a escola. Segundo o pai, o mesmo comenta que falta interesse por partes dos mesmos, falta tempo, pois trabalham fora da cidade e a mãe não tem tempo para os filhos.

E como melhorar essa relação? Em recorte de educadores, fazer com que se interaja melhor, mais diálogo, com atividades culturais, continuar chamando os pais para a escola, pois pais e escola têm que continuar de mãos dadas, Com essa ressalva em mente, aquela parceria entre família e escola que os professores defendem pode mesmo contribuir para o êxito do trabalho educativo da instituição escolar. Tomara que cresça entre nós a consciência sobre esses limites e essas possibilidades!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões acima, é possível concluir que a família e a escola são indispensáveis para a formação do ser humano. A escola é responsável por mediar o que a família proporciona de aprendizagem à criança, tendo como ponto principal a transmissão de conhecimentos acadêmicos e a família por sua vez fornece a base, onde a mesma qualifica-se por meio da escola.

Este estudo refere-se a uma revisão bibliográfica e científica na área da educação e reflexão a cerca das vivências e desafios pessoais dentro da comunidade escolar. A revisão integrativa de literatura mostrou que ainda existem muitos desafios que o aprendizado escolar necessita superar, entre eles está o desafio de aproximar a família da escola.

Para que este desafio seja superado é necessário o desenvolvimento de pesquisas que invistam no conhecimento da relação família-escola; por esta razão, defende-se a importância de novas investigações que procurem conhecer as práticas que a norteiam e a atuação dos profissionais que nela estão envolvidos, a fim de oportunizar a reflexão e implementação de novas possibilidades de intervenção que promovam mudanças significativas na relação família-escola.

Todo trabalho quando desenvolvido em parceria precisa ser em conjunto, tanto família quanto escola é referência para o bom desenvolvimento da criança em relação a sua aprendizagem, valores e convívio social. Portanto quanto mais sintonizado foi o relacionamento entre estas duas instituições, maior o sucesso no alcance do objetivo.

Sabe-se que a escola não quer que a família ensine conteúdos, pois isso é pertinente à escola fazê-lo, o que ela precisa é que os pais acompanhem seus filhos no sentido de organizá-los quanto aos horários de estudo, descanso e lazer, sendo o hábito de estudo diário, fundamental para que ele possa realizar suas tarefas com responsabilidade e autonomia. Cabe à família, apenas cobrá-lo as responsabilidades e orientá-lo, no caso de dúvidas tirá-las com o

professor na escola e também orientá-lo quanto à importância da escola e dos estudos para sua vida no futuro.

Estabelecer posições de pais e professores na educação de um estudante se faz necessário, já que eles mesmos se confundem na sua importância e na sua função diante de seus filhos e de seus alunos respectivamente. Os pais se tornam ausentes por um motivo ou outro e acabam por acreditar que eles aprendem na escola, pois lá é o lugar de se adquirir conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. DE A. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

ARAÚJO, C.A. E. **Pais que educam – uma aventura inesquecível**. São Paulo: Gente, 2005.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

CARVALHO, M. E. P. **Relações entre família e escola e suas implicações de gênero**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.110, p. 143-155, jul. 2000.

CURY, A. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2003.

DI SANTO, J. R. **Família e Escola: uma relação de ajuda**. Disponível em: Acesso em: 13 set. 2006.

GARCIA, E. G. VEIGA, E.C. **Psicopedagogia e a teoria modular da mente**. São José dos Campos: Pulso. Contagem. 2006.

RIBEIRO.M; CALDEIRA.D.M. Q; ALVARENGO S.O. ALVARENGO G.N. **Escola e família: uma aproximação necessária**. Rio de Janeiro. 2019.

SPODEK, BERNARD; SARACHO, OLÍVIA N. **Ensinando crianças de 3 a 8 anos**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

TIBA, I. **Quem ama educa**. São Paulo: Gente, 2002.

TIBA, I. **Ensinar aprendendo: novos paradigmas da educação**. 18. ed. rev. e atual. São Paulo: Integrare Editora, 2006.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Editora Atlas, 1987.

A NUTRIÇÃO ESCOLAR NA FORMAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

Joane Diomara Coleone¹

INTRODUÇÃO

O consumo alimentar inadequado associado ao insuficiente nível de atividade física são destacadas como as principais causas para o aumento da ocorrência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), tendo um destaque principal para a obesidade. Diante disso, a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é considerada um instrumento fundamental para a promoção da saúde e prevenção de doenças, bem como promover o bem-estar físico e emocional da população (VERTHEIN; AMPARO-SANTOS, 2021).

Estima-se que, na população mundial, mais de 40 milhões de crianças e adolescentes apresentam sobrepeso e obesidade. No Brasil, importantes estudos apresentam um aumento significativo no número de crianças e adolescentes com excesso de peso. A Pesquisa de Orçamentos Familiares (2008-2009) apresentou que 47,8% das crianças entre 5 e 9 anos e 25,4% dos adolescentes entre 10 a 19 anos apresentam sobrepeso ou obesidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Dados mais recentes como a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE, 2015) demonstrou que 23,7% dos estudantes brasileiros, entre 13 e 17 anos apresentava excesso de peso (COSTA *et al.*, 2018).

A alimentação escolar ocupa um papel fundamental no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes, bem como garante o suprimento mínimo de alimentos às populações carentes (BELIK; CHAIM, 2009).

A transição alimentar tem levado a um consumo alimentar inadequado, sendo que mais de 90% da população apresenta uma alimentação com poucos nutrientes e alto valor energético, o que sugere a necessidade de adoção de estratégias de educação nutricional com a finalidade de promover comportamentos mais saudáveis. Como consequência disso, tem-se observado um aumento na prevalência de sobrepeso e obesidade, principalmente entre crianças e adolescentes. Com o intuito de estimular a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, torna-se essencial a prática de ações de educação alimentar e nutricional, sendo uma prática contínua, permanente, transdisciplinar e multiprofissional, para promover saúde e prevenir doenças, além de estimular mudanças no padrão alimentar e atividade física (DE CASTRO BARBOSA *et al.*, 2016).

Diante disso, este estudo tem o objetivo de apresentar o perfil nutricional dos alunos matriculados na Escola Municipal Dom João Becker de Ipiranga do Sul, RS, assim como ressaltar a importância de ações de educação alimentar e nutricional e as estratégias desenvolvidas no ambiente escolar como forma de incentivo ao desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, além de difundir a importância do Programa Nacional de Alimentação

¹ Nutricionista, Especialista em Prescrição de Fitoterápicos e Suplementação Nutricional Clínica e Esportiva, Mestre em Envelhecimento Humano, e-mail: joane.94@hotmail.com

Escolar para a garantia da oferta de refeições seguras, de qualidade e nutricionalmente completas.

PERFIL NUTRICIONAL E ALIMENTAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Nos últimos anos, ocorreu a substituição do consumo de alimentos in natura ou minimamente processados por alimentos processados, associado a um modelo de vida contemporâneo, decorrente da industrialização e da urbanização. Com isso, o consumo de alimentos tradicionais vem perdendo espaço para os alimentos com preparo rápido e fácil, os quais possuem uma maior densidade energética, são ricos em açúcares, sódio e gorduras, bem como são apresentados por meio de campanhas publicitárias atraentes, ocasionando um padrão alimentar caracterizado pela prevalência de excesso de peso, obesidade e associado a diversas patologias (PAZ; TEO; MONTEIRO, 2012).

O aumento da prevalência de sobrepeso e obesidade vem sendo considerado uma pandemia. Em cerca de 30 anos (1975 a 2009) essa prevalência aumentou entre os adultos e jovens de diversos países, apresentando um crescimento aproximado de 50% em crianças e adolescentes. No Brasil, a partir da década de 1970 até o final de 2000, a prevalência de excesso de peso entre crianças e jovens foi ainda mais significativa, sendo que entre meninas e meninos de 5 a 9 anos de idade, esta elevação foi de 8,6 para 32% e de 10,9 para 34%, respectivamente. Entre os adolescentes, a prevalência foi de 7,5 para 19,4% no sexo feminino e de 3,7% para 21,7% no sexo masculino (BATISTA; MONDINI; JAIME, 2017).

O excesso de peso na infância e adolescência é considerado um desafio para a saúde pública, visto que este é um importante fator de risco para o desenvolvimento precoce de doenças cardiovasculares. As principais causas para o surgimento do sobrepeso e obesidade são o sedentarismo, a dieta rica em gorduras saturadas e açúcares, associada ao baixo consumo de frutas e vegetais (ANDRETTA *et al.*, 2021).

A urbanização, a industrialização e o sedentarismo colaboraram para a alteração nos padrões alimentares, modificando o cenário epidemiológico e nutricional nos últimos anos. Com a transição alimentar, o perfil dietético da população caracterizou-se pelo elevado consumo de alimentos com alta densidade energética, substituindo o consumo de alimentos ricos em fibras e nutricionalmente equilibrados por produtos ricos em gorduras e açúcares, os quais apresentam um elevado grau de processamento (COSTA *et al.*, 2018).

A escolha alimentar também é influenciada por fatores como o sedentarismo. O tempo de tela diurno (TV, smartphone, videogame) tem levado à um comportamento sedentário em crianças e adolescentes, influenciando consequentemente no comportamento da ingestão alimentar. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o tempo de tela zero para crianças de até dois anos de idade, já para aquelas com idade de dois a cinco anos o tempo deve ser de no máximo uma hora por dia. Diante disso, evidencia-se uma associação direta entre o hábito de fazer as refeições assistindo televisão, assim como o maior tempo de tela é associado com o menor consumo de frutas e verduras, e o maior consumo de alimentos não saudáveis (OZORIO LINHARES *et al.*, 2020).

Dados oficiais do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) de 2013, apresentam que no Brasil o excesso de peso corresponde a 15% das crianças de 0 a 6 anos, sendo predominante no sexo masculino, com 15,9% e no sexo feminino com 14,45%. Os

hábitos alimentares são influenciados por diversos fatores, como o ambiente, família, cultura e condições socioeconômicas. Os comportamentos na infância podem persistir na vida adulta, por isso, a intervenção precoce, por meio de programas específicos de educação nutricional são fundamentais para melhorar o conhecimento alimentar e influenciar positivamente nas escolhas alimentares (FRANCISCATO *et al.*, 2019).

Durante a infância ocorrem diversas modificações fisiológicas e psicológicas, por isso o ambiente escolar desempenha um papel crucial na formação de hábitos alimentares nesta fase, influenciando na autonomia das crianças referente a alimentação. Já durante a adolescência, que compreende a fase de transição entre a infância e a fase adulta, ocorrem mudanças corporais, emocionais e mentais, as quais necessitam de uma demanda maior de energia e nutrientes, sendo os hábitos alimentares nesta fase influenciados pelas motivações psicológicas e socioeconômicas (SILVA *et al.*, 2018).

Quanto ao consumo alimentar, percebe-se que em crianças e adolescentes a alimentação é, em maioria, restrita em nutrientes importantes para o suprimento das necessidades nutricionais específicas desta idade, tendendo para a omissão de refeições, elevado consumo de açúcares, gorduras saturadas e a diminuição de consumo de micronutrientes. Estes fatores tornam esta população vulnerável nutricionalmente, principalmente quando este consumo inadequado está associado à ausência de atividade física, o que propicia o surgimento de doenças metabólicas associadas ao excesso de peso (SILVA *et al.*, 2018).

Na avaliação nutricional realizada na Escola Municipal Dom João Becker, no ano de 2021, onde avaliou-se 200 alunos a partir da aferição da altura e do peso, classificando-se a partir do resultado do Índice de Massa Corporal (IMC), identificou-se que, 1,5% apresentou baixo peso, 55% eutrofia, 20% sobrepeso, 13,5% obesidade e 10% obesidade grave. Preocupava-se que, ao somar os índices de sobrepeso, obesidade e obesidade grave, 43,5% dos alunos encontram-se com excesso de peso, valor elevado quando comparado aos dados nacionais.

A importância das atividades de educação nutricional no âmbito escolar

Os hábitos alimentares desenvolvidos na infância têm um papel crucial no crescimento e desenvolvimento. É neste momento que as orientações nutricionais devem ser realizadas, visto que, os padrões alimentares começam a ser estabelecidos e que podem ser mantidos durante a adolescência e a vida adulta (BRATKOWSKI *et al.*, 2020).

O ambiente escolar é o principal influenciador no desenvolvimento de hábitos alimentares das crianças, sendo os amigos uma referência para as crianças. Já os pré-escolares são influenciados principalmente pela família. O ambiente escolar é responsável pela formação de independência, tomada de decisões e escolhas, competências necessárias ao longo da vida. Por isso a escola é considerada o melhor lugar para a implementação de programas e educação nutricional, por ser um ambiente de referência aos alunos (FRANCISCATO *et al.*, 2019).

As ações de EAN assumem um papel fundamental na prevenção e cuidado do sobrepeso e obesidade da população infantil. Tanto no campo científico quanto no setor público, o planejamento e execução de políticas públicas promovem de forma crescente as ações de EAN como meio de difusão de conhecimentos sobre alimentação adequada e saudável (VERTHEIN; AMPARO-SANTOS, 2021).

Os hábitos alimentares são estabelecidos nos primeiros anos de vida e relacionam-se com a forma como os alimentos são introduzidos na vida da criança, assim como o

comportamento alimentar dos bebês é influenciado pelo comportamento dos pais. Estes padrões alimentares mantêm-se estáveis na faixa etária de dois a seis anos de idade, podendo ser interrompidos ou alterados na adolescência (OZORIO LINHARES *et al.*, 2020).

Uma nutrição adequada durante a infância contribui para o desenvolvimento estudantil, sendo esta a principal fase para a formação de hábitos alimentares saudáveis e a sua manutenção durante a vida adulta. Porém alguns fatores relacionados ao ambiente físico e social podem interferir nas escolhas alimentares nesta faixa etária, afetando algumas vezes de forma negativa para a saúde. A padronização das práticas alimentares, o aumento do mercado publicitário e as mudanças no estilo de vida vem proporcionando maior acesso a alimentos processados e ultraprocessados, impactando diretamente na saúde da população, visto que estes alimentos apresentam uma elevada concentração de açúcar, gorduras e sódio (HENRIQUES *et al.*, 2021).

Durante o ano de 2021 e 2022 diversas atividades de educação alimentar e nutricional foram desenvolvidas na Escola Municipal Dom João Becker. Com os alunos da educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental foi trabalhado a sinaleira dos alimentos, onde os alunos deveriam separar os alimentos que fazem mal para a saúde, os que pode-se comer, mas com cuidado e em menores quantidades e frequências, e por último os alimentos que pode-se comer com maior frequência pois são saudáveis. Já com os alunos das séries finais do ensino médio foram realizadas palestras para cada turma individualmente, apresentando os dez passos para a alimentação saudável. Também foram realizadas atividades por meio de contação de histórias e degustação de vegetais na educação infantil. Foi planejado um jogo onde engloba perguntas sobre alimentação saudável e atividade física, como forma de incentivar a associação destes, resultando em melhor saúde e qualidade de vida. Outra atividade realizada foi a partir da utilização da Pirâmide Alimentar, onde os alunos relataram o consumo alimentar habitual e depois aplicaram na pirâmide, avaliando a qualidade da alimentação de cada aluno. Uma das atividades que teve maior impacto foi a apresentação das quantidades de açúcares e gorduras presentes nos alimentos que são frequentemente consumidos pelas crianças e adolescentes, como o biscoito recheado, salgadinho de pacote, chocolate, refrigerante, energético, margarina, salsicha, macarrão instantâneo e sorvete.

As atividades foram desenvolvidas pela nutricionista juntamente com os professores de cada turma. Percebeu-se a necessidade da realização de ações de educação alimentar e nutricional contínuas, pois só assim os hábitos alimentares poderão ser modificados e praticados ao longo da vida.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua importância para a garantia da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o mais antigo programa de alimentação e nutrição no Brasil, tendo sua origem na década de 1940 e marco legal em 1950. Ao longo destes anos, o PNAE tem apresentado avanços significativos com relação a sua execução (PAZ; TEO; MONTEIRO, 2012).

O PNAE também é o programa socioeducacional brasileiro com mais longa história no campo de segurança alimentar e nutricional e o nutricionista foi apontado como o profissional responsável pela elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, no ano de 2006 a partir da Resolução nº 32 do FNDE que normatizou que este profissional deveria assumir a responsabilidade técnica por este Programa (CHAVES *et al.*, 2013).

Ele tem o objetivo de contribuir para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, a partir de atividades de educação alimentar e nutricional, associadas a oferta de refeições que atendam às necessidades nutricionais durante o período letivo. A oferta da alimentação pelo PNAE é de suma importância para os estudantes, visto que, muitos destes vivem em situações de vulnerabilidade social (FIGUEROA PEDRAZA *et al.*, 2017).

A promoção da saúde no ambiente escolar é fortemente recomendada por órgãos internacionais, por isso é fundamental que as escolas forneçam cardápios que atendam às necessidades nutricionais dos alunos enquanto permanecem em sala de aula, contribuindo para a preservação da cultura alimentar, bem como contribuindo para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis (CHAVES *et al.*, 2009).

Considerando esta modificação no perfil alimentar e nutricional da população brasileira, a alimentação escolar possui um papel importante por apresentar potencial para reconfigurar este padrão, especialmente na infância e adolescência, fases onde estabelecem-se mais fortemente os hábitos alimentares com maior possibilidade de perdurarem na vida adulta (PAZ; TEO; MONTEIRO, 2012).

A oferta de uma alimentação adequada e saudável, associada a atividades de educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem no âmbito escolar, e a realização de diagnóstico e acompanhamento do estado nutricional dos escolares, é uma das exigências do PNAE, visto que estes indicam resultados favoráveis para a formação de práticas alimentares saudáveis, por meio da modificação do consumo alimentar e a redução do peso. Por isso, escola é um ambiente propício para o desenvolvimento destas ações, tendo um cenário que auxilia na formação de políticas públicas e possibilita a socialização e continuidade das informações sobre as mudanças de comportamentos (DE CASTRO BARBOSA *et al.*, 2016).

O PNAE se apresenta como uma estratégia de promoção da alimentação saudável. A alimentação escolar está relacionada ao contexto do processo ensino-aprendizagem e possui uma dimensão prática pedagógica, de ação educativa, que tem como objetivo a promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional (LIBERMANN; BERTOLINI, 2015).

Uma das características do PNAE é a universalização e a gratuidade no fornecimento da merenda escolar, associada a um contexto pedagógico para que haja a formação de hábitos alimentares saudáveis entre os estudantes (DA SILVA *et al.*, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nutrição escolar desempenha um trabalho muito importantes no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. Ações de educação alimentar e nutricional, quando feitas de forma contínua e na idade correta são capazes de gerar hábitos que serão levados para a vida toda. Apesar do alto índice de excesso de peso entre crianças e adolescentes e do ambiente propício para o desenvolvimento da obesidade e doenças crônicas, a escola é considerada o melhor local para ensinar e formar um pensamento crítico sobre os alimentos, capacitando os alunos a saber fazer escolhas saudáveis e não ser influenciados pelas mídias que trabalham fortemente para vender produtos altamente calóricos e pouco nutritivos.

Por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, a escola deve ofertar preparações saudáveis e completas, ricas em nutrientes. Por isso, incentivar que o aluno realize em casa preparações que se assemelham ao servido na escola, garante uma variedade nutricional

e o atendimento de todas as necessidades calórico-nutricionais exigidas nesta faixa-etária.

Garantir a oferta de preparações saudáveis, associadas a prática de ações de educação nutricional proporcionará aos alunos melhor desempenho escolar e o desenvolvimento de hábitos saudáveis para a vida toda.

REFERÊNCIAS

ANDRETTA, V. *et al.* Consumo de alimentos ultraprocessados e fatores associados em uma amostra de base escolar pública no Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 4, p. 1477-1488, 19 abr. 2021.

BATISTA, M. DA S. A.; MONDINI, L.; JAIME, P. C. Ações do Programa Saúde na Escola e da alimentação escolar na prevenção do excesso de peso infantil: experiência no município de Itapevi, São Paulo, Brasil, 2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 26, n. 3, p. 569-578, 1 jul. 2017.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 5, p. 595-607, out. 2009.

BRATKOWSKI, G. R. *et al.* Identification of dietary patterns by principal component analysis in schoolchildren in the South of Brazil and associated factors. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 20, n. 3, p. 735-745, 30 out. 2020.

CHAVES, L. G. *et al.* The national school food program as a promoter of regional food habits. **Rev. Nutr.**, v. 22, n. 6, p. 857-866, 2009.

CHAVES, L. G. *et al.* Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil Reflections on the activities of nutritionists on the Brazilian School Nutrition Program. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 917-926, 2013.

COSTA, C. DOS S. *et al.* Comportamento sedentário e consumo de alimentos ultraprocessados entre adolescentes Brasileiros: Pesquisa nacional de saúde do escolar (PeNSE), 2015. **Cadernos de Saude Publica**, v. 34, n. 3, 2018.

DA SILVA, D. *et al.* O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PAE) a partir da sua gestão de descentralização. Usar negrito somente até os dois pontos **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 14 mar. 2022.

DE CASTRO BARBOSA, M. I. *et al.* Educação Alimentar e Nutricional: influência no comportamento alimentar e no estado nutricional de estudantes. **O Mundo da Saúde**, v. 40, n. 4, p. 399-409, 30 dez. 2016.

FIGUEROA PEDRAZA, D. *et al.* O Programa Nacional de Alimentação Escolar em escolas públicas municipais. **Revista Brasileira em promoção da Saúde**, v. 30, n. 2, p. 161-169, 6 jun. 2017.

FRANCISCATO, S. J. *et al.* Impact of the nutrition education Program Nutriamigos® on levels of awareness on healthy eating habits in school-aged children. **Journal of Human Growth and Development**, v. 29, n. 3, p. 390-402, 2019.

HENRIQUES, P. *et al.* Ambiente alimentar do entorno de escolas públicas e privadas: oportunidade ou desafio para alimentação saudável? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 8, p. 3135-3145, ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 - Antropometria e sobrepeso e obesidade de crianças, adolescentes e adultos no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.].

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F. Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 11, p. 3533-3546, nov. 2015.

OZORIO LINHARES, A. *et al.* Food consumption of children enrolled in five municipal schools according to socio-demographics characteristics. **Revista de Nutrição**, v. 33, p. 1-14, 27 nov. 2020.

PAZ, C. R.; TEO, A.; MONTEIRO, C. A. Legal framework of the National School Feeding Program: a new reading for aligning purposes and practices in food acquisition. **Rev. Nutr**, v. 25, n. 5, p. 657-668, 2012.

SILVA, G. M. F. DA *et al.* AVALIAÇÃO NUTRICIONAL, CONSUMO ALIMENTAR E PERCEÇÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS ENTRE ESCOLARES DE 10 A 14 ANOS. **Revista de Atenção à Saúde**, v. 16, n. 57, p. 30-36, 21 nov. 2018.

VERTHEIN, U. P.; AMPARO-SANTOS, L. A noção de cultura alimentar em ações de educação alimentar e nutricional em escolas brasileiras: uma análise crítica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4849-4858, 15 nov. 2021.

SÍNDROME DO PESCOÇO DE TEXTO: ORIENTAÇÕES PARA PAIS E PROFESSORES

Adrielli Barberini¹

Bruna Samara Pollon²

Vanessa Gezebeluka³

INTRODUÇÃO

O termo “Síndrome do pescoço de texto” foi criado pelo Dr. Dean Fishman, fundador do The Text Neck® Institute, em 2009 para tipificar a síndrome cervical do uso excessivo do smartphone e/ ou dispositivos eletrônicos similares (FISHMAN, 2019). A combinação do uso por um período prolongado, somado aos movimentos repetitivos e da má postura, causam o aumento da carga na articulação, músculos e tendões relacionados, contribuindo para o desenvolvimento da síndrome dolorosa miofascial de mão, antebraço e pescoço (SÁ *et al.*, 2018).

Sabe-se que o vício nessa má postura cervical pode causar não só problemas musculoesqueléticos, como também a "Síndrome do pescoço de texto" ou "Pescoço Tecnológico”, que são os problemas mais comuns nessas situações, bem como a redução da amplitude cervical (KARKUSHA; MOSAAD; KADER, 2019). Esse termo é utilizado para descrever uma condição patológica, causada por um estresse repetitivo e pela má postura da coluna vertebral durante o uso prolongado de dispositivos móveis, na situação que a pessoa permanece com a cabeça flexionada para frente e com a cabeça abaixada por um longo período. Essa síndrome pode causar desgaste ósseo e acarretar fortes dores na região cervical (FERNANDES; CURY, 2017).

A utilização do termo conhecido como pescoço de texto ou text neck para relatar a lesão por estresse de repetição ou a síndrome do uso excessivo de dispositivos eletrônicos móveis está associado à contemporaneidade trazida consigo o acesso a baixo custo à tecnologia. Nesses dispositivos, os indivíduos tendem a permanecer com a cabeça em flexão, na curvatura inclinada para baixo e com os olhos nos smartphones. Mantendo essa postura por período prorrogado de tempo. É com esse hábito que a síndrome do pescoço de texto é conhecida. É um quadro de patologia da coluna vertebral, à qual é gerada pela postura inadequada durante a utilização, em excesso, dos dispositivos eletrônicos. Esse mal hábito leva ao desgaste ósseo, acarretando num desconforto na região da cervical (CUÉLLAR JM; LANMAN TH, 2017).

Problemas musculoesqueléticos do membro superior e especialmente no pescoço tem sido relatado por diversos usuários de smartphones, devido à adoção de uma má postura durante a utilização do aparelho. Para prevenir lesões nessas regiões, é de grande importância manter

¹ Acadêmica do Curso de Fisioterapia – URI Erechim.

² Acadêmica do Curso de Fisioterapia – URI Erechim.

³ Acadêmica do Curso de Fisioterapia – URI Erechim.

uma boa postura, que vai ser responsável por distribuir as cargas compensatórias adequadamente e conservar energia (SÁ *et al.*, 2018).

Com relação ao estudo realizado por Fares *et al.*, (2017), observou-se que a prevalência de dor musculoesquelética nos últimos 6 meses no pescoço foi de 87,0%. Quanto à flexão no pescoço durante estudar e utilizar o smartphone ou dispositivos móveis todos os estudantes apresentaram forte flexão no pescoço (>45 graus), essa síndrome é chamada de “pescoço de texto”, onde há uma degeneração da coluna cervical resultante do stress repetido da flexão do pescoço ao olhar para baixo nas telas de dispositivos móveis e digitar mensagens de textos por longos períodos. Com relação ao tempo de uso de dispositivos móveis, a média de horas por dia foi de 6 horas. Com referência a localização da dor musculoesquelética, 100% apresentaram dor no pescoço, 69,0% no ombro, 61,0% na parte inferior das costas e 13,0% nos braços. Relacionado aos efeitos psicológicos e sociais, 82,0% apresentaram irritabilidade, 62,0% estresse, 59,0% ansiedade e 9,0% sintomas depressivos. Já os efeitos sociais foram 82,0% relacionados com má comunicação, 64,0% diminuição das notas escolares. As informações sobre efeitos psicológicos e sociais foram coletadas através dos pais. Este estudo concluiu que flexão da cabeça, pescoço e ombros sobre telefones celulares e dispositivos portáteis, juntamente com o posicionamento errado do pescoço, enquanto estuda, utiliza dispositivos móveis e assiste televisão pode estar associada ao aumento das tensões na região da coluna cervical (FARES; FARES; FARES, 2017).

FISIOTERAPIA E A SÍNDROME DO PESCOÇO DE TEXTO

Segundo Guterres *et al.* (2017), pode-se observar com a popularização dos dispositivos móveis, também o aumento de queixas relacionadas a dores no corpo. O uso excessivo destes pode causar inúmeras patologias. Os primeiros sintomas de desconforto especial na região do pescoço, ombros, costas, mãos, punhos e olhos.

Com a diversidade de dispositivos tecnológicos, principalmente *smartphones*, o usuário se adapta à velocidade de informações e realiza movimentos repetitivos por longos períodos e considerando que os usuários olham fixamente para baixo a fim de ler a tela, pode acarretar diversas doenças musculoesqueléticas. (SÁ *et al.*, 2018).

Nosso corpo é um composto de ossos, músculos, articulações e ligamentos que necessitam estar em constante deslocamento. Realizar movimentos repetitivos e estabilizar nosso corpo em uma mesma posição por um longo período pode gerar desconforto, problemas musculoesqueléticos, amplitude articular limitada, entre outros.

Segundo Teixeira *et al.* (2001) a coluna cervical exerce funções de sustentação, proteção e movimentação. É constituída por sete vértebras, cinco discos intervertebrais e um amplo conjunto de ligamentos. Sendo assim, a região cervical se torna extremamente sensível e propensa a condições patológicas, principalmente em sobrecarga de peso, pois exerce movimentos fundamentais, como flexão, extensão, movimentações laterais e rotações.

Segundo Teixeira *et al.* (2001), a cervicalgia pode ser decorrente de condições sistêmicas, ou de anormalidades viscerais, musculoesqueléticas ou neurológicas envolvendo a região cervical. A região cervical apresenta intensa mobilidade o que condiciona fadiga degeneração de estruturas regionais ricamente inervadas.

A fisioterapia atua, em casos conhecidos como a Síndrome do Pescoço de Texto, principalmente na região cervical, pois a causa é adotada por uma postura geralmente em flexão anteriorizada, o que colabora para lesões e tensões musculares. Essa região é extremamente sensível, e a sobrecarga nas vértebras cervicais pode ocasionar uma irradiação de dor em outras regiões do corpo, como ombro, região torácica e até mesmo, mandíbula.

O médico David Dewitt explica que os sintomas associados normalmente incluem dor no pescoço, na parte superior das costas e/ou ombros, dores de cabeça, postura da cabeça para frente e ombros arredondados, porém, os locais podem variar dependendo do manuseio e dos movimentos realizados, pois em casos graves pode haver compressão de raízes nervosas.

A avaliação e diagnóstico fisioterapêutico para tal patologia deve ser completa, através da anamnese, que conduzirá para o melhor e mais adequado tratamento. Partirá de combinações de técnicas, porém, é importante antes conhecer o nível de lesão, que se dá por uma inclinação excessiva do pescoço.

Há uma ampla variedade de tratamentos, sendo medicamentosos, intervencionista (dependendo da gravidade) e não intervencionista, que são voltados para a fisioterapia, acupuntura, imobilização e tração. “Nos dias atuais, a tração esquelética controlada e os exercícios de fortalecimento continuam sendo um dos melhores métodos para o alívio da dor a curto e médio prazo, sendo mais eficientes que o alongamento.” (SILVA LECT *et al.*, 2021).

O USO DA TECNOLOGIA NAS ESCOLAS: SEUS BENEFÍCIOS E CONSEQUÊNCIAS

O uso das tecnologias de informação e comunicação vem sendo cada vez mais utilizadas junto às escolas, o que possibilita um aperfeiçoamento no aprendizado dos alunos e proporciona o conhecimento de maneira mais lúdica.

Essas tecnologias irão auxiliar de maneira significativa o aluno durante todo o percurso na escola, pois os mesmo irão se sentir estimulados a melhorarem o seu desempenho escolar, além disso a tecnologia, ainda irá facilitar o acesso ao conhecimento fazendo com que o aprendizado se torne mais acessível e sedimentado. (AMORIM DE SOUZA, 2010)

A racionalidade instrumental inspira e sustenta projetos e experiências contemporâneas que integram a tecnologia ao processo educacional. Nessa perspectiva, a tecnologia é vista como uma ferramenta para mudar o processo de aprendizagem e a relação de ensino. (PEIXOTO, 2007/2008)

De acordo com as palavras de Santos (2010), a tecnologia digital é caracterizada por uma forma de materialização onde são concluídos mecanismos que favorecem a interatividade, processo este que faz parte das novas configurações que a educação em contexto macro vem desenvolvendo.

As principais qualidades que são transmitidas através dos dispositivos móveis para o ensino e aprendizagem são a ampliação dos conteúdos pedagógicos e também a possibilidade de elaboração de comunidades que visam a aprendizagem ativa, interativa e colaborativa. (MELO, CARVALHO, 2014)

Todavia, apesar da internet e a tecnologia associada ao aprendizado em escolas serem algo excepcional, também podemos observar algumas consequências do uso prolongado dessa tecnologia nos alunos.

Durante o uso de celulares por adolescentes e jovens é comumente visível observar a postura adotada por eles em sua coluna, isso por que o celular é mantido na maioria das vezes na altura da cintura, fazendo com que o indivíduo tenha que curvar sua coluna cervical e parte da torácica excessivamente, desenvolvendo com isso a síndrome então conhecida como “síndrome do pescoço de texto” ou “Text Neck”.

A dor cervical é um dos distúrbios do equilíbrio musculoesquelético nas regiões cervical e torácica. Essa dor é frequentemente associada à má postura, ocasionando um desequilíbrio dos músculos da região cervical, desenvolvendo assim alternâncias nos movimentos da cabeça e pescoço. De acordo com estudos, metade da população adulta virão a desenvolver dor no pescoço. (MELO *et al.*, 2020)

O envio de mensagens diariamente é algo comumente visto e sem dúvidas uma forma de comunicação excepcional, todavia existem evidências de que as pessoas acabam adotando posturas inadequadas durante o uso de smartphones, realizando flexões cervicais, postura essa que quando adotada por muito tempo acaba aumentando a sobrecarga nas articulações e ligamentos da região cervical impulsionando também a demanda dos músculos essa região. (DAMASCENO *et al.*, 2018)

Levando em consideração variados estudos sobre o assunto, pode-se comprovar que os usuários de smartphones mantiveram em torno de 30° de flexão cervical durante o uso dos mesmos, angulação maior quando se comparada com a postura adotada ao uso de computadores. (LEE *et al.*, 2015)

Ainda, de acordo com estudos, a postura anteriorizada da cabeça que é adotada durante o uso dos dispositivos tem como consequência o aumento de cargas compressivas sobre a coluna cervical. (BENINI *et al.*, 2022)

O uso constante destes dispositivos obteve um aumento significativo nos últimos anos, podendo ter-se uma estimativa de que 65% dos usuários utilizam os smartphones por cerca de uma a duas horas por dia, em média. Com esse aumento significativo no uso dos dispositivos móveis surgem preocupações com os possíveis problemas musculoesqueléticos que virão associados a esse uso, alguns estudos recentes já nos trazem a percepção de que isso vem ocorrendo relatando-se sintomas como dor no pescoço, ombros e polegar desses usuários, levando em consideração que, a gravidade dos sintomas também vem evoluindo de acordo com o tempo de uso. (LEE *et al.*, 2015)

Os estudos de Vate-U-Lan (2015), ainda complementam que os “Text Neck” podem desenvolver danos permanentes graves podendo ser assimilados com as lesões por esforço repetitivo (L.E.R) e também aos distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (D.O.R.T).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, por meio de revisões bibliográficas, evidenciou-se e abordou-se sobre a Síndrome do Pescoço de Texto, como ela surge, suas consequências, e qual a sua relação

com a fisioterapia, de modo que o fisioterapeuta poderá atuar tanto na prevenção, quanto na reabilitação dos acometidos.

O fisioterapeuta atua ensinando e prevenindo o mal uso do smartphone, essa ação pode iniciar-se nas escolas, onde expõem-se os riscos presentes e as consequências que podem surgir a longo prazo. Uma boa postura, tempo limitado ao uso de tecnologias, pausas com alongamentos, principalmente na região cervical, são hábitos que podem intervir facilmente em problemas futuros.

Torna-se necessário que os jovens também sejam orientados e supervisionados por seus pais quanto ao uso prolongado e de maneira indevida de seus smartphones, bem como, as consequências que isso pode lhes trazer num futuro não tão distante, fazendo com que assim se forme uma rede de prevenção a essa síndrome, podendo se evitar demais distúrbios.

Ainda, se faz importante que novos estudos sejam realizados acima desse assunto para que se possa ter mais dados relacionados a este, podendo se comparar amostras de pessoas quanto ao tempo de exposição aos smartphones e quais as principais queixas apresentadas pelas mesmas.

REFERÊNCIAS

CAROLINA, A.; ARRUDA, M. [s.l: s.n.]. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5704/1/DM_Ana%20Carolina%20Arruda.pdf. Acesso em: 03 out.2022.

BARROS FILHO, M. *et al.* Endereço para correspondência: Rua Oscar Freire. **Rev. Med**, n. 2, p. 307-323, 2001. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 8, p.55594- 55603 aug. 2020.

BENINI, F. M. *et al.* Há relação entre uso do celular com dor cervical e capacidade nas habilidades das atividades diárias em adultos?. **BrJP**, v. 5, p. 100-104, 2022.

CARDOSO, M. V. R. *et al.* Dores musculoesqueléticas na região cervical, torácica alta relacionada a postura indevida e uso prolongado do aparelho celular, uma revisão de literatura. **Revista Cathedral**, v. 2, n. 1, 2020.

CUÉLLAR JM, LANMAN TH. “Text neck”: an epidemic of the modern era of cell phones? **The Spine Journal**, v.17, n. 6, p. 901-902, 2017

DALLA PASQUA, T. P. Relação entre a anteriorização da cabeça, dor muscular e tempo de uso do computador e celular. **Repositório Digital URI Erechim**, 2018.

DE SOUZA, I. M. A.; DE SOUZA, L. V. A. O uso da tecnologia como facilitadora da aprendizagem do aluno na escola. **Revista Fórum Identidades**, 2013.

FERNANDES, L. L; CURY, J. L. **Fisioterapia na comunidade UNIGRAN text neck – Síndrome do “Pesçoço de texto”**. Centro Universitário da Grande Dourados.

GUTERRES, J. L. *et al.* **Principais queixas relacionadas ao uso excessivo de dispositivos móveis.** 2017. Trabalho acadêmico (Graduação em Fisioterapia) –Faculdade União das Américas, Foz do Iguaçu, PR, 2017.

KARKUSHA, R. N; MOSAAD, D. M; KADER, B. S. A. **Effect of Smartphone Addiction on Neck Function among Undergraduate Physical Therapist Students.** 2019 - Faculty of Physical Therapy, Misr University for Science and Technology, Giza Governorate, Egito.

MARTINS, J. L.; PEREIRA, R. Impacto do uso do smartphone nos músculos da mão, antebraço e pescoço de estudantes universitários: um estudo de revisão. **Anais da Mostra Científica da FESV**, v. 1, n. 12, p. 335-346, 2021.

MD, D. D. **Text Neck Symptoms and Diagnosis.** Disponível em: <https://www.spine-health.com/conditions/neck-pain/text-neck-symptoms-and-diagnosis>. Acesso em: 15 jul. 2022.

OLIVEIRA, A. J.S. *et al.* **Associação entre o uso excessivo de smartphones e as lesões de punho e dedos em estudantes de ensino superior da área de saúde.** 2016–Centro Universitário Tabosa de Almeida, Caruaru, PB.

LEZE, S.M. **El papel del Fisioterapeuta en la Prevención y el Tratamiento del Text Neck en los usuarios de pantallas.** Disponível em: http://dspace.uvic.cat/xmlui/bitstream/handle/10854/6953/trealu_a2021_morgane_solhene_text_neck.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 03 jul. 2022.

PIMENTEL, F. S. C.; DOS SANTOS FEITOZA, M. J. O uso da tecnologia móvel (celular) no contexto educacional. **Revista EDaPECI**, v. 17, n. 3, p. 129-139, 2017.

RIBEIRO, P. V. B. *et al.* Análise postural cervical em usuários de telas digitais. **Revista Ciência e Saúde On-line**, v. 4, n. 3, 2019.

SÁ, J. G. O. *et al.* **Prevalência de dores musculoesqueléticas em membros superiores e pescoço de acadêmicos que utilizam smartphone.** 2018. Trabalho acadêmico (Graduação em Fisioterapia) – Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, RS, 2018.

SILVA L., DE ALMEIDA L. Atualização no tratamento da hérnia discal cervical: Manejo conservador e indicações de diferentes técnicas cirúrgicas. **Revista Brasileira de Ortopedia**, v. 56, n. 1, p. 018-023, 2021;

SOARES, F. A. **Relação entre a flexão da cervical e dor em jovens usuários de smartphone.** UCIT. São Paulo: 2021.

UNIGRAN – Faculdade de Ciências Biológicas da Saúde, Dourados, MS, 2017.

TEXT NECK : A Global Epidemic [Internet]. The InstituteText Neck. 2019 [cited 2018 May 18]. p. 2–6. Available from: <https://www.text-neck.com>. 23/09/22

A IMPORTÂNCIA DA PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Adriana Granja Beledelli¹

Monica Rossetto²

INTRODUÇÃO

A educação psicomotora é de suma importância para o processo de aprendizagem infantil. Conseqüentemente, se a criança apresentar dificuldades de aprendizagem, poderá ser em decorrência da deficiência no desenvolvimento psicomotor. É uma educação que associa potencialidades intelectuais, sociais, afetivas e motoras da criança, permitindo de forma significativa o seu desenvolvimento.

Este artigo tem como objetivo principal mostrar como pode-se trabalhar o desenvolvimento motor e mental da criança e com finalidade de levá-la a dominar seu próprio corpo e aprimorar diversas capacidades de âmbito cognitivo, motor, social e emocional, assim incentivar a prática do movimento em todas etapas da vida de uma criança. Além de se divertir, as crianças interpretam, criam e se relacionam com o mundo em que vivem.

Trabalhar a motricidade fina e ampla desde pequenos é de extrema importância, pois trará resultados positivos até mesmo na alfabetização.

Durante o processo ensino/aprendizagem, utiliza-se alguns elementos básicos com mais frequência para trabalhar a psicomotricidade, como: lateralidade, orientação temporal e espacial, coordenação motora e esquema corporal.

Para Piaget (1998), é por meio da ludicidade que a criança se prepara para elaborar positivamente situações que possam se transformar em problemas, pois a ludicidade desenvolve a organização e aceitação de regras, a elaboração de estratégias e a criação de procedimentos que preparam para a vida, trabalhando os aspectos afetivos, sociais e morais.

Em relação ao desenvolvimento da criança, é inaceitável ausentar jogos e brincadeiras nesta fase, pois é por meio destas que a criança se desenvolverá de forma saudável e integral.

Segundo a BNCC (2017), por meio do campo de experiência do corpo, gestos e movimentos, as crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções do seu corpo. Com isso, elas desenvolvem, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que oferece risco a sua integridade física.

No decorrer do artigo consta as atividades trabalhadas em aula referentes a psicomotricidade e como foi a experiência.

¹ Professora da Rede Municipal de Ipiranga do Sul, formada em Pedagogia pela UNOPAR

² Professora da Rede Municipal de Ipiranga do Sul, formada em Pedagogia pela FAEL, Pós-Graduada em Psicopedagogia pela FAVENI.

DA IMPORTÂNCIA E DAS ATIVIDADES

O presente artigo tem por objetivo falar da importância da psicomotricidade na Educação infantil, pois o desenvolvimento humano é um processo de evolução e modificação, seja no aspecto físico ou psicológico e em cada etapa de vida, surgem características específicas, podendo ocorrer a aceleração ou o retardamento destes processos, dependendo da análise de cada caso, de forma individual. A criança naturalmente sente a necessidade de explorar seu meio, adquirindo habilidades motoras, mentais e sociais básicas.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é uma fase importantíssima para o desenvolvimento integral das crianças. Sendo assim, os profissionais que atuam na Educação Infantil devem utilizar todas as ferramentas possíveis para auxiliar nesse desenvolvimento. Entre essas ferramentas, uma que merece destaque é a psicomotricidade, pois as crianças precisam e tem-se uma necessidade de estarem em movimento.

Trabalhar a psicomotricidade na educação infantil, é na verdade, formar crianças, adolescentes, jovens e adultos conscientes de que todo exercício físico é importante e se faz necessário para uma vida saudável. Desde o início do desenvolvimento psicomotor inicia-se o processo de socialização, uma vez que o equilíbrio da pessoa só pode ser pensado pela/e na relação com outrem. É nessa relação e, ainda, na comunicação com outrem que o homem se realiza.

A criança que apresenta o desenvolvimento psicomotor obsoleto, conseqüentemente terá problemas na leitura/escrita, distinção de letras, pensamento lógico, dentre outros. É na educação infantil que a criança experimenta novas sensações, organiza seus conceitos e busca por novas experiências. Piaget (1998) defende que a interação da criança pela motricidade, por meio do tato, da visão e da audição é essencial para seu desenvolvimento integral. O autor defende que não há um padrão de ações, devendo ser disponibilizado aos alunos a diversidade e complexidade de variados jogos, trabalhados de forma ajustada com outras áreas de desenvolvimento. A educação psicomotora busca prevenir os déficits de aprendizagem.

As atividades desenvolvidas nesta etapa da educação infantil, a qual foi trabalhada com crianças de 5 a 6 anos, foram atividades para o desenvolvimento das seguintes habilidades motoras: equilíbrio dinâmico, lateralidade, coordenação motora ampla e fina, noção espacial, enfim foram trabalhadas as mais diversas atividades para um bom desenvolvimento psicomotor.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Acertar a boca do palhaço

Nesta atividade, muito divertida, por sinal, fora trabalhado a concentração, a coordenação motora global, visual e fina, confiança corporal e equilíbrio.

Ao designar a distância que deveria ser jogada a bolinha, foram dadas três chances de arremesso, e sendo marcado a quantidade de acertos dos participantes, ao notar segurança nas crianças ao arremessar e tendo mais pontos válidos, foi possível dificultar um pouco aumentando a distância para jogar.

No início muitos tinham medo de errar, e ficavam frustrados se não conseguiam acertar, deste modo, com esta atividade foi possível trabalhar este receio, que aos poucos puderam notar que é normal.

O medo de errar é um dos maiores inibidores, por isso a concentração é fundamental.

Andar sobre a corda

Com uma corda ao chão fazendo zig zag as crianças caminhavam em cima ou andavam com as pernas abertas, dependendo da solicitação do professor, nas mão seguravam dois cones, em cima dos cones equilibram bolas (Figuras 1 e 2), ao chegar no final da corda, havia uma caixa onde deveriam depositar a bola que chegasse ao final, trabalhando assim, reflexos, equilíbrio, lateralidade, concentração, atenção e coordenação.

Figura 1 - Andando sobre a corda e equilibrando bolas



Fonte: Adriana G. Beledelli e Monica Rossetto, 2022

Figura 2 - Andando sobre a corda e equilibrando bolas



Fonte: Adriana G. Beledelli e Monica Rossetto, 2022

Circuito

O circuito traz diversas possibilidades e habilidades corporais para a criança, estimulando-a a entender seus limites e superar desafios. Desta forma, a fim de oferecer diversos rendimentos, foram utilizados materiais como: corda, bambolês, cones, bola e minhocão. Estes foram organizados com certa intencionalidade, de maneira lúdica e desafiadora, para que sejam aprimoradas as habilidades essenciais no desenvolvimento psicomotor. Com esta proposta busca-se sempre incentivar as crianças a experimentar desafios, testar suas habilidades, promovendo a percepção corporal com relação às suas capacidades de movimento. As figuras 3 e 4 mostram o engajamento das crianças com esta proposta.

Figura 3 - (Passando entre cones)



Fonte: Adriana G. Beledelli e Monica Rossetto, 2022

Figura 4 - Pulando dentro dos bambolês e passando pelo minhocão



Fonte: Adriana G. Beledelli e Monica Rossetto, 2022

Corrida do saco

Também muito praticada nas festas juninas, a corrida do saco desperta grande interesse nas crianças, essa atividade foi desenvolvida no campo da escola, que possui um lindo gramado, muito bom para a prática de exercícios físicos, a corrida do saco proporcionou uma aula cheia de emoções, onde foi trabalhado, o equilíbrio, a força, a competição saudável, a agilidade a confiança, além da socialização entre as crianças.

Pular amarelinha

Essa brincadeira é muito antiga, a partir de uma sequência numérica, joga-se uma pedrinha, esta precisa ficar dentro da marcação e do número correto, também só pode colocar o pé em um quadrado, sendo que ao haver dois quadrados, pula-se com um pé em cada e não pode pisar no quadrado que se encontra a pedra, na volta deve-se recolher a pedra, com equilíbrio, a criança deve se agachar e junta-la. É uma brincadeira muito prazerosa, nos traz muitos benefícios, entre eles estão: o desenvolvimento muscular e motor, resistência e flexibilidade, noção espacial e corporal, equilíbrio e também o desenvolvimento social.

Vivo ou morto

Essa atividade nos permite criar formas artísticas com movimentos corporais, também desenvolve a memória, atenção, concentração e agilidade. Essa brincadeira é baseada em somente 2 comandos! Deve-se decidir quem será o primeiro comandante, este quando falar “morto”, os demais deverão se agachar (Figura 5) e ao falar “vivo” todos devem ficar em pé (figura 6), ao se confundir sai da brincadeira. O vencedor é aquele que permanecer até o final, e assim, depois alterna-se entre os participantes o comandante da brincadeira. Também pode-se observar em: https://www.youtube.com/watch?v=mkkYqE3Ag_w (acesso em: 05 ago. 2022).

Figura 5 - Agachados (Conforme na brincadeira indica “morto”)



Fonte: Adriana G. Beledelli e Monica Rossetto, 2022

Figura 6 - Em pé (Indicando “Vivo” , conforme brincadeira)



Fonte: Adriana G. Beledelli e Monica Rossetto, 2022

A listagem de jogos e brincadeiras presentes neste trabalho, não tem a pretensão de ser um manual. São apenas narrativas de como foi conduzida a atividade.

As brincadeiras relatadas são algumas das atividades que foram trabalhadas durante esse período, cita-se aqui as que mais tiveram aproveitamento e condicionamento físico. Foi possível observar que as crianças têm preferência em realizar atividades recreativas, que envolvem o movimento do corpo, e, se estas puderem ser realizadas fora da sala de aula, o envolvimento é ainda maior, acredita-se que estar ao ar livre é muito mais prazeroso para uma criança e por isso demonstram muito mais interesse e foco no seu desempenho.

Ao trabalhar a psicomotricidade, além de contribuir para uma vida saudável, faz com que a aula seja mais divertida, mais prazerosa, os jogos, as brincadeiras, toda essa ludicidade faz com que as crianças participem com mais ânimo das atividades.

Lev **Vygotsky** entende que a **fala** e a motricidade andam juntas, sendo que com o desenvolvimento do sujeito a **fala** dirige, determina e domina a ação que existe. Na interação **criança/adulto** movimentos gestuais são criados, dando **à criança** certo tipo de controle em suas relações sociais. Na concepção de Vygotsky (2003), para a criança um dos fatores importante e essencial no seu desenvolvimento é o brincar.

A partir dos pontos de vista de Vygotsky acerca do desenvolvimento cognitivo da criança, e de suas concepções sobre o jogo infantil, considera-se que a criança muito pequena está limitada em suas ações pela restrição situacional, desde que a percepção que ela tem de uma situação não está separada das atividades motivacional e motora. (VYGOTSKY, 1984, p. 110).

Este lhe dá independência com relação às suas limitações nas mais variadas situações, favorecendo na criança a capacidade de desenvolver “o pensamento abstrato, o desenvolvimento da vontade e a capacidade de fazer escolhas conscientes” (CASTRO; GOMES, 2010, p. 4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da experiência que obteve-se trabalhando este tema com as crianças e da bibliografia consultada adquire-se maior compreensão do assunto abordado, compreendendo também a grande importância da psicomotricidade ativa na vida escolar da criança, sua grande importância e relevância.

Diante deste olhar, nota-se claramente que as atividades motoras têm um papel importantíssimo para desempenhar na vida da criança. Ela consegue perceber por meio da exploração do mundo que a cerca e com todos os órgãos dos sentidos qual serão os meios que farão grande parte dos seus contatos sociais.

Com base neste contexto, percebe-se a grande importância de trabalhar atividades motoras com a educação infantil, pois elas contribuem de forma muito significativa no desenvolvimento global da criança. Cada faixa etária exige diferentes modelos de atividades propícias para a idade que se encontra.

No entanto, a psicomotricidade deve ser considerada como uma educação de base nas escolas. Pois ela leva a criança a tomar consciência sobre seu próprio corpo, a situar-se no espaço, dominar questões de temporalidade, lateralidade, coordenação de movimentos e gestos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a base.** Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_publicação.pdf.

CAMARGOS, E. K. de; MACIEL, R. M. A Importância da Psicomotricidade na Educação Infantil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 1. Vol. 9. pp. 254- 275, novembro de 2016. ISSN. 2448-0959

CARON, J. Psicomotricidade: Um Recurso Envolvente na Psicopedagogia para a Aprendizagem. **Revista de Educação do Ideau**, v.5, n.10 – semestral (Janeiro a Junho/2010) – Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – Faculdade IDEAU. Disponível em: http://www.ideau.com.br/bage/upload/artigos/art_52.pdf. Acesso em: 08 ago. 2022

CASTRO, G. M.; GOMES, T. P. **Brincar e Desenvolvimento Infantil: Uma Análise Reflexiva.** Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.8/GT_08_04_2010.pdf . Acesso em: 18 de ago. 2022.

PIAGET, J. **A formação do símbolo da criança: imitação, jogo e sonho, imagens e representação.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1998.

PIAGET, J. **A formação do símbolo da criança.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. Tradução de RESENDE, Muriel Lemes Moreira. Lisboa: Antídoto, 1979.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Tradução de Grupo de Desenvolvimento e Ritmos Biológicos. Departamento de Ciências Biológicas – USP. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

TECNOLOGIAS: RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DIGITAIS E AS HABILIDADES E COMPETÊNCIAS PROPOSTAS PELA BNCC/2018

Karlislei Aline Morganti Sadoski¹

Carlos Antônio da Silva²

Rochana Basso³

Mateus Baldissera⁴

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, onde os aparelhos celulares e *notebooks* começaram a se tornar de uso essencial na vida das pessoas, muito se questiona o que é a tecnologia digital.

Nas palavras de Ribeiro (2014) tecnologia digital é:

um conjunto de tecnologias que permite, principalmente, a transformação de qualquer linguagem ou dado em números, isto é, em zeros e uns (0 e 1). Uma imagem, um som, um texto, ou a convergência de todos eles, que aparecem para nós na forma final da tela de um dispositivo digital na linguagem que conhecemos (imagem fixa ou em movimento, som, texto verbal), são traduzidos em números, que são lidos por dispositivos variados, que podemos chamar, genericamente, de computadores. Assim, a estrutura que está dando suporte a esta linguagem está no interior dos aparelhos e é resultado de programações que não vemos. Nesse sentido, tablets e celulares são microcomputadores. Disponível em: Acesso: 05 maio 2022.

A tecnologia é parte essencial na vida de todas as pessoas. Atualmente, os *smartphones*, *tablets* e computadores tornaram os hábitos da sociedade bem mais fáceis, mensagens que antigamente demoravam dias ou meses para chegar, agora demoram minutos ou até segundos. Em um curto espaço de tempo, a tecnologia explodiu no mercado e agora, muitas pessoas não conseguem imaginar uma vida sem ela.

De acordo com o Portal Escola Educação (2019, p. 1),

A era principal da tecnologia e da invenção surgiu no século 18, quando a revolução industrial começou e as máquinas foram inventadas. A Revolução Industrial começou na Grã-Bretanha muitas das inovações tecnológicas vieram de lá. Em meados do século XVIII, a Grã-Bretanha era a nação líder em comércio mundial, controlando um império global com as colônias na América do Norte e na África.

A tecnologia sempre existiu, porém se fazia presente em diferentes formas em que muitas vezes não se era possível enxergar. Nos tempos antigos foi criada a roda, uma forma de inovação, de tecnologia, isso há 3.500 a.C., na idade média os chineses inventaram a pólvora e os fogos de artifício, no século XVIII Thomas Newcomen desenvolveu o motor a vapor. Pode-

¹ Pedagoga URI Erechim RS

² Professor do DCH URI Erechim RS

³ Mestre em Educação URI/FW.

⁴ Professor/Coordenador Escola de Educação Básica. URI Erechim RS

se dizer que a tecnologia e inovação sempre existiram, e toda a evolução foi importante para que ela chegasse à tecnologia que existe hoje. (PORTAL ESCOLA EDUCAÇÃO, 2019).

A tecnologia está cada vez mais acessível para qualquer faixa etária, por meio de celulares, *tablets*, a criança bem pequena (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) já convive com esses aparelhos, operando com as tecnologias digitais que permitem internalizar os procedimentos necessários para utilizá-los, empregar várias linguagens (usar textos, imagens, captar sons e outras) e inserir-se numa cultura digital.

O presente trabalho tem como objetivo geral, analisar por meio de rastreamento das plataformas digitais *Spotify* e *Youtube Kids*, se os conteúdos das músicas e vídeos apresentados são condizentes com o que se espera da criança de 3 a 5 anos. Já os objetivos específicos são descrever quais ações são esperadas da criança no computador, em cada faixa etária; compreender o que são *streamings*, e sua utilização como recursos didáticos pedagógicos em sala de aula; averiguar se os materiais disponibilizados na *playlist* estão de acordo com o disposto na BNCC/2018 e avaliar se vídeos, músicas e letras das plataformas digitais são condizentes com a faixa etária da criança de 3 a 5 anos.

Haja vista que a tecnologia digital está mais presente a cada dia, com acesso maior pela criança com ou sem acompanhamento dos pais ou responsáveis, o trabalho tem como problema: As plataformas digitais de músicas e vídeos apresentam os conteúdos para a criança baseando-se nas capacidades (habilidades e competências) para cada idade?

As letras das músicas e vídeos trazem diversas ideias em poucos minutos, muitos conteúdos apresentam informações sempre se preocupando com a linguagem e o contexto adequado para as faixas etárias, mas é de extrema importância que a criança seja acompanhada por responsáveis na hora de utilizar o computador e celular.

A sociedade vem passando por mudanças constantes, especialmente aquelas voltadas às tecnologias digitais. Por meio dos *smartphones* e *notebooks*, por exemplo, as pessoas se conectam a tudo que está à sua volta, pesquisando informações, assistindo, relacionando-se, aprendendo, entre tantas outras atividades. A tecnologia hoje está presente em diversos aspectos da vida: na maneira como se acessa o conhecimento, se busca e se troca informações, na comunicação com outras pessoas. (RAABE, 2020).

O trabalho que norteou esta investigação é de caráter qualitativo, orienta-se pelo enfoque exploratório, descritivo, mediante pesquisa bibliográfica e na internet, onde são analisados o que diversos autores apresentam sobre as tecnologias digitais e as plataformas de música, para o uso da criança.

O enfoque do trabalho é exploratório que tem como objetivo familiarizar o pesquisador com o problema, para assim torná-lo mais explícito e auxiliar a construir hipóteses, e descritivo que consiste no levantamento das características de determinada população ou fenômeno ou então o estabelecimento de relações entre variáveis na pesquisa. (GIL, 2002).

A pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2002, p. 44):

É desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Entretanto, a busca na internet, constitui-se numa ferramenta indispensável para a procura de informações rápidas, mediante o acesso a *sites*, periódicos, revistas digitais, bibliotecas e outros.

O trabalho realizou-se por meio de consultas em plataformas digitais de músicas e vídeos, analisando os conteúdos, para que possam ser relacionados com o que estudiosos falam sobre a criança e a tecnologia. Foram selecionadas quinze músicas presentes em três *playlists* do *Spotify*, do período de 2020 até 2022, já no aplicativo *Youtube Kids* foram selecionados cinco vídeos publicados do ano de 2020 até 2022, em que teve como objetivo analisar as letras, imagens e histórias presentes nos conteúdos disponíveis.

A estrutura do artigo é composta por duas seções: 1) Habilidades/Competências das crianças (idade x computador) (BNCC 2018) e 2) Recursos didáticos-pedagógicos digitais encerrando o mesmo com as Considerações Finais.

HABILIDADES/COMPETÊNCIAS DAS CRIANÇAS (IDADE X COMPUTADOR) BNCC 2018

Conforme a Base Nacional Comum Curricular entende-se por competências a mobilização de conhecimentos, que agrega conceitos e procedimentos, enquanto que por habilidades são consideradas as práticas, cognitivas e socioemocionais, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2018).

A criança é um sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia sozinha ou com as demais pessoas a sua volta, constrói sua identidade pessoal e coletiva, ao mesmo tempo que brinca, imagina, experimenta, questiona e constrói sentidos, produzindo cultura. (BRASIL, 2013)

Na BNCC, a criança a qual foi o público alvo deste trabalho está dividida em crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). (BRASIL, 2018)

Segundo Piaget (1973, p. 76), o desenvolvimento da criança implica numa série de estruturas construídas de forma progressiva e continuamente.

Além disso, nas palavras de Silva; Santos; Jesus (2016, p. 4):

o sujeito é um ser ativo que estabelece relações de troca com o conhecimento, num sistema de relações vivenciadas e significativas, uma vez que este é resultado de laços do indivíduo sobre o meio físico e social em que vive adquirindo significações ao ser humano quando o conhecimento é inserido em uma estrutura – isto é a assimilação.

Para Piaget, a criança aprende por meio de esquemas contínuos, os quais são caracterizados por diversas fases, que passam por alguns estágios distintos: sensorio-motor, pré-operatório, operatório-concreto e operatório-formal. A criança foco do trabalho, encontra-se no estágio pré-operatório (2 a 7 anos), em que a criança é capaz de simbolizar, de evocar objetos ausentes, estabelecendo diferença entre significante e significado, o que possibilita distância entre o sujeito e o objeto, por meio da imagem mental, a criança é capaz de imitar gestos, mesmo com a ausência de modelos. (SILVA; SANTOS; JESUS, 2016)

Falando na relação criança e computador, a Base Nacional Comum Curricular contempla o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao uso crítico e

responsável das tecnologias digitais de forma transversal e direcionada. A BNCC traz como competência geral 5:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018)

Segundo a BNCC e os PCN's, a criança de 3 a 4 anos deve conhecer as partes básicas do computador, porém nessa idade ela possui dificuldade em controlar o mouse, então é de extrema importância não exigir que a criança faça cliques no mouse ou o arraste. De 4 a 5 anos, a criança já melhora o controle do mouse, podendo desenhar formas geométricas, porém possui dificuldade na organização espacial, podendo perder o cursor de vista. A criança utiliza o editor de desenhos, experimenta o editor de textos e gosta de *softwares* que permitem clicar e desencadear efeitos especiais. (BRASIL, 1997, 2018).

Nesse contexto, é preciso lembrar que incorporar a tecnologia digital na educação não se trata de utilizá-la somente como ferramenta para promover as aprendizagens, mas sim utilizá-la para que os estudantes construam conhecimento sobre a tecnologia, desenvolvendo um uso consciente.

A partir do início do ano de 2020, a relação da criança com o computador/internet modificou tornando-se mais forte, isso porque em 31 de dezembro do ano de 2019 foi descoberto a presença de um vírus que causa problemas respiratórios na cidade de Wuhan, na China, esse vírus é denominado de Coronavírus (COVID-19), que depois se espalhou pelo mundo inteiro.

Com o surgimento da pandemia em todo o mundo, a volta ao que se considerava vida normal está bem mais distante. As relações sociais foram modificadas e uma nova conduta social emergiu, modificando os comportamentos, as formas de aprendizagem e as relações interpessoais e, conseqüentemente, isso refletiu-se nas estratégias de ensino. Diante desse cenário, surge a Pedagogia da Pandemia¹, onde o uso das tecnologias digitais tornou-se extremamente importante no processo de ensino-aprendizagem. (BARRETO; ROCHA, 2020)

Ao passo que a criança ficou em casa por conta do isolamento social, o acesso as plataformas digitais por meio de computadores, *tablets* e *smartphones* aumentou com/sem a supervisão dos responsáveis. A criança passou a ter acesso a muitas informações e muitos conteúdos, sem saber se são condizentes com sua idade por meio de músicas, vídeos, jogos e os demais conteúdos disponibilizados nas plataformas.

Diante disso, muitos professores tornaram a tecnologia uma aliada no processo de ensino-aprendizagem, com as aulas *online*, atividades didáticas nas diferentes plataformas, além de vídeos, músicas e jogos para facilitar a compreensão dos estudantes sobre os conteúdos estudados.

¹ Definição da forma como a educação se organizou, a partir do contexto pandêmico no qual todo o mundo está vivenciando.

RECURSOS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS DIGITAIS

Como em todos os setores da sociedade, a tecnologia também influenciou na educação. Hoje a tecnologia pode ser vista como algo essencial nas escolas. A internet, por exemplo, é algo que facilita tanto a vida dos professores quanto a dos estudantes, se usada de forma correta. Os professores podem utilizá-la para tornar as aulas mais dinâmicas e trazer maneiras diferentes de mediar os conteúdos com a turma, sem deixar a aula monótona.

Nas palavras de Moran (2009, p.1730) as tecnologias:

são recursos que podem auxiliar no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que permitem aprender em qualquer lugar e a qualquer hora; permitem flexibilizar os processos de ensinar e de aprender, abrir as escolas para o mundo e trazer o mundo para as escolas, em tempo real.

A tecnologia digital estará cada vez mais presente no cotidiano da criança, principalmente com os aplicativos de música e vídeo *Youtube Kids* e *Spotify*, dado assim a importância dos pais e responsáveis mediarem o acesso da criança na internet. Elas podem ser grandes aliadas nos processos de ensino-aprendizagem tanto na escola quanto em casa, sabendo que o uso de diferentes mídias pode contribuir para que a criança possa desenvolver suas compreensões sobre o mundo e sobre a cultura em que vive, além de provocar transformações nas formas de agir, perceber e aprender a realidade.

A maioria das tecnologias é utilizada como auxiliar no processo educativo, pois elas ampliam as possibilidades de ensino para além do curto e delimitado espaço de presença física de professores e estudantes na mesma sala de aula, trazendo a possibilidade de uma interação entre professores, estudantes e objetos de aprendizagem redefinindo a dinâmica da aula e criando novos vínculos entre os participantes do processo. (KENSKI, 2012)

Deve-se levar em consideração que a criança está cada vez mais conectada às tecnologias digitais, configurando-se como uma geração que estabelece novas relações com o conhecimento, o que necessita, portanto, que transformações aconteçam na escola, por meio de novos métodos no processo de ensino-aprendizagem utilizando as tecnologias tão presentes no cotidiano das crianças. (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015).

Ao utilizar as novas tecnologias digitais, a criança deve ser orientada e provocada a estabelecer interações mediadas pelo responsável, para que possa estimular a autonomia, a memória e a criatividade enquanto utiliza dos meios digitais. Dessa forma, a criança estará ampliando a possibilidade de construção de uma aprendizagem social. (INÁCIO; CONTE, 2021, p. 74)

Tipos

A tecnologia digital facilitou a pesquisa, a comunicação e a divulgação em rede. Há as tecnologias mais organizadas, como os ambientes virtuais de aprendizagem, como o *Google Classroom*, *Moodle* e outros semelhantes, onde permite que os professores controlem as etapas de cada curso. Além dos ambientes formais, há um conjunto de tecnologias mais fáceis em que

se encontram os *blogs*, *podcasts* e outros, onde os estudantes podem ser protagonistas de seus processos de aprendizagem. (MORAN, 2013)

Streamings

A música sempre esteve e está em constante consumo pelos mais diversos públicos que gostam de ouvi-la, e assim como diversas formas de consumir diversos serviços e tecnologias se modificam ao longo do tempo, a música também seguiu por esse caminho. As formas de consumo foram mudando assim como os equipamentos para ouvir música também foram substituídos, na década de 40 era utilizado o vinil, a partir dos anos 80 com a utilização do CD, no final da década de 90 era criado os MP3 *players* que revolucionaram com seu tamanho físico e a potência em armazenamento, e por fim os serviços de *streaming* no qual é possível fazer buscas e ouvir o artista que quiser em qualquer lugar sem necessitar de *download*. (VIANA *et al.*, 2019)

O *streaming* é uma forma de distribuição digital que dá acesso *online* a um catálogo “ilimitado” de músicas gravadas, instantaneamente, em qualquer hora e local, não exige o *download* antecipado das músicas, que são armazenadas em um servidor remoto e acessadas sob demanda a partir de qualquer dispositivo ligado à rede. (MOSCHETTA; VIEIRA, 2018).

Dentre inúmeros serviços *online* de *players* de música o que mais se destaca é o *Spotify*, um serviço de *streaming* de música criado e lançado pela *Startup Spotify AB* localizada em Estocolmo na Suécia em 7 de outubro de 2008, no qual é possível ter acesso a álbuns, rádio, *playlists* criadas pelo próprio serviço, *ranking* das mais ouvidas, *podcasts* entre outros recursos dentro dele.

Playlist

De acordo com Dias, Gonçalves e Fonseca (2016, p.5), “uma *playlist* é uma sequência arbitrária de músicas cujo objetivo é ser ouvida como um grupo e que se enquadram em um certo tema ou propósito, para reprodução individual ou compartilhamento” (Tradução livre). As *playlists* podem ser organizadas em diversos *sites* e aplicativos, como o *Youtube Kids* e *Spotify*. Muitas pessoas organizam as *playlist* por gêneros musicais, artistas, gostos e até para determinadas ocasiões.

Falando de *playlist*, qualquer usuário de aplicativos de áudio atual podem criar de listas de reprodução. Eles dão a oportunidade de ouvir as músicas em ordem ou aleatoriamente, com determinados ambientes ou estilos, olhando as preferências do usuário. Muitos serviços de hospedagem de vídeo também fornecem a capacidade de criar *playlists*, como o *Youtube Kids*.

Spotify

O *Spotify* é um serviço de *streaming* de música, *podcast* e vídeo que foi lançado oficialmente em 7 de outubro de 2008. É o serviço de *streaming* mais popular e usado do mundo. Ele é desenvolvido pela *Startup Spotify AB* em Estocolmo, Suécia, encontra-se disponível em praticamente todo o continente americano e europeu, além de alguns países na Ásia e Oceania, totalizando mais de 55 países. O *Spotify* é um serviço, com recursos básicos sendo gratuitos

com propagandas ou limitações, enquanto recursos adicionais, como qualidade de transmissão aprimorada e *downloads* de música, são oferecidos para assinaturas pagas. (MELO, 2017)

As músicas podem ser navegadas ou pesquisadas por artista, álbum, gênero, lista de reprodução. Os usuários podem criar, editar ou compartilhar *playlists* em redes sociais ou fazer *playlists* com outros usuários. O *Spotify* fornece acesso a mais de 30 milhões de músicas.

O aplicativo conta com quatro tipos de assinatura: a assinatura *free*, onde o usuário utiliza ilimitadamente, porém conta com algumas propagandas ao longo do uso; a assinatura *premium* individual, onde o usuário é livre de anúncios e pode utilizar o aplicativo no modo *off-line*, e sendo universitário consegue desconto no primeiro ano de assinatura; no modo *premium* duo há duas contas e *playlists* atualizadas para o duo; já no modo *Family*, são seis contas com *playlists* para a família, além de contar com o *Spotify Kids* feito somente com conteúdos infantis, todas as assinaturas contam com demais benefícios apresentados no termo de assinatura. (SPOTIFY, 2021)

Youtube Kids

O *Youtube Kids* é uma extensão do *Youtube* que foi criada para proporcionar às crianças um ambiente mais controlado que torna a exploração mais simples e divertida, além de facilitar a orientação dos pais e cuidadores à medida que descobrem novos e incríveis interesses ao longo do caminho. A plataforma apresenta diversas opções de vídeos, como vídeos para aprender a fazer algo, vídeos de experiência científica, músicas infantis e muito mais. (YOUTUBE KIDS, 2021)

O acesso pode ser realizado pelos responsáveis, ou pela própria criança, pois *site* ou aplicativo conta com três modos de pesquisa e exibição de vídeos.

Segundo o *Youtube Kids* (2021) esses modos são:

O Modo "Pré-escolar", feito para crianças de até 4 anos, organiza vídeos que promovem a criatividade, a diversão, o aprendizado e a exploração. O Modo "Crianças" permite que as crianças de 5 a 8 explorem seus interesses em uma ampla variedade de tópicos, incluindo músicas, desenhos animados e artesanato. Enquanto o nosso modo "Adolescente" proporciona às crianças com 9 anos ou mais a oportunidade de pesquisar e explorar conteúdos adicionais, como música popular e vídeos de jogos para crianças.

O *Youtube Kids* se preocupa em trazer a melhor experiência aos seus usuários, buscando tornar o acesso mais simples e mais seguro para a criança, sem sair da realidade da mesma, mas trazendo conteúdos que prendam a atenção.

Com base no exposto, pode-se observar que os recursos digitais são de grande importância, pois se tornaram muito úteis na vida em sociedade, além de permitirem a utilização tanto para o trabalho em sala de aula, como fora dela, trazendo a criança como centro da atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia está cada vez mais presente na vida das pessoas de diversas maneiras. A tecnologia digital se tornou parte essencial no cotidiano, por meio de celular, *tablets* e computadores as pessoas pesquisam informações, escutam músicas, assistem vídeos, mandam mensagens e realizam tarefas simples do dia de forma mais rápida como fazer pedidos de produtos e o pagamento por meio de aplicativo.

A tecnologia digital além de seu uso habitual no cotidiano das pessoas, pode ser utilizada como recurso didático-pedagógico, por meio de plataformas digitais como os aplicativos de *streaming*, o qual é uma maneira de distribuição digital de músicas e vídeos online, onde as pessoas podem usufruir dos conteúdos sem a necessidade de *download*.

Dentre todas as plataformas de *streamings*, pode-se analisar que os aplicativos *Spotify*, e *Youtube Kids* são bons recursos para trabalhar dentro da sala de aula pois tornam a mesma mais dinâmica e divertida para a criança, e fora dela no seu cotidiano imediato.

REFERÊNCIAS

BACICH, L.; TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. de M. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/ensino-remoto/professor/apostilas-e-livros/ensino-hibrido.pdf/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

BARRETO, A. C. F.. ROCHA, D. S. **Covid 19 e Educação: Resistências, desafios e (im)possibilidades** INSS 2675-1291- DOI: <http://dx.doi.org/10.46375/encantar.v2.0010>. **Revista Encantar** - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-11, jan./dez. 2020.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 17 nov. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

DIAS, R.; GONÇALVES, D.; FONSECA, M. J. **From manual to assisted playlist creation: a survey**. Multimedia Tools and Applications, 2016. Disponível em: https://web.ist.utl.pt/~daniel.j.goncalves/publications/2017/playlist_survey.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

INÁCIO, C. de O.; CONTE, E. **A criança e as tecnologias**. Disponível em: http://svr-net20.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1219/1/CAP%C3%8DTULO%20%20-%20a_crian%C3%A7a_e_as_tecnologias.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação**. - 8ª ed.- (Coleção Papirus Educação). Campinas – SP: Papirus, 2012.

MELO, G. B. V. de. **O Som do Spotify BR: Dimensões do Consumo de Música Digital no Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31936/1/dissertacao_o_som_do_spotify_BR_2018_gabriel_vaz_de_melo_fa.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

MORAN, J. M. Desafio dos educadores com as tecnologias. *In*: CLEBSCH, J. **Educação 2009: as mais importantes tendências na visão dos mais importantes educadores**. Curitiba: Multiverso, 2009.

MORAN, J. M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. – 21. ed. rev. e atual. Papirus. (Coleção Papirus Educação). – Campinas, São Paulo: 2013.

MOSCHETTA, P. H.; VIEIRA, J. Música na era do streaming: curadoria e descoberta musical no Spotify. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 49, set-dez 2018, p. 258-292. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/5XZxPbPwL7VhPdhdLgbmzfF/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 11 nov. 2021.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PORTAL ESCOLA EDUCAÇÃO. **Evolução da Tecnologia e suas mudanças na sociedade**. Disponível em: <https://escolaeducacao.com.br/evolucao-da-tecnologia/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

RAABE, A. **Currículo de referência em tecnologia e computação: da educação infantil ao ensino fundamental** [recurso eletrônico] / [André Raabe, Christian Brackmann e Flávio Campos: organização Centro de Inovação para a Educação Brasileira]. – 2. ed. – São Paulo: CIEB, 2020.

RIBEIRO, A. E. F. Tecnologia Digital. *In*: FRADE, Isabel C. A. S.; VAL, Maria G. C.; BREGUNCI, Maria G. C. (Orgs.). **Glossário CEALE*** Termos de Alfabetização, Leitura e Escrita para Educadores. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita - CEALE. Faculdade de Educação da UFMG. Belo Horizonte: 2014.

SILVA, E. dos S.; SANTOS, S. A. dos; JESUS, V. M. de. **O desenvolvimento cognitivo infantil sob a ótica de Jean Piaget**. [S.l.:s.n.], 2016. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc9-6.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SPOTIFY. **O som do spotify**. 2021. Disponível em:
<https://www.spotify.com/br/premium/#plans>. Acesso em: 22 nov. 2021.

VIANA, A. B. *et al.* **A cultura de consumo das plataformas de streaming**: análise do serviço do Spotify com relação ao nível de satisfação do público consumidor. Bahia, 2019. Disponível em: <http://www2.uesb.br/eventos/workshoptemarketing/wp-content/uploads/2018/10/VF-A-cultura-de-consumo-das-plataformas-de-streaming-Spotify.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2021.

YOUTUBE KIDS. **Youtube Kids**. 2021. Disponível em: https://www.YoutubeKids.com/intl/ALL_br/kids/. Acesso: 11 nov. 2021.

AS DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: REVISÃO CONCEITUAL

Tainá de Oliveira¹
Carlos Antônio da Silva²
Rochana Basso³
Mateus Baldissera⁴

INTRODUÇÃO

Ao longo da história o conceito de família passou por muitas mudanças, afetando significativamente aspectos sociais, econômicos, religiosos, culturais, entre outros, desde o modelo de formação até o provedor de sustento. Houve um tempo em que havia um “padrão” de família, composto por pai, que era o responsável por sair para trabalhar, sustentar o lar e ser a autoridade, pela mãe que era a responsável por cuidar do lar, dos filhos e do esposo, dos quais suas únicas funções eram estudar e atender aos pedidos dos pais, sem poder ao menos contestá-los.

Com o passar do tempo houveram algumas alterações na sociedade, gerando assim novas configurações familiares que ganharam nomenclaturas e são regidas pela legislação brasileira.

CONCEITUANDO FAMÍLIA

De acordo com Michaelis (2019), família é o conjunto de pessoas, em geral ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto. São pessoas do mesmo sangue ou não, ligadas entre si por casamento, filiação, ou mesmo adoção; parentes, parentela. Em sentido figurado, representa o grupo de pessoas unidas por convicções, interesses e/ou origem comuns.

Além disso, a família pode ser reconhecida de inúmeras maneiras, como família nuclear, monoparental, binuclear, reconstituída, homoparental, unipessoal, multiespécie, dentre outras.

Conforme Basso (2020, p.42), a família em seu início era formada pelo pai, que tinha a função de prover o sustento do lar e pela mãe, que desempenhava um papel mais social e ficava restrita aos afazeres domésticos. Já os filhos deveriam atender o que o senso comum social determinava: deveriam ser educados e respeitosos.

¹ Pedagoga. Pós-Graduanda em Neuropsicopedagogia Clínica na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus Erechim. Professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Erechim.

E-mail: tainadeoliveira04@gmail.com

² Professor do DCH URI Erechim

³ Mestre em Educação URI/FW

⁴ Professor/Coordenador Escola Educação Básica URI Erechim

Nesse sentido, Nosella (1981, p. 36) apresenta o pai, chefe de família. A pessoa que sai para trabalhar, pois é responsável pelo sustento da família. É a autoridade da família”. Ainda sobre o papel do pai a autora diz que:

O pai se dedica a um trabalho sério, pois dele o sustento da família. A mãe não trabalha, apenas trata do lar, do marido e dos filhos. Nunca o pai é citado como responsável direto pelos cuidados dos filhos, pois esse é o papel reservado à mãe. A bondade do pai transparece em seu comportamento, pois é ele quem leva os filhos para passear, pescar, ir à praia, fazer viagens, piqueniques, ir ao jardim zoológico, ao circo.

Já o papel da mãe: “é mencionada como membro familiar, que, geralmente, não trabalha, mas trata do lar, do marido e dos filhos... A mãe e a mulher no geral são citadas como: donas de casa e cozinheiras por excelência”.

“Os filhos devem apresentar, invariavelmente, três comportamentos fundamentais: serem bons, obedientes e estudiosos”.

Para Engels (2012, p. 9-10):

Através dos séculos e dos milênios, a família foi mudando de feições, suas regras de constituição foram-se alterando, surgem novas modalidades de vida em sociedade que, acrescidas de uma série de outros fatores, desembocam na criação de outras necessidades para além do grupo familiar, dando origem a uma agricultura praticada de modo mais intenso, a uma nascente indústria, a um contato espontâneo ou forçado com outros povos, por meio da expansão do território e da guerra, e a um decorrente sistema de troca, de compra e venda, que viria a ser a atividade comercial. Todo esse novo sistema reestrutura igualmente a posse do território, passando a dividi-lo em partes, dando origem à propriedade privada com todos os benefícios e males que dela decorrem.

A origem da família está diretamente ligada à história da civilização, surgindo como um fenômeno natural, por meio da necessidade do ser humano em estabelecer relações afetivas de maneira estável.

Considerando a diversidade nas configurações familiares, percebe-se que o conceito de família tem se diversificado bastante. Basso (2020, p.42) afirma que falar sobre a família passou a ser uma questão mais difícil e delicada, visando seus diversos estereótipos. Ao longo do tempo as famílias vem sofrendo alterações e essas alterações tem refletido na sociedade, gerando novas necessidades aos indivíduos. Nesse contexto surge a mercantilização, fazendo com que as relações familiares mudem, desde à infância até a velhice, os cuidados que antes eram designados as famílias, passam a ser oferecidos por outros espaços, como a creche, que substituem a casa dos avós e os repousos para idosos que substituem a casa dos filhos quando os pais chegam à velhice.

Cada vez mais é necessário tratar as famílias no plural, pois não é possível conceituar algo extremamente complexo. De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 226:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.
§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. (Regulamento)

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, após prévia separação judicial por mais de um ano nos casos expressos em lei, ou comprovada separação de fato por mais de dois anos. (Revogado)

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 66, de 2010)

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. Regulamento

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Nesse sentido a Constituição Federal assegura como sendo aquela formada pela união monoparental ou pelo menos estável, bem como outras formas possíveis, protegidas por lei.

Basso (2020, p. 42), lembra que:

Há outros focos nas responsabilidades advindas do núcleo familiar e que estão intimamente ligados à sua formação, como é o caso dos novos arranjos familiares recentes, que demandam tanto relações de familismo como de individualismo. Na prática, o que se tem é uma diversidade cada vez maior dos arranjos, de um lado, e desigualdades no usufruto do tempo, e no poder de compra de equipamentos e serviços que colaborem para o cuidado de si e dos outros. Com tantas crianças crescendo em lares com apenas um dos pais, em geral a mãe, um número crescente de mulheres com salários maiores do que os dos homens ou inteiramente responsáveis pelo sustento do lar, novas formas de relação afetiva e de arranjos no cuidado com os filhos e um número crescente de uniões entre indivíduos do mesmo sexo, não se pode dizer mais que um determinado tipo de família é normal ou até mesmo preferível.

Com o passar dos tempos e com todas as modificações ocorridas na sociedade, a família também se modificou, fazendo assim com que as pessoas estejam inseridas na mesma, independente da sua configuração familiar. Antes a sociedade apresentava uma família mais tradicional/patriarcal, a mesma passou a ser uma família nuclear e após o divórcio ser reconhecido tudo mudou e novas configurações foram acrescentadas na sociedade.

DIFERENTES CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Família Nuclear

O modelo da família nuclear, constituído por pai, mãe e filhos (as), tem sido privilegiado na concepção construída historicamente sobre a configuração familiar – concepção prevalente que corresponde ao modelo hegemônico da família tradicional burguesa, monogâmica e patriarcal, oriunda da união de um casal por laços legais e legítimos (BRASIL, 1988; SILVA, 2005).

Voltando aos primórdios, desenvolveu-se uma estrutura social, fazendo com que a família funcionasse como um núcleo. No primeiro núcleo pertenciam ao pai que era o chefe da família e provedor do sustento da mesma, sua esposa que tinha como função cuidar do esposo, dos filhos e do lar e os filhos que tinham que ser obedientes e respeitosos como demandava a sociedade, nesse sentido esses eram os representantes principais, por outro lado havia um núcleo secundário que era formado por parentes, filhos ilegítimos (filhos fora do casamento) ou de criação, afilhados, serviçais, escravos. (FREYRE, 1981).

Ainda sobre o sistema patriarcal, (COTRIM, 2005), traz o costume de que o filho mais velho é quem deveria herdar as terras do pai, caso a família fosse composta por mais filhos os outros eram encaminhados para estudar, então formando-se advogados, médicos ou até mesmo padres, caso sua formação fosse religiosa.

Já as filhas eram encaminhadas a conventos, onde aprendiam a escrever, ler, cantar e bordar, enquanto esperavam para casar, caso não casassem, permaneciam no convento e eram conduzidas à vida religiosa.

No Brasil – Colônia, a família passou a ser vista como organização familiar latifundiária, todos submetiam-se ao grande senhor rural que era proprietário de grandes terras, onde plantavam as bases da economia brasileira e outras grandes lavouras. A família patriarcal era quem desempenhava os papéis de procriação, administração econômica e direção política. A unidade da família deveria ser preservada sempre, não importava o que tivesse que fazer para que isso acontecesse, por isso era comum os casamentos entre parentes.

Desse modo a família nuclear também obteve grande importância no processo de formação da sociedade, esta estrutura se difere da família patriarcal, pois é composta apenas pelo núcleo representado pelo pai (chefe da família), sua esposa e seus descendentes legítimos. ALVES (2009, p. 8), traz que:

No decorrer da história brasileira, o início das transformações da configuração familiar patriarcal clássica para essa configuração mais moderna, denominada nuclear ocorreu a partir da chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro e o início de uma vida social na Colônia.

Com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil trouxe assim, também a influência árabe, exercida sobre os portugueses, fazendo com que fossem estabelecidas novas formas de oportunidades de estudos aos segmentos masculinos, mais jovens, gerando assim filhos menos dependentes do poder patriarcal. (ALMEIDA, 1987, p.8-13).

Outro aspecto importante, sobre a família nuclear, é quando ocorriam o casamento de dois componentes, constituindo-se assim a sua própria família. Alves (2009, p.8), diz que:

Na família nuclear brasileira, historicamente falando, quando seus componentes se casavam, constituíam sua própria família em outro domicílio. Eram raros os casais que agrupavam genros, noras e netos em torno de seus filhos casados, o que nos leva a crer que, na família nuclear, diferentemente da patriarcal, não havia um total poder de mando por parte do chefe da família. Se o comando do lar era responsabilidade da mulher, pois esta deveria administrar o lar e educar os filhos, a ausência do homem era comum em seu domicílio, devido à sua dedicação aos negócios, o que acabava diminuindo-lhe a autoridade paterna.

Nesse sentido ao logo do tempo, o conceito de família nuclear e a instituição do casamento se modificaram, com o crescente número de separações e divórcios no final da década de 60. A partir daí começam a surgir novas organizações familiares.

Família Monoparental

De acordo com a Carta Magna, a família é conceituada como “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Nesse sentido Leite (2003) traz que “uma família é monoparental quando a pessoa considerada (homem ou mulher) encontra-se sem cônjuge, ou companheiro, e vive com uma ou várias crianças”.

São famílias decorrentes de divórcios ou separações, também famílias em que um dos pais é viúvo ou solteiro, sendo assim um dos pais assume os cuidados com o filho, não tendo parentalidade ativa por parte do outro, podendo ser também para aquele que decide adotar uma criança, sem ter um companheiro. (LORENSET, 2012)

Os pais sempre deverão partir do princípio de cuidado e proteção aos filhos, assim com dispõe o Código Civil (2003):

Art. 1.583 – a guarda será unilateral ou compartilhada.

§ 1º Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar comuns.

§ 2º A guarda unilateral será atribuída ao genitor que revele melhores condições para exercê-la, objetivamente, mais aptidão para propiciar aos filhos os seguintes fatores:

Afeto nas relações com o genitor e com o grupo familiar;

II- saúde e segurança;

III- educação.

§ 3º A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha supervisionar os interesses dos filhos.

A família monoparental, permanece assim com a finalidade proporcionar entre seus membros, o amor e de se ter um ambiente saudável para que seus filhos, de maneira segura.

Família Binuclear

Para delinear essa noção de que a família permanece sendo unidade e para referir-se aos pais/mães e filhos que integravam anteriormente uma família nuclear e que vivenciaram a separação/divórcio, independentemente do tipo de arranjo de guarda atual, da existência ou não de recasamento. (AHRONS, 1994).

De acordo com Oliveira (2017, p.7):

O fundamento básico é de que a parceria parental precisa existir quando há filhos, pois a separação muda a estrutura familiar, mas as funções parentais devem permanecer as mesmas, sendo assim, o conceito refere-se a famílias com dois lares, dois núcleos, sendo um deles coordenado pela mãe e o outro pelo pai.

Nesse sentido deve-se estabelecer uma boa relação entre os pais para que os filhos possam se sentir integrantes dos dois lares, independente da configuração familiar atual de cada um dos seus membros.

Família Reconstituída

As famílias reconstituídas, são formadas por mulheres e homens com filhos de relações anteriores, podendo ter seus próprios filhos. De acordo com Cano *et al.* (2009), reconstruir o ambiente no contexto de um novo casamento nos convida a repensar essa nova configuração familiar. Homens e mulheres precisam reconciliar uma série de relacionamentos potencialmente conflitantes: descendentes de casamentos diferentes, novos relacionamentos matrimoniais e contato contínuo com seus predecessores devido a um filho em comum.

Família Homoparental

Para Lacerda (2008), as famílias homoparentais, são constituídas pela relação afetiva-sexual entre dois indivíduos do mesmo sexo, que se relacionam /de maneira estável, numa mesma habitação, com ou sem existência de filhos desta relação, porém se utiliza o termo de família homoparental para casais homoafetivos com filhos.

As famílias reconstituídas, apontam para um redimensionamento de seus limites e para o surgimento de novas dinâmicas e vínculos entre os membros pertencentes da mesma. (COSTA, 2008; AMARAL, 2010)

Família Multiespécie

A configuração denominada multiespécie, refere-se a um grupo familiar composto por pessoas que reconhecem e legitimam seus animais de estimação como membros da família (FARACO, 2008; KNEBEL, 2012).

Rodrigues (2018, p.22), diz que:

A relação homem-animal apresenta diversas nuances, a depender do momento histórico, científico e cultural analisado, começando pelo período em que os animais não humanos sequer eram entendidos como seres vivos, ou eram vistos como máquinas, sendo que em meados do séc. XX passaram alguns animais a participarem das famílias, como se fossem verdadeiros membros daquele grupo. Ademais, atualmente, há a comprovação e reconhecimento de sua sentiência e consequente tutela jurídica, como o caso de Portugal, em razão da aprovação do Estatuto Jurídico dos Animais, materializado por meio da Lei n.º 8/2017, de 1º de maio de 2017, a qual alterou o Código Civil, o Código de Processo Civil e o Código Penal.

Dessa maneira, houveram mudanças em relação a relação entre o homem e animal, passando assim a serem considerados membros da família. Assim, Dias, (2018, s.p.), diz o seguinte:

Os animais de estimação, especialmente, cachorros (mais presente nos lares) deixaram de ser o "melhor amigo do homem" e passaram a qualidade de "filho". Esta é a nova realidade que permeia os lares contemporâneos. Não é incomum a situação de inúmeras pessoas que "adotam" animais de estimação os elevando a qualidade de "filho" em detrimento da procriação tradicional, optando por não dar continuidade a família por meio de descendentes. Noutro ponto, ainda vislumbra-se casais com filhos humanos e animais de estimação, ambos convivendo em

condições de igualdade e tratamento. (Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/67381/familia-multiespecie-e-direito-de-familia-uma-nova-realidade>. Acesso em: 20 mar. 2022)

Devido as mudanças, as famílias passaram a dividir o afeto com os animais, além das responsabilidades e cuidados com os mesmos, assim como vinham fazendo entre os seres humanos pertencentes a mesma.

Família Unipessoal

A família unipessoal é formada por uma única pessoa, seja ela solteira, divorciada ou viúva. Como dispõe (LIMA, 2018, apud LÔBO, 2018):

A inclusão da pessoa sozinha no conceito de entidade familiar é relativa, ou seja, apenas para fins de impenhorabilidade do bem de família. Isso porque essa entidade sofre algumas críticas, dentre elas o fato de que, por ser uma só pessoa, não estaria preenchido o requisito da afetividade para caracterização como entidade familiar não expressa na Constituição, pois afetividade somente pode ser concebida em relação ao outro.

Sendo assim observa-se que essa configuração familiar, ainda possui alguns aspectos que devem ser analisados e questionados, visando o artigo 226 da Constituição.

A partir de todas as mudanças tanto na sociedade, quanto na família pode-se observar que algumas questões ainda permanecem e outras tiveram grandes mudanças. Apesar de todas essas modificações algumas questões ainda precisam ser revistas para que possam ser melhoradas as condições das mais variadas configurações familiares existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na família que surgem e se constroem os primeiros modelos a serem observados, experimentados e seguidos pelas crianças, por isso a mesma constitui um papel extremamente importante para a formação do indivíduo, afetando posteriormente diversos espaços na sociedade.

Com as diversas mudanças ocorridas na sociedade, na estrutura e funcionamento familiar, é preciso abordar essa temática com as crianças. Nesse sentido, foi possível historicizar a família desde a antiguidade até os tempos atuais, compreendendo assim a evolução que se obteve durante esse período, bem como indicando e compreendendo as configurações familiares presentes na atualidade.

É necessário enfatizar que as configurações familiares podem mudar a qualquer momento, sendo por meio da saída ou entrada de uma pessoa e/ou animal para o núcleo familiar.

REFERÊNCIAS

- AHRONS, C. (1994). **O bom divórcio**. Como manter a família unida quando o casamento acaba. Rio de Janeiro: Objetiva.
- ALMEIDA, Â. “Notas sobre a Família no Brasil”. In: ALMEIDA, A.M.*et al* (orgs.) **Pensando a Família no Brasil**. Rio: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.
- ALVES, R. R. **Família Patriarcal e Nuclear**: Conceito, características e transformações. Goiânia, setembro, 2009.
- BASSO, R. Famílias do Século XXI: a família multiespécie. **Revista Ensinando e Aprendendo**, Ipiranga do Sul, v.3, n.3, p. 42-50, agosto, 2020.
- BRASIL. **Código Civil do Brasil**. 54. ed. São Paulo: Saraiva, 2003
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal. 1988.
- CANO, D. S.; GABARRA, L. M.; MORÉ, C. O.; CREPALDI, M. A. As transições familiares do divórcio ao recasamento no contexto brasileiro. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 22, n. 2, p. 214-222, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/NC7Q54739cMs5DdhP6qjtzK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- COSTA, J. M. **A arte de recomeçar**: uma compreensão sobre a dinâmica das famílias recasadas. 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)–Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2008
- COTRIM, G. **História Global**: Brasil e Geral. Volume único. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DIAS, M. R. M. S. **Família multiespécie e Direito de Família**: uma nova realidade. Jus.com.br, 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/67381/familia-multiespecie-e-direito-de-familia-uma-nova-realidade> . Acesso em: 20 mar. 2022.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. São Paulo: Lafonte, 2012.
- FARACO, C. B.; SEMINOTTI, N. **Sistema social humano-cão a partir da autopoiese em Maturana**. In: Psico, v. 41, n. 3, 2 jan. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/8162>Acesso em 02 fev. 2021.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p.3- 87.
- KNEBEL, A. G. **Novas configurações familiares**: é possível falar de constituição familiar desde a relação multiespécie? Santa Rosa: UNIJUÍ, 2012. Trabalho de conclusão de curso

(Graduação em Psicologia), Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/1036>. Acesso em: 29 mar. 2021.

LACERDA, T. W. F. **Casos de famílias**: representações de paternidade homossexual na cidade de Campinas. Campinas: UFSC, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST21/Tiago_Wiliam_Felicio_Lacerda_21.pdf. Acesso em: 30 nov. 2021.

LEITE, E. de O. **Famílias monoparentais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

LÔBO, P. **Direito Civil**: Volume 5: famílias. 8. ed. volume 5, São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

LORENSET, L. L. **As novas configurações familiares na contemporaneidade**. Santa Rosa, 2012. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1302/TCC-%20AS%20NOVAS%20CONFIGURA%C3%87%C3%95ES%20FAMILIARES%20NA%20CONTEMPORANEIDADE.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MICHAELIS moderno dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos. Disponível: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fam%C3%ADlia/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

NOSELLA, M. de L. C. D. **As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos**. 8ª edição. São Paulo: Editora Moraes. 1981.

OLIVEIRA, L. A. P. O envolvimento paterno no contexto do divórcio/separação conjugal. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/176750/348110.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 maio, 2022.

RODRIGUES, A. M. A. **Família multiespécie e guarda de animais domésticos**: uma análise de seu reconhecimento no direito brasileiro. Belo Horizonte, 2018. 167 p. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Direito da Escola Superior Dom Helder Câmara. Disponível em: http://domhelder.edu.br/mestrado/editor/assets/arquivos_dissertacoesdefendidas/b6bab8d32856f4253148f9174f4e6770.pdf. Acesso em: 25 mar. 2022.

SILVA, M. R. da. **Família Monoparental na Atualidade e seus Fatores Determinantes**. (Trabalho de Conclusão de Curso), Curso de Direito, Centro Universitário Eurípides de Marília. Marília, p. 54. 2016. Disponível em: <https://aberto.univem.edu.br/bitstream/handle/11077/1491/FAM%C3%8DLIA%20MONOPARENTAL%20-%20RA%20515027%20%20MAR%C3%8DLIA%20RODOLPHO%20DA%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 mar. 2022.

A COOPERAÇÃO DA FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS

Aline Kubiak¹

Lara Fabia Dalla Rosa¹

Helen Clara Keller Bortoletti¹

INTRODUÇÃO

A educação, com o passar do tempo, torna-se mais importante, não apenas no sentido escolar, mas também na família, onde tem seu início. É por meio da educação moral que pequenos aprendizados começam a ser transmitidos desde o nascimento das crianças. A educação escolar vem para dar sequência a educação familiar, porém de uma forma mais técnica e com objetivos mais específicos.

Quando a criança passa a frequentar a escola, não significa que a família deve deixar de acompanhar sua aprendizagem, pelo contrário, é imprescindível que esteja envolvida igualmente e conjuntamente com a escola para a concretização do objetivo comum que é a educação.

Em muitas situações a família não participa ativamente da educação de seus filhos em decorrência da falta de tempo ocasionada pela demanda profissional. Em outros casos ocorre a indisciplina, que advém de uma educação sem limites. Conseqüentemente, essas crianças estão sujeitas a frustrações e maiores dificuldades, desde comportamentais a intelectuais.

Crianças que encontram apenas na escola uma educação que possibilite a disciplina e o seu desenvolvimento, passam por situações que poderiam ser evitadas se houvesse uma educação integrativa. Além disso a ausência da família na escola pode prejudicar sua vida a longo prazo.

Neste contexto, este artigo traz uma abordagem sobre a relação entre família e escola na educação de crianças. O intuito é ressaltar a importância da cooperação da família e a escola para que a criança se desenvolva emocional, intelectual e fisicamente de maneira positiva. Inicialmente, foram explanadas algumas ideias de educação na família e na escola, e na sequência buscou-se mostrar, por meio de evidências bibliográficas, que essa união é importante e eficaz.

CONCEITOS INICIAIS

Quando uma criança nasce, seu primeiro contato com pessoas costuma ocorrer com a família, e por meio dela se dá a aprendizagem, como também todo suporte que a mesma precisa

¹ Acadêmicas do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI – Erechim).

para crescer e se desenvolver, até chegar o momento em que começa a socializar com pessoas fora do seu círculo familiar. Para Simões (2013, p. 38), a família é:

a unidade institucional básica da sociedade, primariamente responsável pelas funções de desenvolvimento, educação e socialização, que envolvem necessidades físicas, suporte emocional, oportunidades de aprendizagem, orientação moral, desenvolvimento da resiliência e autoestima de uma criança.

Família também está relacionado a afetividade e identidade, onde Biroli (2014, p. 7) aponta que “A noção de família pode estar profundamente ligada a afetos e sentimentos, de diferentes tipos. As experiências que temos das relações familiares são singulares, íntimas e fundamentais para percepção de quem somos, isto é, para as nossas identidades.”

Comumente, a escola costuma ser o local onde as crianças socializam com outras crianças e adultos que estão fora do seu convívio familiar, sendo um ambiente que tem como objetivo “[...] propiciar meios para a construção do conhecimento e promover o desenvolvimento do aluno, especialmente na primeira etapa da educação infantil que tem a finalidade de desenvolver integralmente a criança” (SILVA; KAULFUSS, s.d., p. 2).

Também é possível compreender a escola como uma instituição que tem como intuito cuidar e ensinar sobre a cultura que está vigente na sociedade, como também proporcionar a oportunidade de a criança conviver em um ambiente de socialização e aprender a cultura por meio da interação com as outras crianças. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 79)

No dicionário educação está definida como “[...] o ato ou processo de educar-se. [...] aplicação dos métodos próprios para assegurar a formação e o desenvolvimento físico, intelectual e moral de um ser humano; pedagogia, didática, ensino. Conhecimento e desenvolvimento resultantes desse processo. [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1100).

Também é importante definir “educar”, verbo que no dicionário refere-se a “dar a (alguém) todos os cuidados necessários ao pleno desenvolvimento de sua personalidade. [...]” (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1101).

Educação e educar são processos que envolvem o ensino e a aprendizagem de diferentes contextos ou vivências, em que o indivíduo necessita desenvolver em sua vida, desde seu nascimento. Para tanto, a família e a escola estão inteiramente ligadas para que essa criança se desenvolva adequadamente, tanto física como intelectualmente.

Dessa forma, a família inicia o processo educacional dos filhos, que posteriormente passa a frequentar a escola, onde participa do processo educativo lá existente. Percebe-se que os dois conceitos (família e escola) contam com o mesmo objetivo para as crianças, que é a educação, para tanto, devem estar unidas no processo educativo, para melhor aprendizagem das crianças.

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Parolin (2010, p. 36) afirma que “a qualidade do relacionamento que a família e a escola construirão serão determinantes para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as instituições”. Esse bom relacionamento entre

família e escola, traz benefícios para os alunos, conseguindo ter um bom desenvolvimento em seu processo de aprendizagem.

As autoras Resende e Silva (2016, p. 30) afirmam em sua pesquisa documental da legislação educacional federal, do período 1988-2014, que:

[...] há nas legislações um enfoque maior nas relações entre família e escola nos documentos da Educação Infantil, diminuindo sua incidência no transcorrer de outros níveis de escolarização, cuja marca são as próprias características das necessidades das crianças da Educação Infantil, requerendo maior atenção da família com as crianças.

Normalmente, a criança de educação infantil recebe maior atenção da família no seu processo escolar, e isso está presente também nas legislações. Obviamente, as crianças de educação infantil, necessitam de maior atenção e cuidado, mas não significa que os outros níveis de escolarização não precisam da família presente acompanhando seu processo educacional.

Os pais devem estar comprometidos com a educação dos filhos, o que requer disposição, dedicação, respeito e trabalho. Além disso, é dever dos pais acompanhar o desenvolvimento dos filhos, como também comparecer às reuniões de pais da escola e confiar na escola que escolheram para seus filhos. (SOUZA; CONTE, 2019 p. 36).

Caso esse comprometimento e essa disposição para a educação dos filhos não ocorra, a criança pode apresentar dificuldades de aprendizagem como também problemas disciplinares, advindos também de uma educação familiar, cultural, social e econômica desestruturada. (FIRMAN; SANTANA; RAMOS, 2015, p. 129).

O comprometimento da família com a educação dos filhos juntamente com a escola deve ser de colaboração, esta que Friend e Cook (1990, p.169) definem como sendo “um estilo de interação entre, no mínimo, dois parceiros equivalentes, engajados num processo conjunto de tomada de decisão, trabalhando em direção a um objetivo comum.”

Esses parceiros equivalentes, devem pensar no que os une, qual o objetivo que tem em comum, que é a educação das crianças, sendo evidente que a participação de ambos é fundamental e proporciona maiores benefícios para o desenvolvimento e aprendizagem.

Dando sequência a ideia, Sousa e Sarmiento (2010, p. 148) afirmam que:

O sucesso educativo das crianças e jovens está positivamente relacionado com a forma como a escola e a família encaram e desenvolvem essa missão comum. Cientes de que o grau e tipo de envolvimento das famílias depende diretamente da representação que estas têm da escola, estamos convictos de que é fundamental promover essa colaboração, pois a vida da escola e das famílias será francamente melhorada e facilitada se houver um verdadeiro espírito de colaboração em torno da vida escolar das crianças, uma vez que terá um impacto muito positivo na sua integração, motivação e desempenho.

Essa afirmação, contribui para ressaltar o que já vem sendo abordado, que é a importância da família e a escola estarem desenvolvendo essa missão comum da melhor forma possível, sendo cooperativa e desempenhando um papel significativo para o melhor desempenho das crianças.

Essa comunicação entre educadores e pais, cria um dos principais fatores de que auxiliam no processo de aprendizagem, o interesse do aluno nas propostas educacionais, o que afeta positivamente o seu rendimento escolar, contribuindo também para a diminuição de

problemas comportamentais e abandono escolar, tanto de crianças como jovens. (SARAIVA; WAGNER, 2013).

O abandono escolar como também problemas comportamentais são recorrentes nas escolas brasileiras, e um dos motivos, é a falta de comunicação familiar e escolar, que pode vir a prejudicar o interesse e o rendimento escolar desse aluno.

Como mencionam Costa e Miguel (2020, p. 668) “a participação da família nos processos de constituição do saber dos educandos permite que os mesmos tenham mais gosto pela aprendizagem e pelos mecanismos propostos pelo professorado para chegar aos níveis de aprendizagem.”

Esse gosto pela aprendizagem, é o que irá motivar o aluno a continuar a frequentar a escola, como também ir em busca de mais conhecimentos fora do ambiente escolar que irão agregar mais para seu desenvolvimento.

A ideia de cooperação entre família e escola juntamente com os benefícios que essa união proporciona, não é algo percebido apenas na atualidade, já que Walberg, Bole, e Waxman (1980) realizaram um estudo que tinha como intuito entender os benefícios que surgem da união entre a família e a escola. Os resultados foram extremamente positivos, e como consequência disso, ocorreu o aumento do nível escolar, aumento da assiduidade, diminuição de repetências e redução nos problemas comportamentais.

Esses benefícios não são somente a curto prazo, mas também a médio e longo prazo, como apresenta Araújo (2017 p. 28):

Torna-se cada vez mais evidente que um relacionamento estreito entre a família e a escola ofertam benefícios em curto, médio e longo prazo, pois se o objetivo da escola e o da família é construir uma sociedade formada por indivíduos éticos, pensantes e que prezam pela moralidade e por uma educação construtivista, é necessário prezar por esta integração de maneira urgente, pois a sociedade muda em um ritmo cada vez mais crescente e, muitas dessas mudanças afetam negativamente o jovem, sendo necessária uma importante intervenção para que as situações possam ser resolvidas de maneira inteligente.

Indivíduos que tiveram um acompanhamento familiar e escolar bem-sucedido, tem mais chances de tornarem-se éticos, pensantes e com maiores conhecimentos morais, além de prezarem por uma educação melhor, o que resulta em avanços em todas as áreas da sociedade e proporciona benefícios para ambos.

COMO ALIAR FAMÍLIA E ESCOLA NA EDUCAÇÃO

Muitas famílias não compreendem o que significa estar presente na educação dos filhos e como trabalhar junto da escola para melhor promover essa educação. De acordo com um estudo de caso realizado por Dualibe (2020) em uma escola pública, realizada com pais ou responsáveis, diretora escolar e professores, questionou sobre a importância da colaboração da família na escola. Os resultados da pesquisa apresentam respostas que evidenciam, em alguns casos, a falta de acompanhamento da família no estudo dos filhos, sendo pais ausentes, o que repercute negativamente no processo de ensino aprendizagem. Alguns professores afirmam

que, para as crianças que contam com maior auxílio familiar, a aprendizagem costuma ser mais eficaz. Alguns pais dizem colaborar ao participarem de reuniões e conversas com a professora, olhar os cadernos dos filhos, perguntando como foi a aula e o que aprendeu. Como também, teve pais que relataram ensinar em casa juntamente com a escola para assim acompanhar o aprendizado do filho.

Essa ideia de participação de alguns pais é vaga e insuficiente, deixando a desejar no acompanhamento da educação do filho. Estar presente em reuniões e em contato com a professora não torna essa participação efetiva e que impulse um melhoramento na aprendizagem da criança. Claro que é importante esse contato, mas é necessário mais do que isso. O ideal é que o ensino ocorra concomitante em casa e na escola e que a família esteja presente na realização das atividades, das conquistas e aprendizagens dos mesmos.

Existem diversas formas que a escola pode proporcionar esse momento de aproximação dos pais com a aprendizagem dos filhos. Através dessa aproximação os pais percebem a eficácia e a importância de acompanhar o que seus filhos fazem na escola, e assim desenvolvem maior interesse em estar presentes, como também identificar as dificuldades que a criança apresenta e como podem auxiliar para que as mesmas diminuam.

Parte significativa das escolas costuma realizar encontros em datas comemorativas, já algumas trabalham com um sistema de integração em que a cada três meses, a família é convidada a estar presente na escola e participar de atividades com seus filhos. A demanda profissional dos pais pode ser um dos pontos a qual alguns podem alegar a não participação, mas algumas dessas atividades podem ocorrer em finais de dia como também a noite. É importante que a escola busque encontrar os melhores horários que permitam que os pais consigam estar presentes nesses momentos de interação.

Cabe mencionar que alguns pais se consideram incapazes de auxiliarem seus filhos nas atividades escolares, e essa é uma realidade presente no Brasil, onde a taxa de analfabetismo ainda é alta. Houve uma diminuição do número de analfabetos, mas o país ainda tem 11 milhões de cidadãos, com 15 anos de idade ou mais, que não sabem ler e escrever, ou não conseguem formular pequenos textos (IBGE, 2020).

Evidentemente alguns pais sentirão dificuldade em estarem auxiliando seus filhos nos estudos, havendo um distanciamento e deixando a educação apenas a cargo das escolas. Porém, é importante que, mesmo com dificuldade, a família de atenção ao que o filho está aprendendo, participe, auxilie e incentive a continuidade dos estudos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisar as bibliografias referentes a temática estudada, contatou-se que é importante ocorrer uma relação cooperativa entre família e escola, já que as mesmas têm um objetivo em comum: a educação. Nesta relação deve haver comprometimento, com a finalidade de proporcionar melhor vivência escolar e aprendizagens significativas, contribuindo para o crescimento, desenvolvimento e menor incidência de problemas que podem vir a prejudicar a criança.

A participação vai além da família estar presente em reuniões escolares ou em contato com a professora. A família deve acompanhar e auxiliar no processo de aprendizagem dos

filhos, pois isso evita possíveis frustrações, perda de interesse, problemas comportamentais e abandono escolar.

Participar da educação escolar dos filhos não é uma tarefa fácil, mas necessária. Mas a família, tendo o dever de estar presente, pode participar das atividades escolares, enquanto a escola deve buscar meios de proporcionar momentos para que ocorra essa integração, visando sempre beneficiar a educação das crianças.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. G. S. **A família no ambiente escolar: perspectivas e contribuições**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Taperoá, PB, 2018

BIROLI, F. O que saber. **A família moderna**. São Paulo. 2014.

COSTA, M. S. S.; MIGUEL, J. R. Escola: Concepções Históricas e a Influência da Família no Processo de Aprendizagem. **ID on line Revista de Psicologia**, v. 14, n. 51, p. 667-679, 2020.

DUAILIBE, S. R. L. **Família, escola e aprendizagem**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação - Administração e Organização Escolar) – Universidade Católica Portuguesa, 2020.

FIRMAN, J. A. A.; SANTANA, S. C. R.; RAMOS, M. L. A importância da família junto à escola no aprendizado formal das crianças. In: **Colloquium Humanarum**. ISSN: 1809-8207, p. 123-133, 2015.

FRIEND, M.; COOK, L. Collaboration as a predictor for success in school reform. **Journal of Educational and Psychological Consultation**, v.1, n. 1, p. 69-86, 1990.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Instituto Antônio Houaiss. Editora Objetivo Ltda. 2001.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua, Educação 2019. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>. Acesso em 01/outubro/2022.

PAROLIN, I. Professores formadores: a relação entre a Família, a Escola e Aprendizagem. **São José dos Campos, SP: Pulso Editorial**, 2010.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n.33, p.78-95, 2009.

RESENDE, T. F.; SILVA, G. F. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). **Ensaio: avaliação em políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 90, p. 30-58, 2016.

SARAIVA, L. A.; WAGNER, A. A. Relação Família-Escola sob a ótica de Professores e Pais de crianças que frequentam o Ensino Fundamental. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 21, n. 81, p. 739-772, 2013.

SARMENTO, T.; SOUSA, M. M. Escola – Família - Comunidade: uma relação para o sucesso educativo. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, n. 17-18, pp. 141- 56, 2010.

SILVA, C. R.; KAULFUSS, M. A. A importância da família na educação infantil. **Revista científica eletrônica de ciências aplicas da FAIT**. v. 3, 2020.

SIMÕES, M. G. R. S. **Formação Parental em contexto escolar**: Promoção da construção de pontes entre escola e família. Tese (Doutoramento em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação de Coimbra, 2013.

SOUZA, G. F.; CONTE, E. Desafios da relação família e escola na educação infantil [capítulo de livro]. 2019.

WALBERG, H. I.; BOLE, R.J.; WAXMAN, H. C. Socialização baseada na escola e realização de leitura no centro da cidade. **Psicologia nas Escolas**, n. 17, p. 509-514, 1980.

POMBERO: O USO DE LENDAS NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DAS CRIANÇAS

Fernando Gabriel Molas¹

Rochana Basso²

INTRODUÇÃO

Contos, lendas, estórias e histórias fazem parte de quase todas as culturas sociais dos países. Têm papel fundamental na construção identitária dos povos e suas ancestralidades.

A crença nos mitos culturais contribui na explicação de fenômenos do cotidiano imediato das pessoas e muitas vezes são tão arraigados que se prestam para explicar situações que a ciência levou tempo para afirmar ou refutar.

Costumam ser representados por figuras folclóricas criadas em origem muitas vezes incerta, porém se reproduzem como paradigmas da cultura popular e, quase sempre, conseguem ir além dos limites fisiográficos de sua gênese.

Na lenda apresentada nesse artigo, Pombero, provável mito lendário do Paraguai e da Argentina, associado constantemente ao Sol, embora, dependendo da região, seja caracterizado de várias formas. O que se tem ao certo é que representa a marca da aculturação jesuítica na cultura sul-americana.

DESCREVENDO A LENDA: POMBERO

Figura lendária também conhecida como Kuarahy Jára (Dono do Sol); Pyragué (Pé Peludo), Karaí pyhare (Senhor da Noite) é um dos personagens da mitologia guaraníca, fortemente popularizado no Paraguai.

Embora seja representado por várias formas, como duende (anão ou menino de pouca idade) é aquela que mais tem sido destacada. Usa um chapéu de palha enorme, tem cabelos pretos e vaga pelas áreas rurais enquanto seus moradores tiram "la siesta". Traz consigo um bastão extremamente brilhante o que faz associá-lo ao Sol.

Sua descrição física caracteriza-o como sendo feio e de estatura muito baixa, tem mãos e pés peludos que servem para minimizar o som do seu caminhar o que evitaria de ser percebido no ambiente próximo. Possui boca grande e alongada, seus olhos são achatados semelhantes aos de um sapo, dentes muito brancos e olhar fixo semelhante ao de uma coruja.

Geralmente habita nas zonas rurais, vivendo nas florestas, ou casas abandonadas nessas áreas. Tem sua responsabilidade o cuidado da flora e da fauna, evitando o corte de árvores, por

¹ Acadêmico de medicina UMAX - Paraguay

² Mestre em Educação/URI Frederico Westphalen/RS

exemplo, bem como apenas permite a caça de animais que servirão de alimentos para os moradores locais.

Normalmente, entre os pedidos de proteção das comunidades estão pedidos de cuidados com as colheitas e a proteção dos animais. Esse cuidado e proteção exige como troca o oferecimento de cachaça, mel e tabaco. A oferta é compulsória, e o esquecimento de pagar a oferta pode render estragos na propriedade, de um modo geral, além de deixar o devoto afônico.

Na mitologia guaranítica, Pombero corresponde a um espírito conhecido como Fey. Tem como território cultural além do Paraguai, áreas extremas da Região Sul e do litoral norte da Argentina. Para os guaranis há a defesa de que Pombero seria um indígena Guaycurú, povo que constantemente criava conflitos.

Ter Pombero como amigo ou inimigo dependerá muito do comportamento de cada um. Aquele que primar por sua amizade e ser dele um aliado deverá oferecer à noite, pelo período de pelo menos trinta dias: mel, cachaça (em alguns lugares usa-se conhaque) e fumo (para fazer a "mascadita"). Também tem apreço por Mbaipî (polenta de farinha de trigo, ou milho com mandioca e charque.)

Outra advertência de conduta é nunca pronunciar o nome Pombero em voz alta, muito menos assoviar ou falar mal de suas ações, pois isso, segundo a mitologia desperta sentimentos de raiva no lendário e isso fará com que ele, por meio de suas mãos peludas ao tocar alguém, a pessoa fique muda, zozna ou experimente tremores o resto de sua existência. E, se utilizando um apito (maneira como ele se manifesta nas noites) for imitado, a resposta do ente mitológico poderá ser de maneira enlouquecedora. Dessa forma, para não provocar a ira ou ofender, os que acreditam em Pombero optam por usar de voz baixa e evitam mencionar o nome dele em encontros ou reuniões à noite.

Dentre as formas como Pombero se manifesta estão aparecer como um asno sem cabeça; costuma abrir portas e janelas com relativa violência; ao pôr do sol usa seu canto imitando pássaros o que é indicativo de ele está por perto. Nas suas travessuras mais habituais estão: assustar cavalos, soltar o gado, roubar galinhas, ovos e mel. Possui poderes sobrenaturais, consegue ficar invisível, se espremer em espaços apertados, entre outros.

Faz parte da narrativa lendária que Pombero gosta de perambular acompanhando mulheres grávidas, haja vista imaginar-se como o pai. Também gosta de aproximar-se de recém-nascidos que não foram batizados ainda. A cultura guaranítica faz menção de que as mães orientam seus filhos menores a não sair de casa na hora da sesta pois poderão encontrar o Karáí Pyhare que poderá levá-los embora.

Pesa sobre si o fato, de que com um simples toque de mão, engravidar mulheres solteiras durante a noite e cujos filhos que nascem feios e peludos são provavelmente o resultado de uma visita de Pombero.

Em países sul-americanos como a Argentina e o Paraguai a cultura e o folclore em torno do Pombero têm sido muito forte, e há narrativas direcionadas para explicação da maioria dos fenômenos campestres do meio rural.

O USO DA LENDA DO POMBERO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Pode-se dizer que são várias as definições para e expressão lenda ou mito. Geralmente as lendas referem-se a mitos vinculados ao que se considera sagrado, de um acontecimento que ocorreu em um lugar e num tempo muito distante.

Para os indígenas, por exemplo, os fatos cotidianos são explicados com naturalidade dentro de uma vida de encantos que os mesmos viviam em razão do contato direto com a natureza. E, em virtude de não serem letrados por meio da escrita, as tradições indígenas usam da oralidade para sua perpetuação, num contar constante para que a mesma não se perdesse no decorrer dos tempos.

A mitologia indígena, quase na sua totalidade, articular-se com o sistema religioso com tendências a criação de medos e pavores um tanto até que meio sobrenaturais, tendendo ao heroico.

Conforme afirma Cascudo (1978, p. 99): "Não há lendas inúteis e desinteressadas. Todas doaram alguma coisa, material ou abstrata." Estas sempre tinham uma função, um ensinamento, sendo uma forma de tentar explicar o mundo e as suas relações complexas.

E, no arcabouço do imaginário, especialmente das crianças, é que o uso de lendas, mitos, contos podem ser recursos pedagógicos para novos ensinamentos.

Em tempos de modernidade ou pós modernidade, usar ferramentas didático-pedagógicas tem sido um desafio nos tempos em que as mídias sociais têm se popularizado. Num contraditório entre o analógico e o digital, recorrer a lendas do folclore como processos educativos eficazes e que possam prender a atenção ao estudo e aprofundamento de temas transversais como a saúde, a água, as etnias, o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente, por exemplo, não tem sido tarefa das mais fáceis.

Entretanto, a história da educação mostra que a utilização de mecanismos para tornar o conteúdo significativo para os alunos tem sido uma estratégia que deu certo ao longo dos anos.

Com este viés, a proposta aqui apresentada procura resgatar o uso de lendas, mitos e contos no processo de ensino e aprendizagem ancorados nas orientações da Base Nacional Comum Curricular e na legislação educação vigente no país.

Assim como as tecnologias digitais têm seu papel na formação dos alunos, os recursos analógicos também. Frente a isso sugere-se algumas possibilidades de tornar a aprendizagem mais efetiva, entre elas estão:

TRAZER E DAR SENTIDO AS PRÁTICAS DA VIDA COTIDIANA DOS ALUNOS POR MEIO DO USO DE LENDAS LOCAIS/REGIONAIS: POMBERO

Contos ou lendas permitem que se transforme o cotidiano. Para que isso ocorra é necessário realizar a introspecção para que os símbolos que estão intrinsecamente guardados possam permitir que o conto seja algo de bom na vida de quem o lê.

Geralmente os contos ou lendas ocorrem em um tempo indefinido existindo em seu bojo um herói ou heroína. O Pombero surge a qualquer momento, tem consigo sempre uma travessura para aqueles que “aprontam” com a mãe-natureza. Possivelmente também esteja presente alguma ação que orbitará entre o bem e o mal, o certo e o errado. Alguma prática de moral e de ética também estará presente.

Em toda estória/história há um elemento mágico, de poder sobrenatural de algum protagonista que facilitará a resolução dos problemas de uma determinada comunidade.

De acordo com Rest (1978) esse poder pode ser definido como: “una exposición de sucesos fabulosos y sobrenaturales presentados en la ficción como efectivamente acaecidos, se halla ilustrada en abundancia por los repertorios populares y anónimos.”

O que se pode afirmar, de uma maneira geral, é que os moradores de uma determinada região consideram suas narrativas mitológicas como verdadeiras, e por seus elementos implica na crença de que de fato o fenômeno ocorre mesmo que para outros são apenas mitos, contos ou lendas.

Nesse cenário é que o uso de lendas como Pombero pode contribuir com a Educação Ambiental em sala de aula, fazendo uso da chamada ecopedagogia que tem como objetivo principal a formação de cidadãos planetários, seres humanos capazes de cuidar de forma consciente os direitos e responsabilidades ambientais que quando organizados podem adquirir poder político e capacidade de trocas coletivas. (GUTIÉRREZ, 2000).

Para se alcançar este intento pode-se usar de processos como: ser críticos e informados; optar e buscar aporte por contos/lendas regionais que ajudarão na realização “milagrosa” dos desejos e anseios de uma comunidade frente a resolução de seus problemas (ambientais). É lograr êxito frente aos obstáculos (burocracia, corrupção...) fazendo uso de recursos inesperados (aqueles presentes no conto/lenda).

O legado dos contos/lendas passa de geração em geração e isso é positivo quando se pensa no uso desses para solução de problemas (ambientais) que circundam o entorno da escola.

Brasey e Bailleul (1999) acrescentam dizendo que outros personagens também são frequentemente presentes nos contos infantis ligados ao ambiente sendo os mais comuns representados por reis, heróis ou fadas, facilmente relacionados com a educação ambiental.

Entretanto, a formação de cidadãos críticos bem informados e não formatados implica que o acesso a informação ambiental de qualidade deve estar junto com a capacidade de questionar os diferentes valores, a diferentes posturas. Mais do que isso, cidadãos que sabem o que fazer com a informação, visto que a educação ambiental precisa ser transformadora.

E, quando se tem conhecimento, novas ideias, propostas inovadoras e criatividade pode-se transformar a sociedade de maneira organizada mudando assim, a realidade ambiental de um determinado local e de espaços maiores como um Estado e até mesmo de um país.

O CONTO COMO AUTOCONHECIMENTO

Gutierrez e Prado (2000) afirmam que o mercado e o poder político estão mais interessados em produzir e vender do que impulsionar processos de desenvolvimento às

pessoas. Sendo assim, o autoconhecimento é uma parte importantíssima da melhoria social desejada.

Neste sentido, os contos tem por objetivo a tomada de consciência e representam a preservação da memória dos ancestrais por meio dos relatos populares que subsistiu ao passar dos tempos permitindo recuperar a raiz que recoloca as pessoas novamente em sintonia com a natureza uma vez que se desenvolvem em diferentes ambientes naturais. E, nesse espaço que vaga o Pombero, como guardião da natureza e seus recursos.

A CRIATIVIDADE

Os contos por si só convidam a viver tudo o que é possível. O Pombero permite que se viva intensamente as emoções do espaço vivido, ainda que seja no imaginário. Ele aparece quando algo de desagradável a natureza acontece. Algum dano humano está para ocorrer.

A criatividade é o recriar um espaço interior que nada mais é do que o primeiro ambiente de todas as pessoas. E, para se ter consciência é necessário antes de tudo conhecer o primeiro ambiente que em resumo somos nós mesmos.

Em relação às crianças, sabe-se que são inquietos e não é agradável a eles permanecer por horas recebimento informações em aula. Assim, a criatividade apoiada no uso de contos/lendas despertará o desejo de conhecer mais. Ações como patrulha ambiental ou a ecopatrulha, plantio de árvores, cuidados com jardins da escola, a horta escolar e outros encantos que a própria natureza oferece.

Há que se lembrar da relação do conto com as ações que serão propostas. E estas poderão ultrapassar o ambiente escolar e alcançar a família, os espaços de convívio sociais, religiosos, recreativos e tantos outros.

Pode-se recriar versões sobre diferentes fenômenos naturais, tais como a chuva colorida, o vento construtor, a exploração de tesouros. São possibilidade que podem ser compartilhadas em jornadas educativas ambientais em qualquer idade.

OS RELATOS DA COMUNIDADE E SEUS ENSINAMENTOS AMBIENTAIS

Pelo contexto das narrativas de lendas e contos ambientais é possível descobrir saberes ambientais dos povos do mundo que podem ser resumidos como: forte comunicação com a natureza; humanos que se transformam em animais, flores, árvores, rios e vice-versa. Mostram conexão com o ambiente. O Pombero é protetor da natureza e faz travessuras para defende-la de seus agressores. Uso sustentável do ambiente. A caça é vista como possibilidade de sobrevivência não de diversão. Não se corta árvores por prazer de vê-las cair. Respeito pela diversidade cultural pode ser resgatar esses valores. O alimento é cultivado como algo sagrado.

OUTROS ENSINAMENTOS POSSÍVEIS

Os guaranis primam por um mundo sustentável, e o Pambero tem sido o guardião sobre os danos ambientais que possam ser causados pelos humanos. Veem a Terra como ser vivo. Há uma cosmovisão, que compreende não somente os demais seres humanos, mas também os animais e as plantas.

Também cultuam uma profunda união com os rios, com a pesca, com a terra porque os mesmos deuses e heróis civilizadores são os que oferecem as possibilidades de experimentá-los por meio dos conhecimentos para compreender os rios e as artes da pesca. Trazem também o sentido de lugar, de família e de aldeia como espaços de todos.

A água, na concepção guaraníca de ambiente, é vista como um recurso coletivo muito além de ser uma mercadoria. Acreditam que os humanos são parte integrante do ciclo da água e contribuem para sua renovação por meio dos fluídos corporais. É de responsabilidade da sociedade a gestão e o abastecimento da água.

Outras derivações para o enfoque em educação ambiental, educação para a diversidade são condições fundamentais para, utilizando o patrimônio imaterial por meio de contos, lendas e todos os tipos de relatos contribuem para o desenvolvimento sustentável, um dos cenários para ações de educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo intuiu demonstrar que as lendas, mitos e contos podem ser um excelente recurso pedagógico para auxiliar na educação ambiental.

Como demonstrado, a figura lendária do Pambero, um ser com uma fisionomia peculiar, como duende (anão ou menino de pouca idade), que usa um chapéu de palha enorme, tem cabelos pretos e vaga pelas áreas rurais, além de levar consigo um bastão extremamente brilhante; tem um papel fundamental com o meio-ambiente pois é de sua responsabilidade o cuidado da flora e da fauna, evitando o desmatamento e permitindo apenas a caça de animais que servirão de alimentos para os moradores locais.

Para que os hábitos possam voltar-se aos cuidados com o meio-ambiente, a sustentabilidade e conseqüentemente um mundo melhor, os contos ou lendas são essenciais, pois permitem que os leitores reflitam sobre como os personagens agem com relação a fauna e a flora, tendendo a copiá-los.

Os contos objetivam a tomada de consciência, permitindo recuperar a raiz que coloca novamente as pessoas em sintonia com a natureza. E é nesse espaço que permeia o Pambero, como guardião da fauna e da flora.

Dessa forma, pode-se inferir que, como a figura do Pambero, contos, lendas e todos os tipos de relatos, permitem a reflexão das pessoas com o intuito de contribuir para a proteção dos animais, do meio-ambiente e para condutas que visem o desenvolvimento sustentável, cenários da educação ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASEY, E. DE BAILLEUL, J. P. **Vivir la magia de los cuentos**. Como lo maravilloso puede transformar nuestras vidas. Edaf, España, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2022.

CASCUDO, L. da C. **Literatura Oral no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio Pereira Filho, 1978,

GUTIÉRREZ, F. CRUZ PRADO, R. **Ecopedagogía y Ciudadanía planetaria**. Colección Alma y Tiza. Editorial Stella, Argentina, 2000.

REST, J. CEAL, ed. **Estudio preliminar de Antología del cuento tradicional y moderno**. CEAL. pp. III. Extraído de Wikipedia “Maravilloso”. 1978.

A PERCEÇÃO DISCENTE FRENTE A EXPERIÊNCIA DA APRENDIZAGEM EM AULAS PRESENCIAIS E EM AULAS NÃO PRESENCIAIS

Lidiane Cássia Comin¹

INTRODUÇÃO

A sala de aula é um espaço de capacitação, em especial de crianças e jovens, que a partir da construção da sua identidade, possam ser potencializados em suas capacidades e habilidades, tornando-se cidadãos autônomos, críticos e capazes de integrarem-se a uma sociedade de mudanças, garantindo o desenvolvimento da sociedade. Em meio a este pensamento, encontram-se os profissionais da educação, professores, educadores, principais promotores do desenvolvimento destes cidadãos, com o objetivo de contribuir para a formação destas crianças, jovens e adolescentes. Porém, esta formação não pode ser apenas a formação técnica, mas a formação humana, que compreende o indivíduo em todas as suas dimensões, como um ser que pensa, sente e age.

O espaço da sala de aula tem como desafio promover uma nova forma de ensinar, através do desenvolvimento de habilidades que ensinam a pensar, comunicar, raciocinar, organizar, agir, mas em especial conviver e viver em sociedade. Essas habilidades buscam construir e reconstruir os conhecimentos dos indivíduos enquanto alunos, e enquanto seres humanos.

Diversos são os desafios relacionados à educação das crianças, adolescentes e jovens no contexto da sociedade brasileira, em especial quando não existe um acompanhamento efetivo do educar. Sabe-se que o ato de educar vai além do ambiente escolar, permeando pelas demais instituições da sociedade, em especial da família. No ano de 2020, a sociedade vivenciou um evento atípico causando doenças e mortes, e interferindo diretamente nas relações sociais, incluído a necessidade de adequar novas formas de trabalhar, alimentar-se, e também de fazer educação nos espaços escolares.

A escola passou neste momento a fazer parte diretamente do espaço familiar, tornando a família um agente importante para a aprendizagem dos alunos. O professor precisou repensar rapidamente e adequar seus conteúdos à essa nova realidade, inserindo novas metodologias, técnicas e recursos, que possibilitassem ao aluno a realização das atividades pedagógicas em suas casas. No entanto, a introdução desta nova dinâmica para atender uma necessidade causada por uma pandemia, não possibilitou avaliar se os recursos necessários estavam disponíveis tanto aos professores, como aos alunos, para que o espaço domiciliar se transformasse em um espaço de aprendizagem escolar. Segundo OLIVEIRA; PERES; AZEVEDO (2021), mesmo que o espaço da casa seja o mais adequado possível para o estudo, um ambiente educativo necessita da mediação de um professor, e do apoio nas dificuldades dos alunos, implicando diretamente na aprendizagem.

O processo de ensino-aprendizagem buscou uma constante evolução das práticas pedagógicas, incluindo o uso das tecnologias na escola para aprimorar esse processo. O uso das

¹ Doutora em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, professora de graduação e pós-graduação lato sensu, e-mail: prof.lidianecassiacomin@gmail.com.

tecnologias na educação propõe uma maior interação dos agentes envolvidos no processo educativo, sendo necessário uma maior participação ativa destes agentes, em especial do aluno.

A pandemia acelerou o uso de novas técnicas e tecnologias para ensinar e aprender, e o distanciamento exigiu uma adaptação rápida por parte dos professores que não tinham mais acesso a presença dos alunos em suas salas de aula, havendo assim a utilização maciça de ferramentas digitais em substituição às aulas presenciais. Nesse contexto, alunos e professores precisaram se adaptar a essa nova realidade, mediante ajustes comportamentais, no intuito de superar as adversidades frente ao novo cenário repleto de incertezas (PALMEIRA; RIBEIRO; SILVA, 2020).

Depois de quase dois anos, professores, especialistas e técnicos discutem diferentes percepções acerca do processo ensino-aprendizagem durante e após a pandemia provocada pelo Covid-19. No entanto, uma das preocupações também é compreender como os alunos percebem o seu aprendizado em relação às estratégias pedagógicas adotadas pelas escolas e professores. Por isso, o objetivo deste estudo foi analisar a percepção dos alunos no contexto de uma escola que atua na educação fundamental anos finais, sobre as condições de aprendizagem diante da experiência das aulas remotas em relação as aulas presenciais. A partir desta análise dos dados obtidos, entende-se que é possível uma reflexão para um melhor planejamento e execução das futuras ações que contribuam para a melhoria do ensino-aprendizagem.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia proposta para este estudo é de natureza qualitativa e quantitativa, baseada em pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica e estudo de caso (MARCONI; LAKATOS, 2004). A unidade de pesquisa foi uma escola do interior do Rio Grande do Sul, que atua na educação básica nos níveis da Educação Infantil, Educação Fundamental Anos Iniciais e Finais, e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em suas ações a escola contempla diferentes ações na Formação Continuada dos seus docentes com o intuito de ter educadores atuantes e garantir os princípios educativos na sua prática pedagógica. Nos últimos dois anos diante da pandemia, também desenvolve ações juntamente à comunidade, familiares e parceiros que possam contribuir de maneira comprometida e atuantes no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem de seus alunos. Segundo a escola, preza pela qualidade e responsabilidade na formação humana e acadêmica dos seus alunos, pautada pelo respeito e confiança, valores construídos diariamente na escola.

Diante do contexto da Pandemia pelo Coronavírus o desafio da equipe escolar foi manter ações que mesmo distante, alunos e professores continuassem em contato nas ações de aprendizagem. Após o retorno presencial a escola continua preocupada com o desinteresse dos estudantes, a evasão escolar, e a falta de perspectiva da comunidade escolar (colaboradores, família, alunos). Diante destas preocupações, está implementando alguns recursos tecnológicos, investindo na capacitação dos seus docentes de forma participativa, com a intenção de dar continuidade no processo de aprendizagem, priorizando, principalmente o desenvolvimento de suas competências sócio emocionais dos alunos. Nesse contexto, foi realizado um estudo transversal, constituído por alunos do Ensino Fundamental Anos Finais do sexto ao nono ano, que concordaram em participar voluntariamente da pesquisa.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário anônimo, estruturado e auto administrado, construído com base na literatura científica estudada. O questionário abordou questões objetivas e subjetivas, acerca das características gerais; percepção do aluno quanto as aulas não presenciais; tecnologias utilizadas nas aulas, disponibilidade de acesso a essas tecnologias, acompanhamento de responsáveis no período e questões direcionadas a como percebem a sua aprendizagem.

A coleta dos dados aconteceu de forma presencial, durante o período da aula na escola. Os alunos que aceitaram responder o questionário estruturado, fizeram de maneira escrita, e após os dados foram tabulados para posterior análise. Os dados para este estudo foram coletados no período de 01 a 09 de setembro de 2022, para as turmas do 6º ano, 7º ano A, 7º ano B, 8º ano, 9º ano A e 9º ano B. A amostra utilizada neste estudo foi do tipo não probabilística, por amostragem de voluntários, quando os alunos aceitaram participar de forma voluntaria da pesquisa.

Após a tabulação dos dados na planilha eletrônica Microsoft Excel®, para a análise dos resultados obtidos optou-se pela realização de análise estatística descritiva, com categorização das questões. As respostas das questões subjetivas foram consideradas em suas respostas integrais, sendo importante para a realização de propostas pedagógicas.

RESULTADOS

Do total de 83 alunos matriculados na escola, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, foram respondidos 80 questionários acerca da percepção do aluno em relação a sua aprendizagem diante da experiência das aulas remotas em relação as aulas presenciais. Destes, incluem alunos do 6º ao 9º ano, distribuídos conforme caracterização exposta na Tabela 1. Desta amostra, 70% foi o público masculino, com idades entre 11 a 16 anos.

Tabela 1 - Caracterização da amostra

Ano	Sexo	Idade entre
6º ano	5 meninas	11 a 13 anos
	7 meninos	
7º ano	5 meninas	12 a 14 anos
	15 meninos	
8º ano	6 meninas	12 a 15 anos
	11 meninos	
9º ano	8 meninas	14 a 16 anos
	14 meninos	

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

O questionário aplicado abordou questões direcionadas a tecnologia, o acesso à tecnologia, a percepção do uso da tecnologia para a aprendizagem; sobre o acompanhamento desta aprendizagem no período da pandemia; sobre os elementos que contribuíram para a aprendizagem acontecer; sobre as atividades e metodologias usadas pelos professores; sobre como percebem a contribuição do professor na aprendizagem; e como veem o espaço da escola. Essas respostas foram categorizadas e são apresentadas a seguir. As questões permitiam múltipla escolha, portanto o percentual não soma o total de respondentes, mas sim as respostas dadas em cada questão.

As primeiras questões (Tabela 2) solicitavam que os alunos indicassem se o uso da internet é liberado ou se tem restrição ao uso pela família, como acessam a internet e quais aplicativos mais usam. Percebe-se que a grande maioria destes adolescentes faz uso livre da internet sem acompanhamento da família, e um deles afirma ainda ter restrição ao uso pela não disponibilidade de acesso. O celular é o equipamento mais utilizado para acessar a internet, e o aplicativo do WhatsApp e do Instagram são os mais usados na comunicação dos respondentes, demonstrando uma tendência de uso nos últimos anos destas redes sociais.

Tabela 2 - Uso da internet e aplicativos de uso dos alunos

Tipo de acesso à internet		Aparelho usado para acessar a internet		Aplicativos usados para se comunicar com familiares e amigos	
Livre	74 alunos	Celular	71 alunos	WhatsApp	76 alunos
Limitado pela família	4 alunos	Computador	10 alunos	Instagram	15 alunos
Restrito pela disponibilidade de acesso	1 aluno	Notebook	4 alunos	Facebook	5 alunos
		Smart TV	2 alunos	Telefone	4 alunos
				Discord	4 alunos
				Zoom	01 aluno
				Não usa	01 aluno

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Ao serem questionados quanto ao aplicativo que mais contribuiu para facilitar a aprendizagem durante a pandemia, as ferramentas que permitem maior interação foram as mais citadas, incluindo a plataforma Zoom e o WhatsApp (Tabela 3).

Tabela 3 - Aplicativos usados na pandemia para facilitar a aprendizagem

Aplicativo	Nr. de alunos
WhatsApp	31
Plataforma Zoom	60
Google Classroom	6
Google Meet	5
Telefone	3
Youtube	1

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Em relação ao acompanhamento para a realização das atividades e trabalhos encaminhados pelos professores durante a pandemia, 52,5% (42) afirmam que às vezes ou raramente recebiam ajuda da sua família para realizar as atividades, e 47,5% (38) afirmam que quase sempre ou sempre recebiam ajuda para realizar as atividades e trabalhos. Quando questionados de quem era essa ajuda recebida, a mãe aparece como a pessoa que mais auxilia na realização das atividades enviadas pela escola, o pai aparece em segundo lugar com apenas 18 respostas, tios, tias, avós, irmãos e madrasta também foram citados. Apenas 1 respondente afirma que não pedia ajuda para ninguém.

Acerca da diferença na percepção das aulas presenciais para as aulas não presenciais, 95% dos alunos entrevistados afirmam que a aula presencial apresenta metodologias que ajudam aprender mais, apenas 3 alunos diz ser a aula online ou remota. Ainda 1 aluno menciona a aula online mas acrescenta em sua resposta “com explicação”, o que demonstra que a aula pode ser online desde que tenha a interação com o professor explicando. A análise mostra que sim, metodologias novas e o uso da tecnologia é importante para a aprendizagem, mas a necessidade da interação com colegas e professores é importante.

Quando questionados sobre a percepção de como o processo de aprendizagem foi prejudicado por não ter aulas presenciais durante a pandemia, 57,5% dos alunos afirmam que sim, e 38,75% dizem que em partes sim. Ao responderem esse questionamento apresentam os motivos que justificam suas respostas, indicando: a falta de atenção e concentração; falta de vontade e entusiasmo; não estar presente no espaço da sala de aula; não ter o professor presente para explicar e ficar com vergonha de perguntar; dificuldade de entendimento; oscilações no sinal da internet; falta do contato presencial e da explicação do professor; falta de espaço e recursos adequados; dúvidas; distração; falta de boa comunicação com os professores; e dificuldades de organização. Na sequência das respostas, também indicam que algumas atividades realizadas pelos professores contribuíram mais fortemente para aprenderem, entre elas: aulas online com explicação do conteúdo; atividades diversificadas; atividades enviadas para as residências; o diálogo e as explicações dos professores, e a ajuda dos colegas; filmes que explicavam um pouco sobre o conteúdo.

Sobre as maiores dificuldades tidas pelos alunos durante as aulas não presenciais, citam que não conseguiam se concentrar nas atividades; não tinham entendimento do conteúdo; sentiam muita falta da explicação do professor; falta vontade ou ânimo para estudar; assim como não conseguiam se concentrar e ter um espaço adequado para o estudo em suas casas. Nesta questão também obteve-se 13 respostas afirmando que não tiveram dificuldades nas aulas

não presenciais. Percebe-se que as tecnologias auxiliam para o aprender, mas ainda é necessário evoluir nas estratégias e metodologias para que esse ensino possa realmente ser efetivo. A participação do professor continua tendo uma grande relevância para o entendimento dos conteúdos pelos alunos, e também na motivação destes. Essa análise confirma-se quando se questionou aos alunos sobre a percepção deles em relação aos elementos que promovem sua aprendizagem. Os alunos podiam escolher por mais de uma resposta entre as alternativas existentes no questionário, e as alternativas que tiveram maior destaque foram a comunicação entre o professor e o aluno (36 respostas), e o diálogo e a interação (34 respostas). Em seguida elencam os materiais e técnicas usadas pelo professor (10 respostas); a ajuda da família (18 respostas); o acompanhamento do professor (17 respostas); a ajuda dos colegas (15 respostas); os encontros presenciais (14 respostas); e por fim o estudo individual (6 respostas) e a afetividade (4 respostas).

Na sequência dos questionamentos, também investigou-se sobre a percepção dos alunos em relação ao papel do professor na sua aprendizagem. Uma resposta foi excluída destas questões por conter resposta duplicada. Percebe-se pelos resultados da pesquisa que na medida em que os professores foram incluindo práticas e metodologias que permitiram a comunicação entre professor e aluno, as aulas tornam-se mais efetivas e o papel do professor se afirma dentro do contexto de um agente ativo e mediador da aprendizagem. Para os alunos pesquisados, os professores são fundamentais para sua aprendizagem, contribuem para superar as dificuldades tidas, são agentes motivadores para a continuidade do estudo, e contribuem para a melhoria do aprendizado (Tabela 5). Destaca-se ainda a percepção dos alunos quanto aos professores dedicarem seu tempo e sua atenção para auxiliar nas atividades e estudos sempre que necessário.

Tabela 4 - Percepção dos alunos sobre o papel dos seus professores

Questionamentos	% Discordam	% Concordam
Os professores são importantes para a minha aprendizagem.	5%	93,75%
Os professores entendem minhas dificuldades e me ajudam a superá-las.	11,25%	87,5%
Os professores me incentivam a continuar estudando.	5%	93,75%
Os professores demonstram paciência e me auxiliam no entendimento dos conteúdos.	6,25%	92,5%
Os professores me dão atenção sempre que preciso.	16,25%	83,75%
Os professores estão sempre disponíveis em me auxiliar nas atividades e estudos.	15%	83,75%
Os professores dominam as tecnologias que auxiliaram as aulas remotas.	33,75%	65%
Os professores contribuem para a melhoria do meu aprendizado.	5%	93,75%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Para finalizar, segue a apresentação da percepção dos alunos em relação a importância da escola para eles, e o que significa ir à escola. Dentre as respostas, elencam a escola ajudando nas suas escolhas futuras (36 respostas) e na conquista e realização dos seus objetivos (26 respostas), entendem que os estudos ajudam a melhorar seu conhecimento (47 respostas), fortalecem suas capacidades (19 respostas), fazem eles ser pessoas críticas e reflexivas (12

respostas), e sentem-se capazes e realizados (10 respostas). Essas percepções demonstram que os alunos percebem o espaço escolar como um espaço além de aprender conteúdos, depositam sentimentos de escolhas, realizações futuras e fortalecimento das suas capacidades.

Para contribuir ainda com esta análise, é possível visualizar no Quadro 1 o significado de ir à escola para esses alunos. As respostas são apresentadas em sua íntegra, com correção de ortografia apenas. Na grande maioria das respostas, percebe-se a escola como um espaço que possibilita aprender, se divertir, fazer amigos, alcançar objetivos, obter formação e conhecimento, e se preparar para a vida. Reflete desta forma a percepção dos alunos que além de aprender, a escola também é vida.

Quadro 1 - Significado de ir à escola para os alunos

Aprendo bastante e me relaciono com meus amigos
Ter um aprendizado bom
Aprender e ver os amigos
Aprender coisas novas, alcançar meus objetivos
Significa que irei aprender melhor
Ver meus amigos e aprender bastante
Alegria, conhecimento e diversão
Aprender e se divertir
Formação para o meu futuro
Ter conhecimento melhor, aprendizagem, motivação para viver
Tudo, ir pra escola praticamente é minha vida
Significa para mim aprender muitas coisas que possam influenciar no nosso futuro
Ter um conhecimento ainda melhor para alcançar os meus objetivos
Uma chance de ter um bom futuro que não pode ser ignorado
Pra mim ir na escola é sabedoria e aprender e conhecimento
Ter uma aprendizagem melhor e o melhor para seu futuro
Significa ter mais conhecimento e me incentiva nas escolhas de meus objetivos e decisões futuras, para minha carreira profissional
Estudar, ter mais conhecimento, aprender e ter um futuro melhor
Estudar para ter um futuro melhor
Ter uma oportunidade de uma vida melhor no futuro
Significa aprendizado, ajuda e muito mais
Significa aprender coisas pra mim
Um lugar de onde todo conhecimento que aprendemos, na escola ele ensinam a ler, escrever, fazer contas e outras coisas como os projetos e isso é bom
Aprender coisas novas, ter mais conhecimento e novas amizades

Aprender coisas que nunca imaginaria que pudesse existir
Moldar o meu futuro, para ter um bom trabalho e dar orgulho para minha família
Aprender
Aprender ter um futuro e ser alguém na vida
Aprender
Para mim ir a escola é estudar para na vida ser alguém quando crescer
A escola para mim garante um futuro bom, e faça com que eu tenha mais conhecimentos
Aprender melhor, falar com meus colegas, estudar para ter um futuro bom
Adquirir mais conhecimentos para me dar bem no futuro
Para o meu aprendizado e para eu ter um futuro
Aprender para ter um bom futuro
Significa estudar para ter um bom futuro
Significa aprender para no futuro eu conseguir trabalhar para ganhar dinheiro e sobreviver
Significa melhorar meu entendimento e a minha aprendizagem
Aprender mais, construir um bom futuro e me ajudar a ampliar meu conhecimento
Ter mais conhecimento aprender mais, saber cada vez mais
Significa estudo, conhecimento, amizade, respeito.
Ter um futuro e um trabalho bom
Significa estudo, conhecimento, respeito é um ambiente muito bom
Conseguir ter um emprego bom, ter aprendizado para muitas coisas na minha vida
Estudar, melhorar meu aprendizado
Significa um futuro melhor
Para aprender coisas novas, para me ajudar no futuro
Aprender coisas novas com colegas e professores
Aprender para melhorar meu conhecimento para o futuro
A escola me ajuda nas escolhas futuras
Aprender, pode ter a liberdade do diálogo entre o aluno e o professor
Ir a escola, é você ir para se tornar um adulto melhor e ter um futuro brilhante. Também é divertido estar na sala com colegas e professores
Uma maneira de esquecer meus problemas, onde meu futuro se forma
Construir conhecimento e um futuro com muitas realizações
Aprender, estudar, respeitar e ter um bom aprendizado
É uma obrigação que tenho que levantar cedo
Uma maneira de ter um futuro e ser inteligente, é uma coisa que nós vamos levar para a vida
Meu futuro, aprendizado, a escola serve para a vida toda

Ir para um lugar para aprender coisas novas
Aprender coisas novas
Aprender que não se ensina em casa, é um preparo para o futuro
Adquirir mais conhecimento para minha vida futura
Aprender, planejar o seu futuro, amadurecimento, felicidade, aprendizagem, conhecimento e etc..
Para aprender mais que as aulas online
Aprendizagem, união, comunicação, diálogo. Melhoria para o futuro, ajuda nas minhas escolhas, me faz ser uma pessoa boa, me dá conhecimento
E o caminho para o meu futuro, só indo para escola eu vou aprender mais, para futuramente fazer o que eu gosto
Adquirir mais conhecimento me preparar para o futuro
Melhorar o meu conhecimento
Aprender para um dia ser alguém no futuro
Aprender mais, ganhar conhecimento, já pensar num futuro melhor para nós
Vir estudar, aprender conhecimento, ter educação e etc..
Estudar, aprender, ver colegas/amigos, ter mais conhecimento
Aprendizado, amizade, regras e obrigação
Ir a escola significa ter um local onde além de aprender, fazer amigos ter interação com as pessoas
Aprender novas coisas, alegria, novas ideias, amigos
Cumprir o meu dever para adquirir conhecimento para hoje e para o futuro
Ir a escola significa ter um lugar só para estudos, sem coisas que tiram o foco e atrapalham
Ir a escola significa ter um local onde além de aprender, fazer amigos ter interação com as pessoas
Aprender coisas novas

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção das ações na forma de ensinar e aprender apresenta encarar novos dilemas e desafios diariamente no espaço da sala de aula. O uso de novas metodologias ou da tecnologia não faz mudar a forma como se aprende, a partir de experiências anteriores e de novos conhecimentos, precisamos repensar os caminhos a serem explorados e usados na prática docente. A percepção de professores, especialistas, famílias, e outros profissionais é importante sim, mas também precisamos desenvolver uma escuta ativa para o que desperta nos alunos o interesse por aprender. Há ainda um longo debate entre todos os agentes envolvidos no processo de ensinar e aprender, tanto de professores quanto de alunos, para que todos possam se desenvolver plenamente.

Os dados da presente pesquisa demonstram que no contexto estudado, existe uma necessidade muito grande de interação, diálogo, acompanhamento de professores e famílias, espaços e condições adequadas de estudo, para que a aprendizagem ocorra. É possível verificar que para a maioria dos alunos as aulas presenciais são importantes para seu aprendizado, e que as atividades que vem sendo desenvolvidas pelos professores e escola precisam continuar sendo aprimoradas, pois para esses alunos a escola perpassa pelo espaço de aprender, mas também de viver e conviver.

Os meios e ferramentas digitais são e continuaram sendo importantes aliados não apenas para aulas não presenciais, mas em especial como suporte para a continuidade do que se desenvolve em sala de aula. A percepção dos alunos demonstra a necessidade do uso de diferentes meios e técnicas para aprender, e o acompanhamento dos professores é de grande importância para eles. No entanto, também elencam o apoio da família para contribuir na ajuda das tarefas e trabalhos extraclasse. Além da pandemia, precisamos pensar que o processo de ensinar e aprender é dinâmico, necessita ser repensado continuamente no contexto escolar e no contexto familiar, para que o aprender não seja para o hoje, e sim para vida como fica claro nos apontamentos dos alunos expressos no significado de ir à escola.

REFERÊNCIAS

DE OLIVEIRA, C. P.; PERES, J. O.; DE AZEVEDO, G. X. Parceria entre escola e família no desenvolvimento do aluno durante a pandemia de COVID19. **REEDUC-Revista de Estudos em Educação** (2675-4681), v. 7, n. 1, p. 70-86, 2021.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E.A.V. V. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

PALMEIRA, R. L.; DA SILVA, A. A. R.; RIBEIRO, W. L. As metodologias ativas de ensino e aprendizagem em tempos de pandemia: a utilização dos recursos tecnológicos na Educação Superior. **HOLOS**, v. 5, p. 1-13, 2020.

O ENSINO DE CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES EM RELAÇÃO AO COMPONENTE CURRICULAR

Fabiane Turella Pedrozo Tomassini¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo versa sobre a percepção dos estudantes da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Ensino Fundamental da Escola Municipal Dom João Becker na perspectiva de saber se existe ou não uma articulação do currículo de Ensino das Ciências da Natureza com o cotidiano dos estudantes.

Nesse contexto, por meio de pesquisa exploratória do tipo revisão bibliográfica secundária realizada de forma censitária com estudantes da EJA Ensino Fundamental na área da Ciências da Natureza, realizado no ano de 2019.

O escopo deste artigo privilegia a revisão bibliográfica, no contexto histórico da EJA seguido de conceitos de currículo de ciências da Natureza na educação da EJA.

O objetivo principal que permeia este artigo está no fato de compreender a existência ou não da relação entre o contexto cultural vivenciado pelos jovens e adultos e o currículo do ensino de Ciências da Natureza no currículo da EJA.

E por fim, espera-se contribuir para melhoria do ensino de ciências para que o estudante da EJA desenvolva seu raciocínio lógico e racional, na perspectiva de que o currículo na área das Ciências da Natureza seja adaptado aos estudantes da EJA de maneira que possa dialogar com o sujeito estudado, considerando a sua trajetória e significando não apenas a representação de uma estruturação de conteúdos e saberes, mas que seja um facilitador do desenvolvimento de sua razão para os fatos do cotidiano e, até mesmo a resolução dos problemas práticos.

CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino surgiu para atender uma parcela da população brasileira que por algum motivo não pode concluir seus estudos escolares na idade regular.

Em seu sentido mais amplo, a EJA compreende os mais diversos processos de formação, seja ela, continuada e permanente, formais e informais, perpassando quase todos os espaços de convívio social.

¹ Mestre em Educação (UFFS), Especialista em Saúde e Meio Ambiente (URI), graduada em Ciências Biológicas (URI), Graduada em Pedagogia (FAEL), professora Centro Universitário Ideau, professora Escola Municipal Dom João Becker. *E-mail*: fa.pedrozo@hotmail.com

Segundo Haddad e Di Pierro (2000), foi sobretudo na segunda metade do século XX que a educação de jovens e adultos adquiriu sua própria identidade. A primeira proposta oficial para a educação de jovens e adultos foi realizada em 1947, por meio da Campanha para Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) que apesar de apresentar uma proposta mais ampla de educação, teve suas ações somente voltadas para a alfabetização e para ações de educação sanitária (FÁVERO, 2011).

As campanhas que se seguiram na década de 1960, interrompidas pelo golpe militar, também foram voltadas para a alfabetização, com as propostas de leitura de mundo de Paulo Freire e o Movimento de Cultura Popular, os Centros Populares de Cultura e outros. Os movimentos de educação popular representaram uma grande influência para a construção da identidade da educação de jovens e adultos, especialmente a pedagogia de Paulo Freire, baseada no diálogo e voltada para a formação política e para a transformação social (RIBEIRO, 1999).

Durante o regime militar, programas nacionais como a Cruzada ABC (Ação Básica Cristã), extinta em 1971, e o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foram criados para suprir as lacunas deixadas pela repressão aos movimentos de educação popular. O MOBRAL representou uma campanha de massa, com objetivo de sanar o problema do analfabetismo e ainda realizar uma ação ideológica que mantivesse a situação política vigente. Com a abertura política e com a evidente ineficiência do programa, o MOBRAL foi extinto em 1985. (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A Constituição Brasileira de 1988, influenciada pela revitalização dos pensamentos e práticas dos grupos de educação popular reprimidos pelo regime militar, estabelece o direito à educação de jovens e adultos, quando expressa a garantia de Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito para cidadãos em qualquer idade. Esse período foi marcado pelo fortalecimento dos cursos supletivos por meio da criação da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, e após a sua extinção, em 1990, pela descentralização dos projetos de EJA, que ficaram a cargo dos estados e municípios (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

A LDB 9.394/96, nos artigos que dizem respeito especificamente à educação de jovens e adultos, incorpora uma mudança conceitual, onde o ensino supletivo foi substituído pela educação em um sentido mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação (SOARES, 2002).

O parecer CEB 11/2000 (BRASIL, 2000), que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos e pode ser considerado o principal documento regulamentador e normatizador para este segmento da educação, define a EJA como modalidade da educação básica e como direito do cidadão. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação de jovens e adultos conceituam este segmento como "uma categoria organizacional constante da estrutura da educação nacional, com finalidades e funções específicas" (BRASIL, 2000, p. 5).

Nesse momento cria-se, portanto, uma nova demanda para as diferentes disciplinas, que devem pensar sobre como a formação de professores, os currículos e os materiais educativos podem contemplar as necessidades dos educandos da EJA. Nesse cenário de significativas mudanças conceituais e legais é elaborada a proposta curricular do MEC para a educação de jovens e adultos.

Atualmente pouco investimento se faz para essa modalidade de ensino, pois poucos são os materiais didáticos específicos elaborados para a EJA e os que existem são pouco consistentes para a demanda desse público alvo. Para termos uma ideia, por exemplo, só em 2015 as escolas foram contempladas com a primeira coleção de Scrivano *et al.* (2013) com

livros específicos para o ensino médio de jovens e adultos, essa concretização foi possível a partir do edital de 2012 do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

O CURRÍCULO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA NA EJA

A concepção curricular é uma construção histórica que reflete nas transformações decorrentes da organização econômica, política e legal de uma sociedade em um determinado momento. Socialmente determinada, ela implica que a sua elaboração e prática sejam concretizadas em processos educativos que correspondam às finalidades socioeducativas derivadas da realidade social e do desenvolvimento científico-tecnológico.

Segundo Libâneo (2008 p. 168) “Enquanto projeção do projeto pedagógico, o currículo define o que ensinar, o para que ensinar, o como ensinar e as formas de avaliação em estreita colaboração com a didática”.

Sendo assim, a inserção dos jovens e adultos no processo de desenvolvimento como cidadãos produtivos e também preparados para fazer a leitura do mundo, demanda ações educativas que considerem a escolarização como instrumento indispensável à construção da sociedade democrática.

No entanto, em se tratando de EJA a construção e a vivência do currículo ainda é um grande desafio. Isso porque, em algumas realidades, a efetiva prática do currículo, como ainda a sua própria construção, está longe de contemplar as culturas experienciais dos alunos da EJA, que apresentam características distintas. Isso porque o educando jovem e adulto, por ser cidadão, a maioria trabalhadora, quer sentir-se sujeito ativo, participativo e ter possibilidade de crescer na cultura, no social e no âmbito econômico. Por isso a necessidade da EJA ter um currículo próprio, que venha ajudar a fechar as lacunas desta modalidade, pois o currículo que temos hoje é engessado a todos os estudantes, tal como expõe Cavalcante (2009).

A introdução do ensino de Ciências na escola ocorreu no início do século XX (NARDI; ALMEIDA, 2004), mas foi, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, que a disciplina ciências naturais adquiriu importância e passou a ser alvo de projetos educacionais em vários países. As mudanças ocorridas no período pós-guerra, como a profissionalização da ciência, a crescente industrialização e o desenvolvimento tecnológico e científico, não puderam deixar de impactar o currículo escolar (KRASILCHIK, 1987), que passou a responder a uma nova demanda: a formação do futuro cientista. O Brasil acompanhou esta tendência, e o ensino de Ciências passou a ter aqui um caráter propedêutico, cujo principal objetivo era a formação de uma elite de cientistas que libertariam o país da dependência estrangeira e impulsionariam o desenvolvimento científico-tecnológico (KRASILCHIK, 2000).

As crescentes produções científicas e tecnológicas estão relacionadas diretamente com as rápidas mudanças na sociedade e no mundo, são relações históricas, políticas e culturais que determinam a qualidade de vida das pessoas e os instrumentos de sua consciência crítica. Elas são parte do debate democrático por um mundo mais justo, voltado para o desenvolvimento sustentado, para a superação das desigualdades, para a dignidade e a solidariedade.

Com base em considerações dessa natureza, as leis vigentes preconizam a integração entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a vida cidadã, de modo que cada componente curricular contribua com uma melhor orientação para o trabalho e com a ampliação dos significados das experiências de vida dos alunos. Eles devem ter acesso aos conhecimentos que poderão promover e ampliar suas interpretações sobre aspectos individuais e coletivos que condicionam a saúde e a reprodução humanas, sobre as transformações dos ecossistemas no planeta como um todo e particularmente no lugar onde vivem. Questões como essas pautam a formulação desta proposta para o currículo de Ciências Naturais (BRASIL, 2002).

No entanto, diante da evolução científica e tecnológica que a sociedade contemporânea tem passado, apenas dominar os códigos da leitura e da escrita da língua materna não é mais suficiente para o posicionamento do indivíduo diante de questões complexas da realidade, como as relacionadas à Ciência e a sua importância para a sociedade.

Tal conhecimento é tão difundido na sociedade que se faz necessário produzir e organizar conhecimentos específicos sobre os quais o homem tenha suporte para suas análises e julgamentos (DAL PIAN, 1992).

Dessa forma, as propostas que mais se adequam ao ensino de Ciências, principalmente na EJA, seriam aquelas que contribuem para uma aprendizagem comprometida com as dimensões sociais, políticas e econômicas (SANTOS, 2006). Exemplificando: a partir dos problemas ambientais ocasionados pelo mau uso da Ciência pelo homem, poderíamos investigar propostas didáticas que contemplassem a aprendizagem a partir de um problema real ou fictício e que favorecesse a autonomia dos sujeitos da EJA.

Perspectivado dessa forma, o presente artigo convida a pensar a Educação em Ciências da Natureza na modalidade de Educação de Jovens e Adultos a partir da evidência de que a construção social do currículo se dá em face de questões de poder e identidade. Isso implica em defender que o currículo escolar na EJA, apesar de ter relação com os conhecimentos que circulam nas instâncias sociais da ciência e da academia, não pode ser submetido termo a termo ao conhecimento científico. Pelo contrário, o currículo escolar tem uma constituição epistemológica própria, forjada ante as finalidades sociais e finalidades educacionais em disputa em diferentes períodos históricos (LOPES; MACEDO, 2002).

Indo mais adiante, os currículos em Ciências da Natureza na EJA por sua vez, não devem ser concebidos e analisados com base em um olhar que os identificam plenamente com o currículo do ensino “regular”. Afinal, trata-se de outros sujeitos e outras finalidades educativas. Ainda que nas redes públicas de ensino os mesmos docentes assumam o trabalho com crianças, jovens, adultos e idosos, a reprodução de conhecimentos, práticas e materiais pedagógicos produzidos no âmbito do ensino regular para uso na EJA aponta para muitos problemas (DI PIERRO, 2008).

É preciso enfrentar o desafio de pensar e produzir currículos voltados à Educação em Ciências da Natureza sintonizados com as especificidades dessa modalidade de ensino.

METODOLOGIA

A revisão bibliográfica foi feita mediante leitura sistemática a partir de livros e periódicos e por artigos científicos encontrados nas bases de dados digitais do Google

Acadêmico e Periódicos da Capes no recorte temporal de 2010 a 2019, totalizando quarenta trabalhos, com fichamento de cada obra, ressaltando os pontos abordados pelos autores pertinentes ao assunto em questão.

A pesquisa foi realizada com estudantes da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom João Becker, situada no município de Ipiranga do Sul, RS. Os sujeitos em questão são homens e mulheres na faixa etária mínima de 37 anos e máxima de 74 anos de 7º ano e 9º ano. Tratando-se das mulheres, essas são a maioria na classe, pois, apenas dois homens compõem a classe. De acordo com Brasil (2007) dados semelhantes, apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Educação: “Mais de 50% dos alunos que frequentam cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), também conhecido como curso supletivo, são mulheres”.

Após análise e aprovação da Secretaria Municipal de Educação para este estudo, foram aplicados questionários com nove perguntas simples e objetivas, quatro perguntas descritivas no qual não era permitida e nem necessária a identificação dos estudantes, conforme as normas seguidas. A pesquisa foi aplicada a 13 estudantes do 6ª ano e 9º ano. Após os dados coletados dos questionários, foi realizada a análise dos dados.

ANÁLISE DE DADOS

A utilização do questionário objetivou identificar as concepções dos estudantes sobre a existe ou não da articulação do currículo de ciências com o seu cotidiano. E com a sua aplicação foi possível constatar que todos os entrevistados gostam de estudar Ciências da Natureza e mais de 90% consideram que o componente curricular contribui no seu cotidiano principalmente no que se refere aos cuidados com a saúde e higiene, conhecimento sobre a natureza e meio ambiente, auxílio na escolha de compra de alimentos em mercados e feiras. Em relação a influência das Ciências da Natureza nas tomadas de decisões na vida dos estudantes, apenas 53% considerou importante, seguido de 61% considera importante para a comunicação no dia-a-dia e menos de 30% citou a importância para ajudar a entender o sistema político do Brasil e a resolução de problemas.

Quando perguntado aos estudantes se eles se sentem capazes de ensinar o que aprenderam na aula de ciências da natureza para outra pessoa, 92% responderam mais ou menos e apenas 8% responderam que são capazes.

Todos os entrevistados afirmaram que as aulas contribuem para a formação de opinião dos mesmos.

As respostas dos estudantes para as questões construídas no modelo de escala de Likert, em suas cinco alternativas, estão relacionadas conforme a tabela a seguir.

Tabela 1 - Análise das respostas dos alunos segundo a frequência (%) de acordo com o modelo de escala de Likert

AFIRMATIVA	SATISFEITO	PARCIALMENTE SATISFEITO	INDIFERENTE	PARCIALMENTE INSATISFEITO	MUITO INSATISFEITO
Satisfação com as aulas de Ciências da Natureza	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Estímulo do professor para o estudante estudar	92,0	8,0	0,0	0,0	0,0
Clareza no ensino do assunto pelo professor	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Contribuição das atividades no componente curricular para a compreensão dos conteúdos	92,0	8,0	0,0	0,0	0,0
Dinâmica do professor de Ciências da Natureza em usar vários recursos para ensinar	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Dentre os estudantes entrevistados, 100% (n = 13) disseram que estavam satisfeitos com o ensino de ciências e 92% (n = 12) responderam que o professor estimulava o aluno a estudar ciências.

Todos os estudantes afirmaram que o professor de ciências ministrava aulas com clareza e com dinâmica satisfatória. Silva *et al.* (2011), afirmam que, desde que aceita pelos estudantes, aulas mais interativas ajudam os estudantes na compreensão e conseqüentemente melhoram o seu rendimento. Moreira; Estumano (2016) em sua pesquisa encontrou resultado semelhante, onde 93% dos alunos entrevistados responderam que o uso de aulas dinâmicas e interativas facilita o ensino.

Quando indagados se as aulas de ciências da natureza têm relevância em sua vida, 100% dos estudantes responderam sim.

Entre as questões descritivas, ao questionar sobre qual o tema que mais gostou de estudar em ciências, as respostas com um maior número foram as seguintes:

Corpo Humano: “porque aborda o nosso cotidiano”, “porque aprendi muito mais que eu sabia”, “entendi o que é uma célula”

Água e Meio Ambiente: “porque entendi os estados físicos da água”, porque a água é muito importante para nossa sobrevivência”

Quanto aos temas que não gostaram de estudar, apenas um estudante respondeu “Pegar os animais no laboratório de ciências, não gosto de sapo, cobra e aranha”.

Temas que os alunos ainda não estudaram, mas tem um grande interesse os mais citados foram as doenças como câncer, estresse, leucemia. Também elucidaram o interesse por assuntos relacionados a sexualidade e afetividade.

Quando questionados o que o componente curricular de Ciências da Natureza significa para você, das narrativas expostas pelos estudantes, destacamos:

“Conhecimento sobre as coisas no mundo e a natureza”
“Muito importante para a vida”
“Tudo muito bom”
“Aprendi muitas coisas que eu nem imaginava sobre o corpo humano”
“Muito aprendido”
“Agregar conhecimento”
“Muitos ensinamentos para nosso dia-a-dia”
“Conhecimento”

Considerando esses resultados, é importante salientar que o ensino de Ciências possibilita ao aluno a compreensão tanto de conhecimento científico em si quanto da construção de um conhecimento científico em estreita relação com sua vivência diária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas incursões investigativas observa-se que embora os alunos gostem e consideram importantes para sua vida as aulas de Ciências da Natureza, a Educação de Jovens e Adultos não tem conseguido promover a integração do indivíduo ao contexto sócio-econômico vivenciado pelos seus sujeitos. Muitas vezes, a EJA, apresenta em sua organização curricular propostas que não atendem às necessidades dos educandos, não apresentando metodologias pedagógicas contextualizadas a diversidade cultural que compõe a EJA. Assim, uma das possíveis origens da evasão e ou do insucesso escolar dos educandos da EJA está no desestímulo provocado por uma proposta curricular que não atende às necessidades reais dos educandos.

Esse estudo nos propõe uma reflexão sobre nossa organização curricular no ensino da Educação de Jovens e Adultos e diante do que foi exposto, foi possível pensar sobre alguns aspectos históricos da EJA no Brasil e o seu desenvolvimento, além de rever e refletir sobre a proposta curricular efetivada na modalidade de ensino e sua aproximação com as experiências de vida dos estudantes, perpassando pela complexidade da evasão escolar, sendo esse um dos maiores problemas existente na EJA, já que podemos relacionar o mesmo a fatores preponderantes que são os sócio-econômicos, culturais, políticos e históricos, e que pode ser reconhecido, também, como resultado das propostas curriculares que desfavorecem e desestimulam os educandos da EJA.

Sendo assim, é primordial que o sistema público de ensino ofereça uma educação de qualidade e formação específica aos professores dessa modalidade educativa, e que esses estejam capacitados para garantir de forma positiva e significativa o ensino, dando aos estudantes da EJA a oportunidade de se constituírem como cidadãos autônomos, críticos e conscientes, pois é possível materializar esses fatores a partir da elaboração e realização de uma proposta curricular contextualizada com as reais necessidades dos alunos.

Portanto, mesmo os estudantes se mostrarem satisfeitos com as aulas de ciências da Natureza, a função do professor é sem dúvidas explorar ao máximo do potencial do estudante,

suas habilidades e competências, dessa forma, sair do ensino tradicional é necessário para formar estudantes conscientes e críticos, capazes de acompanhar as mudanças científicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para a educação de jovens e adultos**: segundo segmento do Ensino Fundamental – 5ª a 8ª séries. Brasília: MEC/SEF, 2002.

BRASIL Parecer CEB nº: 11/2000 **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. 2000.

CAVALCANTE, M. H. **Revista Mundo Jovem em Jornal de Ideias**. 47. ed. Nov. 2009. Porto Alegre: Pucrs, 2009.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, p. 58-77, 2001.

DI PIERRO, M. C. Educação de Jovens e Adultos na América Latina e Caribe: trajetória recente. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 367-391, maio/ago 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HADDAD, S. Por uma nova cultura da Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local. In: HADDAD, S. **Novos caminhos em Educação de Jovens e Adultos – EJA**. São Paulo: Global, 2007.

HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-130. 2000.

KRASILCHIK, M. Reformas e realidade: o caso do ensino das ciências. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 85-93, 2000.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

LIBÂNEO, J. C.. **Organização e gestão: teoria e prática**. Goiânia: MF Livros, 2008.

NARDI, R.; ALMEIDA, M. J. P. M. Formação da área de ensino de Ciências: memórias de pesquisadores no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 4, n. 1, p. 90-100, 2004

RIBEIRO, V. M. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. **Educ. Soc.**[online]. 1999, vol. 20, n. 68, p. 184-201.

SANTOS, W.; MORTIMER, E. F. Tomada de decisão para ação social responsável no ensino de ciências. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 7, n. 1, p. 95-111, 2001.

SANTOS, F. M. T. dos; GRECIA, I. M. (orgs.). **A pesquisa em Ensino de Ciências no Brasil e suas metodologias**. Ijuí: Unijuí, 2006.

SILVA, F.S.S.; MORAIS, L.J.O.; CUNHA, I.P.R. Dificuldades dos professores de Biologia em ministrar as aulas práticas em escolas públicas e privadas do município de Imperatriz (MA). **Revista UNI**, Imperatriz (MA), ano 1, n.1, p.135-149, 2011.

SOARES, L. **Educação de Jovens e Adultos (Diretrizes Curriculares Nacionais)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, 165 p.

TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS (2000 A 2019)

Edson Pedro Zambon¹

Lidiane Cássia Comin²

INTRODUÇÃO

Embora termos como tecnologia, uso da tecnologia, novas tecnologias, pareçam ser modernos e contemporâneos, deve-se observar que esses termos são utilizados desde o século XVII, quando o saber científico se fundiu com a prática e técnica. De um modo mais geral, o uso da tecnologia e sua relação com o conhecimento e aplicações possibilitam a melhoria das atividades no dia-a-dia. Na contemporaneidade torna-se irrelevante debater se o uso das tecnologias pode ou não afetar a vida, mas sim, como afeta e transforma estruturas sociais.

No Brasil, os cursos tecnológicos têm ganhado força nas últimas décadas, os quais tem a pretensão de formações mais próximas para o mercado de trabalho (FAVRETTO; MORETTO, 2013). Outro fator relevante diz respeito a crescente alta do ensino à distância, os constantes debates de alteração das profissões devido ao aumento da tecnologia em diversas áreas, inclusive dos professores em todos os níveis educacionais reemergindo o debate se a tecnologia pode substituir o professor (MARSHM, 2020). No entanto, ao tratar de tecnologia entende-se o mesmo como um assunto transversal, que pode ser tratado em qualquer área de conhecimento e com enfoques específicos, o que justifica um estudo bibliométrico capaz de apresentar os principais estudos sobre o tema.

Para não limitarmos na superficialidade, este estudo busca relacionar tecnologia e educação. Mais especificamente, tem-se como objetivo realizar uma análise bibliométrica dos artigos publicados em revista científica envolvendo a temática educação e tecnologia. Para tanto, utilizando-se da base de dados *Scopus*, considerando as últimas duas décadas como linha temporal. Para tanto, a estruturação do estudo busca apresentar, primeiramente, o conceito de tecnologia e suas aplicações, na intenção de apresentar ao leitor uma definição do termo. Em seguida busca-se apresentar o processo educacional, num sentido restrito à educação formal, para em seguida tratar da identificação das tecnologias aplicadas no contexto educacional, com base em estudos nacionais e internacionais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A tecnologia no contexto contemporâneo não deve ser considerada apenas um estudo da técnica. A forma como se deu o desenvolvimento tecnológico, bem como seu uso, surge num contexto de tornar a ciência mais aplicada no dia a dia dos seres humanos (MIRANDA, 2002).

¹ Mestre em Ciências Contábeis com ênfase em Controle de Gestão pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, professor de graduação e pós graduação, *e-mail*: edsonzambon@gmail.com.

² Doutora em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC, professora de graduação e pós graduação lato sensu, *e-mail*: prof.lidianecassiacomin@gmail.com.

O termo tecnologia é frequentemente associado com ciência (e muitas vezes tratado erroneamente como sinônimo) dado que um é produto do outro, ou seja, quando há pesquisa e produção científica há progresso tecnológico (MARICATO, 2010).

No entanto, alguns campos da ciência podem não resultar e/ou contribuir com o progresso tecnológico. A ciência elucidada sobre fatos que podem ser explorados, que podem ou não resultar em progresso tecnológico. A descoberta de uma vacina, por exemplo, além de usar métodos científicos para testes de sua eficácia e obter aprovação científica (KUHN, 1978) deve contar com um aparato de equipamentos tecnológicos para sua produção em massa e disponibilizar para uma determinada população.

Para Versaszto *et al.* (p. 39, 2009) tecnologia “abrange um conjunto organizado e sistematizado de diferentes conhecimentos, científicos, empíricos e intuitivos. Sendo assim, possibilita a reconstrução constante do espaço das relações humanas.” Nesse sentido, pode-se definir tecnologia como uma aplicação prática do conhecimento científico? Sim, nesse estudo alinha-se ao entendimento que tecnologia para definir produtos e serviços criados a partir de conhecimentos científicos, a técnica, por sua vez, refere-se apenas ao desenvolvimento de habilidades práticas sem ajuda do conhecimento científico.

Ao abordar o tema tecnologia e educação pode-se relacionar em diferentes enfoques: 1) Como a educação impulsiona a tecnologia, ou seja, a educação como uma variável endógena a tecnologia; 2) O uso de tecnologias nos processos da educação. Neste estudo delimita-se à análise bibliométrica, que por sua vez pode apresentar aos pesquisadores brasileiros acesso a estudos mais citados e/ou autores mais reconhecidos no campo acadêmico, de maneira a contribuir quanto ao uso de tecnologias para auxiliar na educação.

Altuzarra (2016), considera o contexto histórico da relação entre tecnologia e educação e reconhece que o uso de computador e outros instrumentos tecnológicos podem ser promissores à práticas pedagógicas desde que integrado na grade curricular, não apenas como uma área específica e um componente transversal, presente em cada área. Por outro lado, não se pode ignorar que o uso das tecnologias é resultante de orientações estratégicas, escolhas deliberadas conforme contexto social (PEIXOTO; ARAÚJO, 2012), as quais possuem impacto direto no mundo do trabalho desencadeando mudanças nas relações sociais.

A tecnologia, neste aspecto, podem ser um instrumento de combate à desigualdade social, ou na ausência de políticas públicas contribuir para o aumento desta (MOREIRA; KRAMER, 2007). Como apontado por Conte e Martins (2015) a tecnologia representa uma alternativa ao processo educativo, além de todas as atividades especulativas possíveis, coincide com a criação e a libertação, dada sua necessária conexão com a socialização do conhecimento.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é de natureza exploratória fazendo uso de técnicas bibliométricas em busca de identificar o crescimento da produção científica na temática tecnologia e educação. Conforme Maricato (2010) os estudos bibliométricos podem ser agrupadas em três categorias de indicadores: (i) que busquem mediar a produtividade científica e tecnológica (número de artigos, livros publicados e patentes registradas); (ii) aproximações quanto ao uso e qualidade dos estudos publicados; (iii) colaboração entre pesquisadores e instituições.

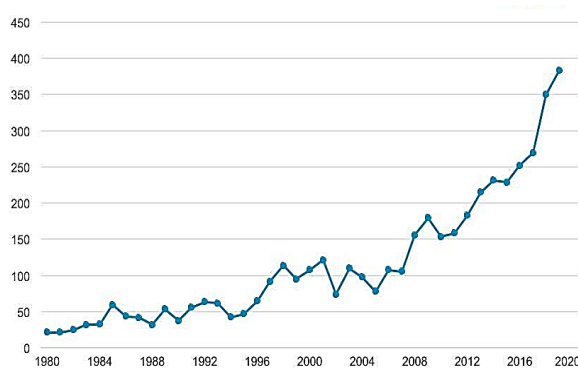
A coleta de dados desta pesquisa iniciou com a pesquisa na base de dados Scopus com os termos *tecnology and education* constantes no título dos estudos, com o objetivo de relacionar os dois temas. Como definição dos critérios de pesquisa, delimitou-se o período das últimas duas décadas, no período de 2000 a 2019, e considerou-se apenas os estudos da área de ciências sociais. As revistas científicas que não apresentaram relações com educação ou tecnologia foram excluídas do filtro, buscando manter apenas revistas com escopo principal, educação e/ou tecnologia.

Dentre as diversas ferramentas para análise bibliométrica, optou-se pelo software VOSviewer o qual é utilizada para identificar os autores e coautores que mais publicaram no período analisado, bem como os autores mais citados. A mesma ferramenta é utilizada para identificar as palavras mais citadas nos títulos, resumo e palavras chave (MOREIRA; GUIMARÃES; TSUNODA; 2020).

RESULTADOS E ANÁLISES

Inicialmente buscou-se identificar a quantidade de estudos publicados em que constasse as palavras educação e tecnologia no título da publicação. Identificou-se um crescimento significativo das publicações entre 1980 e 2019. Do total de 4.570 artigos publicados, mais da metade foi produzido na última década.

Figura 1 - Publicações relacionando Educação e Tecnologia



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Por se tratar de temas interdisciplinares, as pesquisas que abordam o tema educação e tecnologia são espalhadas em diversas áreas do conhecimento, identificou-se estudos em 30 áreas diferentes, entre as quais destaca-se em ciências Sociais (39%), Engenharias (12%), Ciência da Computação (11,6%), Medicina (7,8%), Matemática (2,1%) e Gestão e Negócios (4,6%).

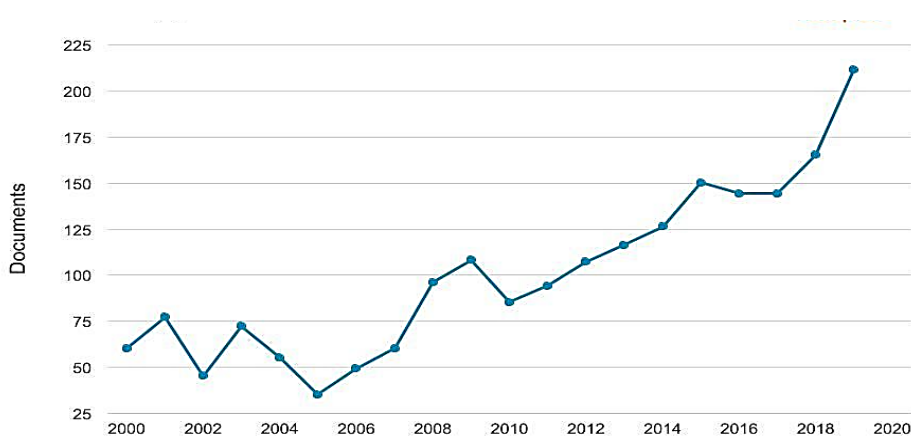
Como o objeto desta pesquisa é identificar principais estudos na área da educação que abordem o tema tecnologia, para fins da análise bibliométrica delimitou-se apenas nas áreas de

ciência sociais uma vez que além de ser área com maior quantidade de estudo publicados ainda deve-se considerar que abrange as áreas com pesquisadores na área de educação.

Conforme considerações anteriores, fez-se os filtros buscando apenas artigos científicos em periódicos da área de ciências sociais, identificou-se 1999 artigos.

Evidencia-se que os estudos relacionando tecnologia e educação dobraram na última década, o que mostra o interesse dos pesquisadores na área social, do uso da tecnologia na educação. Vale ressaltar que não houve segregação por tipo de estudo, se esses estudos tratam de educação em áreas específicas, a informação apresentada refere-se aos estudos que trazem em seu título tecnologia e educação.

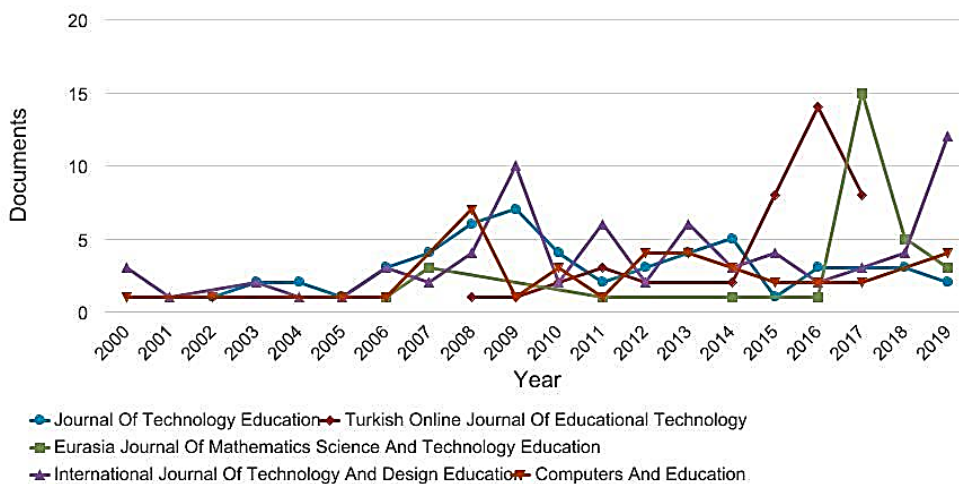
Figura 2 - Evolução dos estudos publicados



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

As revistas com maior número de estudos, são revistas com enfoque no tema tecnologia, e no tema educação. Naturalmente os pesquisadores tendem a direcionar suas pesquisas em revistas específicas sobre o tema.

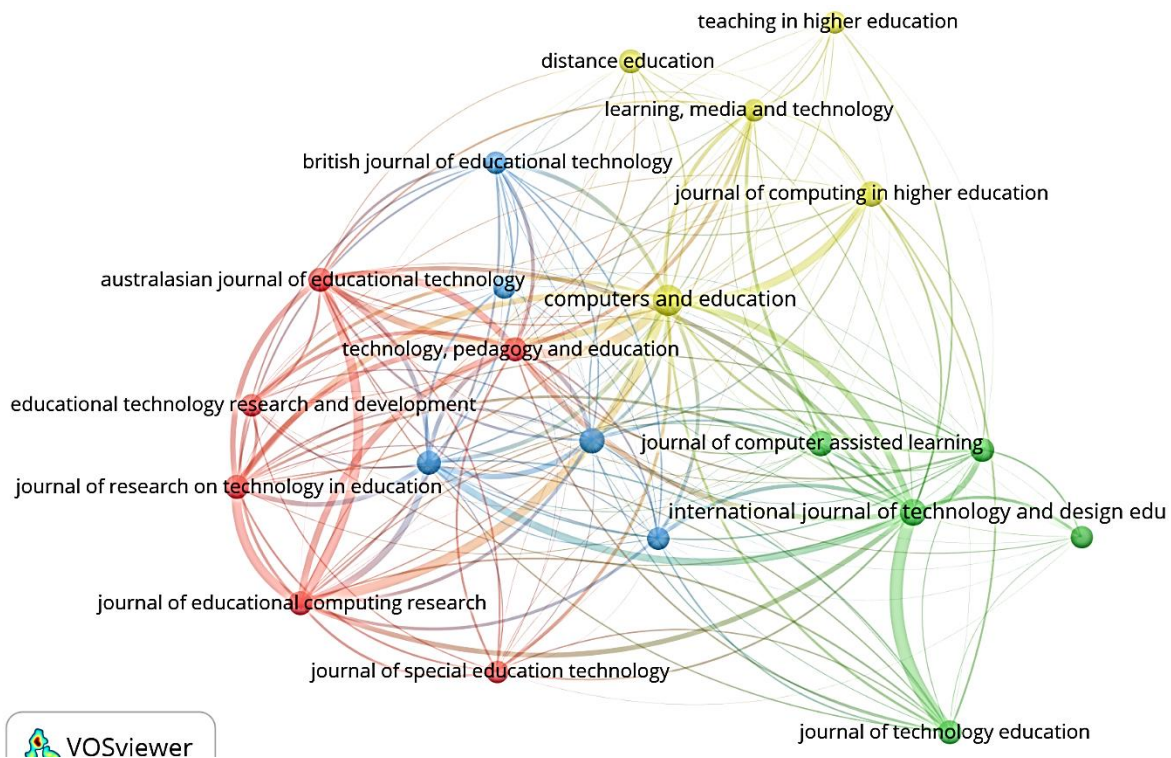
Figura 3 - Principais revistas



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Os periódicos *Internacional Journal of technology and design Education* e *Computer and Educacion* possuem publicações desde o início dos anos 2000, além de serem os periódicos que mais publicam, e ainda são as mais tradicionais da área bem como as mais citadas, como evidenciado da Figura 4.

Figura 4 - Revistas mais citadas



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

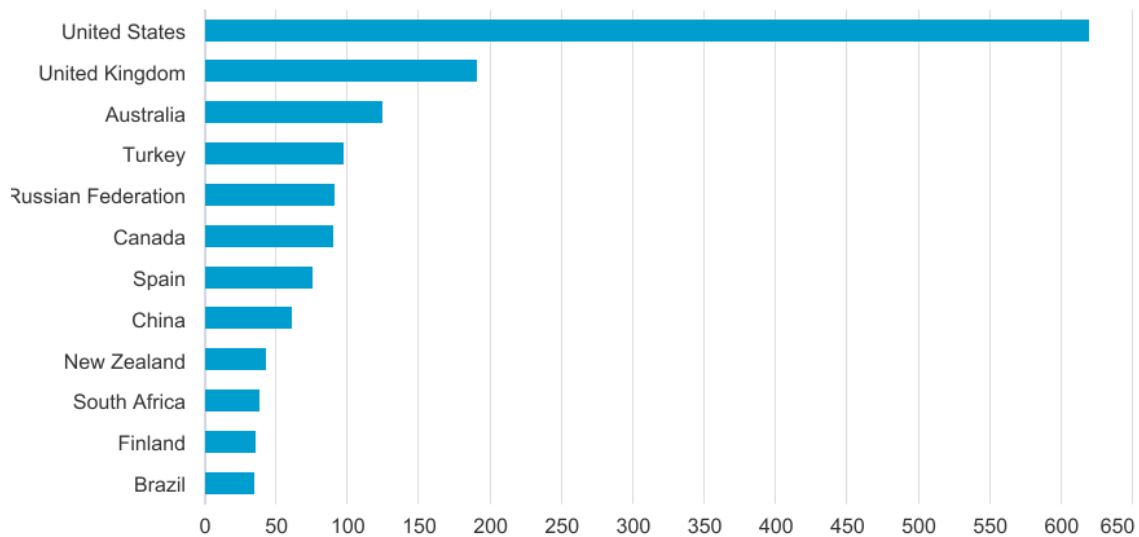
A revista *Computer and Educacion* também aparece com maior número de citações (2687), mais de três vezes da segunda colocada *Internacional Journal of technology and design Education* que conta com 815 citações no período analisado. A Figura 4 apresenta todas as revistas com mais de 200 citações, o que totalizou 21 revistas que tiveram esse desempenho mínimo (em número de citações das suas publicações).

Como pode-se observar na Figura 4, o EUA é a país com maior número de publicação. Além de ser um país continental, ainda é a maior economia do mundo, logo é de se esperar que países mais desenvolvidos tenham maior propensão a novas tecnologias, ademais empresas do Vale do Silício tem liderado inovações tecnológicas o que pode contribuir com o número de publicações relacionando tecnologia com educação.

O Brasil fica na 12ª posição em quantidade de estudos publicados. Deve-se reconhecer que a base Scopus pode não abranger todo os periódicos, portanto é provável que a quantidade

de publicações sobre o tema, seja superior a apresentada, no entanto o mesmo argumento é válido para os demais países.

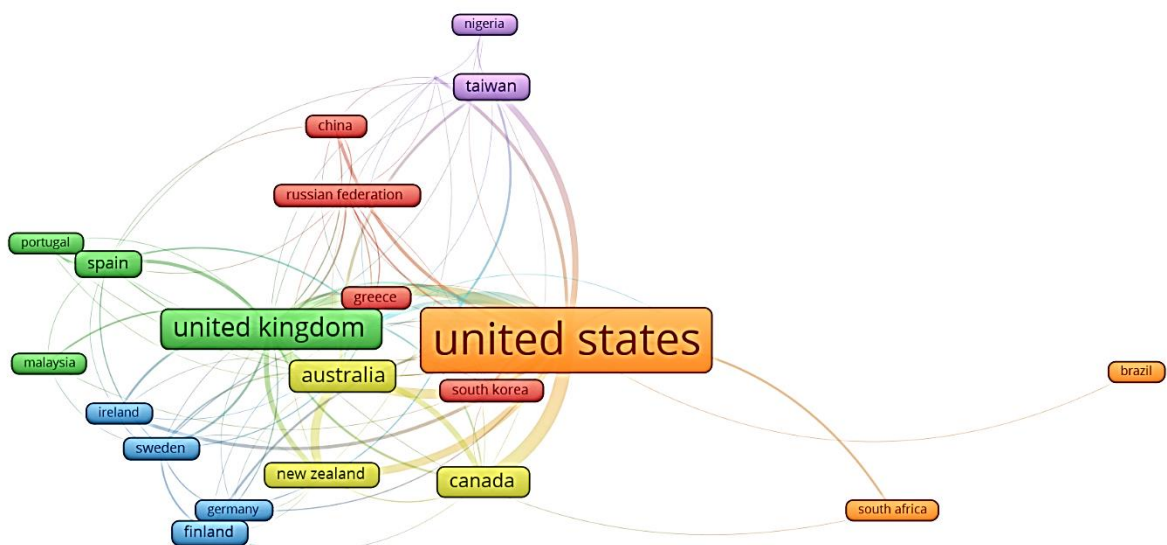
Figura 5 - Países que mais publicam



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Ao analisar as conexões entre os países que publicam, percebe-se que os EUA e o Reino Unido são os países que mais possuem publicações sobre o tema, e citações (Figura 6).

Figura 6 - Ligações pesquisas entre países



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

O Brasil pertence ao clusters dos EUA o qual possui mais citações, e pode-se considerar um dos países centrais na produção de conteúdo na área de tecnologia e educação, o que pode ser usado como justificativa pelos pesquisadores brasileiros serem mais propensos em consulta a estudos americanos. Por outro lado, o fato das pesquisas brasileiras se concentrar em estudos de um único país não é algo positivo. A Finlândia que possui o mesmo número de artigos na base analisada, além dos EUA tem relação com outros 6 países, o que pode contribuir com uma rede de pesquisa mais diversificada proporcionando diferentes correntes teóricas.

Os autores que mais publicaram no período analisado são; Davis, da Nova Zelândia e Loveles, do Reino Unido com 7 publicações cada.

Quadro 1 - Autores com maior número de estudos publicados

Autores	Filiação	Publicações
Davis, Niki	University of Canterbury, Christchurch, New Zealand	7
Loveless, Avril M.	University of Brighton, Brighton, United Kingdom	7
Selwyn, Neil	Monash University, Melbourne, Australia	6
Mears, Derrick	Western Washington University, Bellingham, United States	6
Tondeur, Jo	Vrije Universiteit Brussel, Brussels, Belgium	5
Zia, Lee L.	National Science Foundation, Arlington, United States	5

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Busca-se analisar os autores mais citados (Tabela 1), ou seja, não necessariamente são estudos que constam na base de dados analisadas, mas citados por eles. Diante disso, selecionou-se os autores com no mínimo 200 citações no período.

Tabela 1 - Autores mais citados

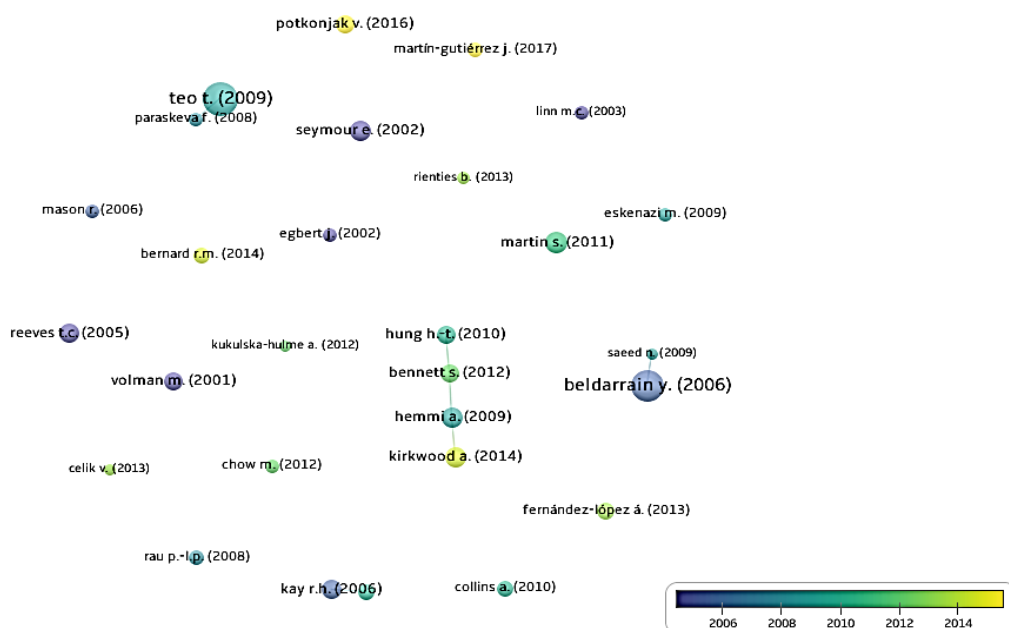
Class.	Autores	Doc.	Cit	Class.	Autores	Doc.	Cit
1	Teo T.	4	391	12	Gil R.	1	215
2	Price L.	4	360	13	Martin S.	1	215
3	Beldarrain Y.	1	356	14	Peire J.	1	215
4	Kirkwood A.	4	303	15	Sancristobal E.	1	215
5	Bernard R.M.	4	296	16	Oliver R.	2	208
6	Borokhovski E.	4	296	17	Bayne S.	1	202
7	Schmid R.F.	4	296	18	Hemmi A.	1	202
8	Abrami P.C.	3	271	19	Land R.	1	202
9	Tamim R.M.	3	246	20	Seymour E.	1	200
10	Castro M.	1	215	21	Waycott J.	2	200
11	Diaz G.	1	215				

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Timothy Teo (Teo T.) da universidade de Murdoch, Austrália, Linda Price (Price L.) da Universidade de Bedfordshire, Reino Unido, e Yoany Beldarrain e Adrian Terence Kirkwood (Kirkwood A.) da Open University, Reino Unido, são os autores mais citados, com mais de 300 citações.

Além de identificar os autores mais citados, busca-se identificar quais estudos foram os mais citados. A Figura 7 apresenta as obras mais citadas, selecionou-se apenas obras com no mínimo 100 citações totalizando 28 estudos. A Figura 7, apresenta os estudos mais citados constatando-se que não há formação de redes entre esses estudos, ou seja, são estudos isolados não formando-se núcleos de citações entres os estudos.

Figura 7 - Redes dos estudos mais citados



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

A seguir apresenta-se um quadro com os 4 estudos mais citados. O estudo mais recente percebe-se que Teo T. e Beldarrain Y. são os que aparecem como autores mais citados, devido a esses estudos.

Optou-se por incluir dois estudos mais recentes de Potkonjak (2016) e Gutiérrez (2017) uma vez que não completaram 5 anos de sua publicação e aparecem entre os mais citados. Para fins de identificar assuntos emergentes tais autores poderiam ser consultados.

Como a palavra *technology* e *education* são considerados os critérios para os estudos comporem a base de dados desta pesquisa naturalmente são as mais frequentes. Paralelamente os termos mais usados nas últimas pesquisas são: Educação Superior, Engenharia, Professores, Pesquisa, Tecnologias digitais, Design, Educação Física. Outros termos, embora não recentes, também são frequentemente utilizados como: Educação à Distância, Tecnologia da Informação, Educação Tecnológica, Novas Tecnologias, Ciência, Tecnologias Assistidas, Educação Especial, entre outros evidenciados na Figura 8.

Percebe-se que os estudos trazem termos ligados à educação e tecnologia com presença de termos como Engenharias e Ciência relacionam-se fortemente com tecnologias, do mesmo modo que os termos educação superior e ensino à distância, e tecnologias da informação, podem ser considerados termos pertinentes da educação estando em pauta nas pesquisas acadêmicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou cumprir com seu objetivo e realizar uma análise bibliométrica dos artigos publicados em revista científica envolvendo a temática educação e tecnologia utilizando-se da base de dados *Scopus*. Para tanto, fez-se as buscas de estudos que continham a palavras *technology* and *education* resultando em uma base de dados de 1.999 artigos científicos.

Os resultados obtidos evidenciam os EUA como o país que mais publica sobre o tema assim como a revista mais citada são *Computer and Educacion* e *Internacional Journal of technology and design Education*. Já como autores que mais publicaram no período analisado foram Davis, N. e Loveless, A., com sete artigos publicados.

Os autores mais citados foram; Timothy Teo (Teo T.) da Universidade de Murdoch, Austrália, Linda Price (Price L.) da Universidade de Bedfordshire, Reino Unido. Yoany Beldarrain e Adrian Terence Kirkwood (Kirkwood A.) da Universidade Open University, Reino Unido, todos com 300 citações. Essas indicações possibilitam aos pesquisadores brasileiros maior qualidade na consulta de estudos especializados na área, uma vez que este estudo constata apenas uma relação direta das pesquisas brasileiras com EUA.

Quanto a análise das palavras mais relacionadas com educação e tecnologia, as mesmas apresentaram-se de forma coerente mostrando-se relações com temas como educação superior, engenharia, professores, pesquisa, tecnologias digitais, design, educação física, educação à distância, tecnologia da informação, educação tecnológica, novas tecnologias, tecnologias assistidas, educação especial e ciência. A relação destes termos reforça que a base de dados é consistente, abrangendo apenas estudos com ligação direta com educação e tecnologia.

O presente estudo possui suas limitações. Abrange apenas uma base de dados, estudos importantes podem ter ficado de fora por estarem fixados em outra base. Considera-se apenas estudos da área de ciências sociais, mesmo considerando que tecnologia trata-se de um assunto transversal, podendo ter estudos importantes e com boas contribuições em outras áreas de pesquisa. Como sugestões para pesquisas futuras, sugere-se um novo estudo em uma base diferente da utilizada, buscando identificar outras implicações. Ainda pode-se realizar um estudo analisando o conteúdo dos artigos mais citados e/ou autores mais citados, buscando identificar suas principais contribuições.

REFERÊNCIAS

- ALTUZARRA, J. G. C. Relations entre les domaines et les catégories Éducation et Technologie: analyse dans une perspective historique et culturelle. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 135, 2016.
- CONTE, E.; MARTINI, R. M. F. As Tecnologias na Educação: uma questão somente técnica? **Educação & Realidade**, v 40 n. 4, 2015.
- FAVRETTO, J.; MORETTO C. F. Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no Brasil: a retomada da ênfase na educação profissional. **Educação & Sociedade**, v.34, n. 123, 2013.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- MARICATO, J. de M. **Dinâmica das relações entre Ciência e Tecnologia**: estudo Bibliométrico e Cientométrico de múltiplos indicadores de artigos e patentes em biodiesel. Tese (doutorado em Ciência da Informação) Universidade de São Paulo, 2010.
- MARSHM S. **Computers Replace Teachers?** Acesso em The Guardian, Educação, Abril 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/teacher-network/2015/feb/24/computers-replace-teachers>.
- MIRANDA, A. L. **Da natureza da tecnologia**: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, 2002.
- MOREIRA A. F. B.; KRAMER, S. Contemporaneidade, educação e tecnologia. **Educação & Sociedade**, v. 28 n. 100, 2007.
- MOREIRA, P. S.; GUIMARÃES, A. J. R.; TSUNODA, D. F. Qual ferramenta bibliométrica escolher? um estudo comparativo entre softwares. **P2P E INOVAÇÃO**, v. 6, p. 140-158, mar. 2020.
- PEIXOTO J.; ARAÚJO, C. H. Dos S.. Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 253-268, 2012.

A POTENCIALIZAÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: REFLEXÕES A PARTIR DAS VIVÊNCIAS POSSIBILITADAS PELO PIBID URI ERECHIM/RS

Marina Fátima Onyszko ¹

Idanir Ecco ²

Edite Maria Sudbrack ³

INTRODUÇÃO

Conhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019, por meio de um relatório que apresentou um conjunto de casos de pneumonia viral diagnosticados em Wuhan, na República Popular da China, a COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), alcançou o mundo todo nos primeiros meses de 2020, e o grave período pandêmico, que perdura, teve início.

Nesse contexto, permeado de incertezas e marcado pela ausência de vacinas e tratamentos comprovadamente eficazes, as principais medidas adotadas para a contenção da disseminação do novo vírus foram o isolamento social e o controle da mobilidade. Conseqüentemente, foram desativadas, em forma de lei, todas as atividades de instituições e redes escolares, em todos os níveis, etapas e modalidades (BRASIL, 2021).

Sem a possibilidade de acesso ao espaço físico da escola e após um longo e incerto período de planejamento e organização, no mês de novembro do mesmo ano, tiveram início na URI Erechim/RS as atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

O subprojeto desenvolvido pela URI alicerçou-se em vivências formativas de alfabetização, literacia e numeracia para a qualificação da aprendizagem da educação infantil e anos iniciais (1º e 2º ano) no ensino fundamental, com base na nova Política Nacional de Alfabetização (PNA).

Entre as atividades desenvolvidas, estiveram a construção de fichas de leitura e de jogos digitais para a alfabetização, entregues à Escola Campo. No desenvolvimento das atividades/vivências o que se constatou, bem como o que despertou indagações, angústias e reflexões foi a identificação de um contexto marcado pela desigualdade em relação ao acesso à *internet* e também em relação à defasagem da aprendizagem.

O presente estudo objetiva analisar e descrever, mesmo que brevemente, a potencialização e o impacto das desigualdades citadas considerando o período de isolamento

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia e bolsista PIBIC/CNPq da URI Erechim/RS. *E-mail:* marinaonyszko.mo@gmail.com.

² Mestre em Educação UPF/RS; Professor da URI Erechim/RS. Membro da Academia Erechinese de Letras Cadeira 14. *E-mail:* idanir@uricer.edu.br

³ Pró-Reitora de Ensino do URI - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

social forçado pela pandemia COVID-19 a partir das vivências da acadêmica no PIBID, efetivadas numa escola pública estadual da cidade de Erechim (RS) denominada Escola Campo.

A EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE CONSUMIDORES E MERCADORIAS

O advento da globalização, de modo especial na década de oitenta do século XX, tornou possível, pela primeira vez, falar de uma economia global, constituída por todas as nações do mundo. Nesse contexto triunfa o sistema capitalista. Diante da ação das empresas transnacionais e das mudanças nas transferências financeiras, a economia global foge do controle até mesmo da mais poderosa das nações (DALE, 2004).

É a partir desse contexto que Dale (2004) noticia a existência de uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE). Esta que, de acordo com o autor, implica a ação de forças supra e transnacionais, que operam a fim de romper/ultrapassar as fronteiras nacionais e concomitantemente, reconstroem as relações entre os países. A AGEE parte, sobretudo, da prescrição dos organismos internacionais.

Conforme Barroso (2018), as políticas educacionais, desde sempre, foram influenciadas pela tomada de decisão em vários níveis político-administrativos. Assim, quando se objetiva entender/analisar as decisões concretizadas em território nacional, considerar apenas as normas advindas do Ministério da Educação não é suficiente. Tais medidas incorporam interesses e estratégias de instâncias internacionais e, ainda, estão sujeitas ao reajustamento local.

O mesmo autor, analisando as mudanças ocorridas nos processos de regulação das políticas educacionais em Portugal, evidencia que esta se dá em três níveis, que embora diferentes, são complementares (BARROSO, 2006). A referida regulação é definida por Antunes e Sá (2010), na senda de vários estudos, como um conjunto de mecanismos que, quando posto em ação, devem conduzir à harmonia de comportamentos individuais e coletivos. Tais mecanismos, ainda, almejam a mediação de conflitos sociais e a diminuição das distorções que ameaçam a coesão social. Por meio deles são definidos regras e padrões para o funcionamento das instituições.

A regulação transnacional constitui o primeiro nível e pode ser entendida como o conjunto de discursos, instrumentos e normas produzidos internacionalmente, tomados pelos Estados como obrigação e/ou possibilidade de legitimação diante da tomada de decisão. A regulação nacional, segundo nível, pode ser definida como o modo como o Estado e sua administração exercem a coordenação/controla do sistema educativo por meio de normas que orientam a ação de diferentes atores sociais. Estas, são reajustadas a nível local, por conta da inevitável existência de um jogo complexo de estratégias, negociações e ações de vários atores. Esse (re)ajuste, por vezes não intencional, é o que constitui o último nível da regulação: a microrregulação local (BARROSO, 2006).

As organizações internacionais que, conforme Dale (2004), ditam a AGEE, também atuam como reguladoras supranacionais (SUDBRACK; FONSECA, 2021). Entre estas, estão o Banco Mundial, a Unesco, a Cepal e a cada vez mais influente Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

O PISA, apesar das muitas complexidades e contradições que o constituem, dispõe de grande credibilidade no mundo todo e é tomado, pelo Estado brasileiro, como um instrumento de máxima confiabilidade para alicerçar políticas educacionais. Sob a justificativa de ter à disposição dados fidedignos acerca do desempenho da educação no país, o certame se impõe como gerador de conhecimento para a política educativa e se reverte em um poderoso instrumento de regulação supranacional (SUDBRACK; FONSECA, 2021).

Assentado no ideário cerne da tendência neoliberal, tornada hegemônica pela globalização da economia, o exame e seus pares constituem, também, os documentos que compõem a legislação maior da educação no Brasil: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as duas versões do Plano Nacional de Educação (PNE) gestadas até os dias atuais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e outras decisões acerca da organização da educação no país. A referida influência vem ocorrendo, historicamente, de modo exponencial (ONYSZKO; SUDBRACK, 2022).

A forma como o PISA/OCDE, os demais mecanismos de avaliação de larga escala e os próprios atores nacionais têm utilizado as temáticas da desigualdade e do futuro também refletem as bases do neoliberalismo: conforme Ecco (2004), se trata de uma reação política e teórica contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

De acordo com Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), o governo brasileiro, frente às grandes reformas que marcaram a educação do país na década de 90 e partilhando das recomendações internacionais, buscou se desvencilhar do objetivo da promoção de bem-estar social para poder se metamorfosear em Estado avaliador, articulador de políticas. Tendo o Estado deslocado seu papel de provedor para avaliador, avaliação e responsabilização se tornaram as grandes protagonistas do quadro das políticas educacionais (SUDBRACK; FONSECA, 2021).

O modelo neoliberal, que permeia os processos educativos na contemporaneidade, se mostra na divisão da sociedade entre consumidores e mercadorias. O desmonte do que é público e o discurso que o considera e, conseqüentemente, o galvaniza ineficaz, constituem um projeto de nação que distingue uma minoria da sociedade. Para a educação, o objetivo oculto é o da despolitização e conversão em bem de mercado (ECCO, 2004).

Conforme Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), é nítida a presença de ideias e práticas de gestão empresarial na educação brasileira. A emergente lógica da privatização na administração do ensino evidencia a ênfase na eficiência e a busca pela produtividade. A disseminação dessa concepção se reflete na gigantesca ampliação do mercado de bens educacionais. A escola, palavra definida, na origem grega, como um lugar de ócio, se transforma num grande negócio. A educação, assim, se torna um nicho de mercado muito promissor.

Tendo em vista o deslocamento das funções do Estado, a hegemonia do ideário neoliberal na educação e a influência dos organismos internacionais e dos mecanismos de avaliação de larga escala na formulação e legitimação de medidas políticas para a educação no país, contexto do qual advém o PISA, considerado por Oliveira (2020), como o mais poderoso instrumento de regulação da atualidade, cabe olhar para a realidade educacional no espaço de tempo que, certamente, lançou luz à ineficiência da tomada de decisão no âmbito da educação: o período pandêmico COVID-19.

AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS POTENCIALIZADAS PELA PANDEMIA DE COVID-19: CONTEXTUALIZANDO E RELATANDO AS VIVÊNCIAS NO PIBID URI ERECHIM/RS

A ofensiva neoliberal e seus reflexos no âmbito da educação são brilhantemente caracterizados por Gentili (2001) quando afirma se tratar de uma nova pedagogia da exclusão. Connell (2001) aponta que, apesar da significativa diminuição na estratificação presente nos sistemas educativos no início do século XX, as crianças em condição de maior vulnerabilidade social e pertencentes às minorias étnicas continuam a ter desempenho inferior no interior das instituições consideradas formalmente igualitárias.

Assim, contrariando o que assegura a Constituição Federal, nos artigos 205 e 206: o acesso ao ensino público gratuito e com padrão de qualidade como direito de todos (BRASIL, 1988), o acesso à educação no Brasil é historicamente marcado por fortes desigualdades que se refletem no não acesso ao sistema escolar, na exclusão dentro do próprio sistema e no acesso a padrões diferentes de qualidade educacional (SAMPAIO; OLIVEIRA, 2015).

A situação socioeconômica do Brasil é um caso extremo, que contrasta riqueza produtiva e bem-estar social. Em termos de Produto Interno Bruto, a nação figura entre algumas das maiores economias do mundo. Porém, entre estas, é, também, a de maior desigualdade econômica e social (GATTI; MENEZES, 2021).

Outro grave expoente do desigual contexto brasileiro é o analfabetismo, problema social que assombra, sobretudo, sujeitos que já sofrem com percalços impostos pela realidade mais ampla. No Brasil, conforme Castro (2009), o analfabetismo caracteriza-se como significativamente mais acentuado na população negra, nas regiões menos desenvolvidas, como os municípios de pequeno porte e as zonas rurais e nas populações de baixa renda.

Um dos indicadores internacionalmente utilizados para verificar a situação educacional de determinada nação é a média de anos de estudo da população, este, que foi objeto de estudo de Castro (2009), para conhecer a realidade brasileira. Com isso, o autor aponta que, no Brasil, a região Nordeste possui a menor média de anos de estudo. Quanto à raça/cor, negros têm, em média, dois anos a menos de estudo quando comparado aos brancos.

Quanto à situação financeira, ricos têm o dobro de anos de escolarização quando comparado aos pobres. É apenas na área rural que o indicador para os mais ricos cai abaixo da escolaridade obrigatória. População rural essa, que tem quatro anos a menos de escolaridade quando comparada à população urbana (CASTRO, 2009).

As desigualdades educacionais, de acordo com Sampaio e Oliveira (2015), são um fenômeno complexo, que se desloca pelos níveis de ensino e por diferentes dimensões: de acesso, de tratamento e de conhecimentos. Apesar da obrigatoriedade, no Brasil, o acesso à educação básica ainda não é universal: cerca de 1,5 milhões de crianças encontram-se fora da escola (GATTI; MENEZES, 2021).

Connell (2001) evidencia uma obviedade chave para o enfrentamento da desigualdade: as pobreza não são todas iguais. Assim, a educação compensatória que tanto é utilizada para o embasamento das políticas destinadas à redução das disparidades pouco contribui para o rompimento do ciclo da pobreza. Pelo contrário, acentua a disseminação da ideia da existência de um *déficit* natural que caracteriza as pessoas pobres.

O ponto fundamental, de acordo com a autora, é a compreensão de que a desigualdade de classes é uma questão que atravessa o sistema escolar como um todo: as crianças vulneráveis

não estão diante de um problema isolado, mas dos efeitos mais perversos de um padrão amplo. Assim, existe algo que não está funcionando bem, e isso não está relacionado à cultura das pessoas em desvantagem socioeconômica (CONNELL, 2001).

O contexto da pandemia de COVID-19 retrata o anteriormente exposto. Conforme Santos (2020), a periculosidade maior do período é o agravamento de uma crise a que a humanidade já vinha se sujeitando. Conforme o autor, entre os conhecimentos que decorrem disso está o que chamou de normalidade da exceção: a crise pandêmica não se contrapôs a um ambiente de normalidade, uma vez que, a partir da década de 80, quando o neoliberalismo começa a ditar os rumos da contemporaneidade, se vive em estado quase permanente de crise.

A existência de uma crise permanente, por si só, expressa uma contradição: no sentido etimológico, crises são excepcionais/passageiras, acabam por originar um melhor estado das coisas e podem ser explicadas pelos fatores que a provocam. No momento em que se torna permanente, porém, a crise se transforma em causa e serve de explicação: a crise financeira, por exemplo, serve à legitimação dos cortes nas políticas sociais e, nomeadamente, nas educacionais. Com o impedimento dos questionamentos acerca de suas verdadeiras causas, a crise permanente cumpre com seu objetivo: o de não resolvida. (SANTOS, 2020).

O contexto educativo brasileiro ilustra de forma precisa o fato evidenciado por Santos (2020). Historicamente marcada pela total ausência de equidade, por diferenças gigantescas entre regiões, por critérios de classe, raça e gênero e por inúmeros outros desafios postos à escola no período anterior à pandemia (GATTI; MENEZES, 2021), a realidade se constituiu um cenário extremamente crítico (BRASIL, 2021).

Conforme Gatti (2020), o quadro, ainda, foi agravado pela ausência de uma articulação geral de governo e pelas disparidades entre estados e municípios nas possibilidades para a tomada de decisão no que tange à saúde pública. Esse desencontro de ações desencadeou complicadores para a situação geral: social e, conseqüentemente, educacional.

A distância entre classes sociais, que historicamente mostra-se determinante ao sucesso escolar, crescerá substancialmente com a pandemia. A esse complexo cenário, refletindo as desigualdades sociais mais amplas, somam-se as desigualdades digitais. As faces da referida desigualdade são as diferenças no acesso à *internet*, na posse de equipamentos digitais adequados e no letramento digital (MACEDO, 2021).

Na Escola Campo do PIBID, em todas as turmas para as quais as atividades foram desenvolvidas, entre os, em média, 30 estudantes que as compunham, de 4 a 6 não possuíam acesso à *internet* e, portanto, não acompanhavam os momentos síncronos de interação com colegas e professores.

A essa condição, soma-se o fato evidenciado por Gatti (2020): um grande contingente de alunos não dispunha de apoio efetivo dos pais e familiares, por fatores sociais, econômicos ou de saúde, e as condições e a formação dos docentes para o trabalho remoto. Decorrem disso elevados impactos no agravamento da desigualdade. Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) constatou que estudantes de família de maior renda passaram, em média, mais tempo em aula ou atividades escolares. A diferença entre estes e os de pior condição financeira é de mais de uma hora diária (BRASIL, 2021).

Assim, os caminhos que envolveram a utilização de plataformas educacionais por meio da *internet*, apesar de acessíveis a algumas redes, não serviram a todos (GATTI, 2020). Portanto, ao ser transferida para o ambiente online, a educação, direito de todos, se metamorfoseia em privilégio (MACEDO, 2021).

No Brasil, a ausência de políticas educacionais focadas em garantir o direito à educação marcou o período de aulas remotas. Ausência que se deu, sobretudo, em nível federal (MACEDO, 2021). O país, que atribui grande importância aos mecanismos de avaliação em larga escala, nomeadamente ao PISA e tem os testes como principal e praticamente único instrumento de regulação, evidencia a ineficácia de suas ações no âmbito das políticas para a educação.

As escolas, conforme Connell (2001), são instituições poderosas e lidar com elas requer poder. Para isso, as famílias precisam de, pelo menos, alguns recursos: prover alimentação adequada, segurança física, atenção e disponibilidade de adultos, presença de livros no espaço de residência, algum tipo de experiência escolar dos responsáveis, entre outros. Acrescenta-se a isto os apontamentos de Macedo (2021): acesso à *internet*, posse de equipamentos digitais adequados e letramento digital.

Esse conjunto de fatores, de acordo com as constatações possibilitadas pelas vivências no contexto da escola-campo, influenciaram significativamente o desempenho dos estudantes no período de isolamento social. A alimentação adequada ficou comprometida pela ausência das refeições no espaço da escola. A segurança física, que em grande parte também é proporcionada pela escola, foi comprometida pela necessidade de isolamento: estar em casa, em muitos casos, foi sinônimo de vulnerabilidade frente aos mais diversos tipos de violência e da possibilidade de contaminação, também, diversas.

A presença (sinônimo de ausência no contexto em questão) de livros e materiais escritos em casa, primordial ao desenvolvimento das literacias familiar e emergente, tidas como processos fundamentais pela Política Nacional de Alfabetização (PNA) e muito discutidas no âmbito do PIBID em momentos de aprofundamento teórico e de atividades práticas foi objetivo do projeto Conta pra Mim, implementado pelo governo. A plataforma *online* organizada para este fim disponibiliza livros de forma gratuita.

O acesso à plataforma, no entanto, requer os recursos apontados por Macedo (2021): acesso à *internet*, posse de equipamentos e um mínimo de letramento digital. Além disso, a necessidade de algum tipo de experiência escolar por parte dos responsáveis foi outro fator limitante. Vale apontar que a qualidade literária e o potencial imaginativo das obras disponíveis também é questionável, apesar de não ser este o objetivo deste trabalho.

Contudo, é de fundamental importância retomar as contribuições de Connell (2001): é necessário que se questione os recursos coletivos que constituem um tipo de escola cujo êxito depende de um ambiente doméstico particular. O problema não está na mente, no suposto déficit que caracteriza as pessoas em condição de vulnerabilidade social, mas nos moldes da sociedade arquitetada nos alicerces neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia de COVID-19, aliada à crise que a humanidade já vinha enfrentando, constituiu um dos momentos mais desafiadores já vivenciados no âmbito da educação. A impossibilidade de frequentar o espaço físico da escola lançou luz ao que já alertava Freire (2015, p. 45): “É incrível que não imaginemos a significação do ‘discurso’ formador que faz uma escola respeitada em seu espaço [...]. Há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço.”

Espaço físico que, na Escola Campo do PIBID URI Erechim/RS bem como em outras instituições escolares, significa também acesso à alimentação, à segurança e ao direito à educação. Ao ser transferida ao ambiente virtual, e, conseqüentemente, ao exigir a utilização de equipamentos e de determinados conhecimentos, apesar do esforço louvável presente na disponibilização de materiais impressos, a educação alçou ares de privilégio para alguns estudantes.

As vivências no PIBID, as angústias por elas despertadas e as reflexões possibilitadas pela construção do presente trabalho atribuem ainda mais sentido ao que elucida Santos (2020): a realidade vivenciada não é nova, foi apenas elucidada e potencializada. Reafirmam, também, as ideias de Connel (2001): é necessário questionar os moldes de um tipo de escola onde o êxito depende de um tipo particular de ambiente doméstico.

Moldes estes que, conforme Ecco (2004) advém do projeto neoliberal cujos principais expoentes são a distinção de uma minoria da sociedade e a conversão da educação em bem de mercado. A isso, somam-se as contribuições de Shiroma, Moraes e Evangelista (2002): a escola, definida na origem grega do termo como um lugar de ócio, se converte num grande negócio.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, F.; SÁ, V. Estado, escolas e famílias: públicos escolares e regulação da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, p. 468-486, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782010000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 jul. 2022.

BARROSO, J. A transversalidade das regulações em educação: modelo de análise para o estudo das políticas educativas em Portugal. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 39, n. 145, p.1075-1097, out.-dez., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/PbNMg5wwsMwTQzY3XXdkpcK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2022.

BARROSO, J. O estado e a educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: BARROSO, João (Org). **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores**. Educa: Lisboa, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5761>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 21 jul. 2022.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 6/2021. Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 jul. 2021. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=195831-pcp006-21&category_slug=julho-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 01 maio 2022.

CASTRO, J. A. de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 108 p. 673-697, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300003>. Acesso em: 15 set. 2022.

CONNELL, R. Pobreza e educação. *In*: GENTILI, Danilo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

DALE, R. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"? **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvzwz9hngDXK/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 maio 2021.

ECCO, I. **A prática educativa escolar problematizadora e contextualizada: uma vivência na disciplina de história**. Erechim, RS: EdiFAPES, 2004.

GATTI, B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 100, p. 29-41, st.-dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003>. Acesso em: 31 maio 2022.

GATTI, B.; MENEZES, L. Educação e futuros: Desafios em busca de equidade. **Revista Lusófona de Educação**, v. 52, n. 52, p. 153-167, 2021. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/7974>. Acesso em: 10 dez. 2021.

GENTILI, D. (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos históricos**, v. 34, n. 73, p. 262-280, maio-ago., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/>. Acesso em: 01 maio 2022.

OLIVEIRA, D. A. **Da promessa de futuro à suspensão do presente: a teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

ONYSZKO, M. F.; SUDBRACK, E. M. O PISA e a indução de políticas educacionais: a regulação pela via da avaliação. **Vivências**, v. 18, n. 37, p. 85-108, 15 jun. 2022.

SAMPAIO, G. T. C.; OLIVEIRA, R. L. P. de. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.l.], v. 31, n. 3, p. 511 - 530, jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/60121>. Acesso em: 03 fev. 2022.

SANTOS, B. de S. **A cruel Pedagogia do Vírus**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2020.
SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SUDBRACK, E. M.; FONSECA, D. M. R. **As razões do PISA: regulações transnacionais e indução de políticas educativas**. Curitiba, PR: CRV, 2021.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS

Tatieli Rodighiero Hahn¹

Paula Cristina Bombana Inocente²

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar.

O presente artigo tem por objetivo analisar a importância da educação ambiental no âmbito escolar bem como demonstrar como ela pode ser uma ferramenta utilizada para a conscientização ambiental.

DESENVOLVIMENTO

O Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental que foi criado a partir do artigo 14 da Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e oficializado com o artigo 2º do Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, nós fala que a educação ambiental é todos os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade, e complementa dizendo ainda que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

A educação ambiental é o elemento essencial para a implantação do desenvolvimento sustentável, por meio de estratégias para a promoção do conhecimento, compreensão, habilidades e motivação, para assim adquirir atitudes, mentalidades e valores necessários para lidar com questões e problemas ambientais. Esse modelo de desenvolvimento com sustentabilidade é a solução para acabar com a rota da miséria, exclusão socioeconômica e degradação ambiental, pois visa compatibilizar necessidades de desenvolvimento das atividades econômicas e sociais com necessidades de preservação ambiental (DIAS, 1999).

A modalidade “educação ambiental” anseia um novo papel do ser humano no mundo propondo relacionamentos harmônicos com a natureza e novos valores éticos, com base em

¹ Tecnóloga em Gestão Ambiental e Bacharel em Agronomia

² Licenciada em Pedagogia e Especialista em Ciências da Educação

uma visão sistêmica e holística da realidade. Necessariamente tem de haver integração e participação, incentivando, por conseguinte, o exercício pleno da cidadania, pois o homem já se conscientizou de que é dependente da natureza para a sua subsistência e equilíbrio (LANFREDI, 2002).

Segundo Mousinho, 2003: “A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação.”

Entendem-se por Educação Ambiental os processos pelo qual as pessoas constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, são esses os bens de uso comum das pessoas, e o uso sustentável dos mesmos. A educação ambiental enfatiza a busca ao respeito pelos diferentes ecossistemas e culturas humanas da Terra. O dever de reconhecer as similaridades globais, enquanto se interagem efetivamente com as especificidades locais, é resumido no seguinte lema: Pensar globalmente, agir localmente (PLANTIER, 2013).

Dentro dela há três níveis ou sistemas distintos de existência: Físico: planeta físico, atmosfera, hidrosfera (águas) e litosfera (rochas e solos), que seguem as leis da física e da química; Biológico: a biosfera com todas as espécies da vida, que obedecem as leis da física, química, biologia e ecologia; e Social: o mundo das máquinas e construções criadas pelo homem, governos e economias, artes, religiões e culturas, que seguem leis da física, da química, da biologia, da ecologia e também leis criadas pelo homem.

A prática da Educação Ambiental requer uma grande dedicação de todos, pois é preciso parar agora com a degradação do nosso planeta, devemos pensar no que estamos fazendo de errado, para colaborarmos com o nosso meio ambiente pois é dele que vivemos, que precisamos, que respiramos, precisamos parar e pensar em algumas práticas nas quais possam colaborar para a melhoria do mesmo, chegando assim em um ambiente mais sustentável. A Educação ambiental foi criada para gerar uma consciência ecológica em nos seres humanos, preocupada com o caminho que iríamos dar a natureza (MELLO, 2017).

O desenvolvimento sustentável deve estar, também, aliada à educação ambiental, a família e a escola devem ser os iniciadores da educação para preservar o ambiente natural. A criança, desde cedo, deve aprender cuidar da natureza, no seio familiar e na escola é que se deve iniciar a conscientização do cuidado com o meio ambiente natural. É fundamental essa educação ambiental, pois, responsabilizará o educando para o resto de sua vida (DANTAS, 2022).

Segundo Munhoz (2004), “Uma das formas de levar educação ambiental à comunidade é pela ação direta do professor na sala de aula e em atividades extracurriculares. Através de atividades como leitura, trabalhos escolares, pesquisas e debates, os alunos poderão entender os problemas que afetam a comunidade onde vivem, instados a refletir e criticar as ações de desrespeito à ecologia, a essa riqueza que é patrimônio do planeta, e, de todos os que nele se encontram. Os professores são a peça fundamental no processo de conscientização da sociedade dos problemas ambientais, pois, buscarão desenvolver em seus alunos hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza transformando-os em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país.”

A Educação Ambiental tenta resgatar a necessidade de participação dos educandos na solução dos problemas ambientais, harmonizando as ações humanas em relação à sua própria espécie e aos demais seres vivos do planeta, bem como ao conjunto de fatores que compõem o ambiente. A Educação Ambiental é um processo participativo, onde as pessoas podem assumir o papel de elemento central do processo, participando ativamente no diagnóstico dos problemas e busca de soluções, sendo preparadas como agentes transformadores, por meio de desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes, através de uma conduta ética e condizente ao exercício da cidadania (MADEIRA *et al.*, 2009).

A Educação Ambiental, de acordo com os PCNs “deve permear todas as disciplinas como um tema transversal, formar sujeitos que conhecem, ensinam, aprendem e que sejam capazes de transformar”. Auxiliar na construção de novas formas e possibilidades de relações sociais e estilos de vida, baseadas em valores éticos e humanitários, e na relação mais justa entre os seres humanos e demais seres vivos. Segundo Loureiro (2009), “educar significa, em primeiro lugar, “auto transformar-se”, pois a Educação Ambiental precisa ser transformadora, educativa, política, formativa e, acima de tudo, emancipatória.”

De acordo com Sato (2004), “o aprendizado ambiental é um componente vital, pois oferece motivos que levam os alunos a se reconhecerem como parte integrante do meio em que vivem e faz pensar nas alternativas para soluções dos problemas ambientais e ajudar a manter os recursos para as futuras gerações”.

A escola é uma comunidade que tem influência efetiva não apenas dentro de seus muros, nos momentos de instrução a seus alunos, mas também em toda a comunidade formada pelos respectivos familiares e moradores de seu entorno. A escola, em suas novas atribuições, estabelecidas passo a passo por técnicos do ensino, pode ser considerada o cérebro que comanda um corpo maior, constituído pelos lares dos alunos, familiares e pela comunidade em que está inserida, extrapolando em muito as estreitas divisas de seus muros e afetando diretamente a vida de um volume de pessoas extremamente maior do que o mero número de estudantes que a frequenta, sendo, por isso, também responsável pela avaliação crítica e física dos problemas sociais, pessoais e ambientais dos ramos dela derivados, e pela busca de auxílio em sua solução, a escola é a base de formação do cidadão.

A educação é uma prática formativa, é o espaço onde a formação transcorre de forma planejada e intencional na sociedade, cujo ideal é um direito universal. A escola é um elo do ambiente-mundo em que vivemos. De acordo com o Ministério da Educação (2007), “na educação escolar, em todos os níveis e modalidades de ensino, o Órgão Gestor (MEC) tem o dever de apoiar a comunidade escolar a se tornarem educadores ambientais com uma leitura crítica da realidade”.

Falando em Educação Ambiental nos lembra que a reciclagem é quase uma obrigação nos dias de hoje. O primeiro passo é separar o lixo reciclável (plástico, metais, vidro, papel) do lixo orgânico. O reciclável deve ser encaminhado para empresas ou cooperativas de trabalhadores de reciclagem, pois serão transformados novamente em matéria-prima para voltar ao ciclo produtivo. Além de gerar renda e emprego para pessoas que trabalham com reciclagem, é uma atitude que alivia o Meio Ambiente de resíduos que vão levar anos ou séculos para serem decompostos.

Para começar a reciclar não é difícil é só começar a em sua casa separar o lixo orgânico do lixo reciclável. Este último que deve ser encaminhado para pessoas que trabalham com reciclagem ou empresas recicladoras. O desenvolvimento sustentável está ligado a importância da reciclagem, ou seja, transformar determinado material já beneficiado em outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visa relatar algumas das atividades as quais podem ser implementadas no nosso dia a dia, tanto em nossas casas, comunidade, empresa, escolas, etc.

O foco deste trabalho foi a Educação Ambiental nas Escolas, o qual nos transmite muitas informações essenciais para o nosso dia a dia, para nossa aprendizagem e valorização do meio ambiente como um todo.

Como uma prática continuada e em desenvolvimento, a Educação Ambiental deve estar incluída no cotidiano escolar. A escola por sua vez, deve provocar ações e reflexões, desenvolvendo a consciência de que a mudança é um processo lento, porém possível no dia a dia, no indivíduo e na sociedade.

REFERÊNCIAS

DANTAS, G. C. da S. "Educação Ambiental"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-ambiental.htm>. Acesso em: 17 ago. 2022.

FRANZOI, A. BALDIN, N. Agenda 21 Escolar: impactos em educação, meio ambiente e saúde. **Cadernos de Educação**. Pelotas, 2009.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 3. ed. SP: Cortez. 2009.

MADEIRA, K. L. *et al.* A importância da educação ambiental na escola para a formação do cidadão. IV Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica. Belém. 2009.

MELLO, L. G. de. A importância da educação ambiental no ambiente escolar. **Ecodebate**. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Vamos cuidar do Brasil**: Conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Coordenação Geral de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental. UNESCO. Brasília. 2007.

MOUSINHO, P. Glossário. *In*: Trigueiro, A. (Coord.) Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro. **Sextante**. 2003.

MUNHOZ, T. **Desenvolvimento sustentável e educação ambiental**. 2004.

PLANTIER, R, D. **O que é educação ambiental?** 2013. Disponível em:
<https://meioambiente.culturamix.com/ecologia/o-que-e-educacao-ambiental>. Acesso em: 15
ago. 2022

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos. Rima. 2004.

O ENSINAR E O APRENDER CONTEXTUALIZADO E SIGNIFICATIVOS: ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-METODOLÓGICAS

Idanir Ecco¹
Heidy Gelhardt²

INTRODUÇÃO

Os procedimentos didático-metodológicos em que os estudantes são ativos, ou seja, que participam ativamente, são viáveis para a operacionalização do ensino contextualizado, bem como possibilita vivenciar a aprendizagem significativa, tese defendida nesta elaboração textual.

Silva *et al.* (2018), defende que a escola deve partir do contexto problemático em que a sociedade está inserida, enfocando problemas concretos e verdadeiros para que seja possível compreender o problema, perceber suas implicações e construir alternativas solucionadoras.

Na perspectiva do processo do ensinar e do aprender contextualizado e significativo, com a adoção de metodologias que potencializam a ação do educando, o professor favorece o encontro dos seus alunos para com a realidade a que pertencem.

PROPOSIÇÃO DE ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-METODOLÓGICAS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM CONTEXTUALIZADA E SIGNIFICATIVA

Pode-se definir a estratégia didático-metodológica como um conjunto de passos, ações e procedimentos utilizados intencionalmente pelo professor para garantir a aprendizagem dos estudantes. Implicam uma sucessão planejada e sistematizada, tanto do professor quanto dos estudantes.

É importante ressaltar, que as estratégias didáticas metodológicas não se resumem somente às técnicas e aos procedimentos; mas, para que haja uma aprendizagem significativa, é necessário que o professor resgate os conhecimentos prévios de seus estudantes para que possam associá-los aos novos conhecimentos, proporcionando sentido ao que se aprende (PIMENTA; CARVALHO, 2008).

Elenca-se a seguir, algumas estratégias didático-metodológicas³ que contemplam que

¹ Mestre em Educação UPF/RS; Professor da URI Erechim/RS. Membro da Academia Erechinense de Letras Cadeira 14.

² Licenciada em Pedagogia pela URI Campus de Erechim-RS, capacitada em Atendimento Educacional Especializado também pela URI Campus de Erechim-RS e Pós-graduanda em Gestão Escolar pela Universidade Norte do Paraná.

³ Em relação à estrutura e procedimentos de execução das estratégias, existe no mercado editorial, uma multiplicidade de autores e obras que orientam quanto a isso, não havendo a necessidade desta abordagem, nesta elaboração.

possibilitam o ensinar/aprender contextualizado no âmbito escolar, tornando o processo de aprendizagem dos estudantes mais prazeroso e significativo.

Debate

Leal (2017), ao referir-se à metodologia de debates em sala de aula, caracteriza-o como um tipo de discussão formal em que se contrapõe duas opiniões ou mais sobre determinado assunto. Tem sua origem etimológica no francês, *débattre*, que quer dizer disputa.

Ao utilizar a metodologia de debates em sala de aula, o professor oferece aos seus estudantes uma maneira de explorar suas ideias prévias a respeito de qualquer assunto num ambiente estimulante. Esta metodologia ainda propõe que se coloquem os estudantes como protagonistas, permitindo a eles o momento de falar, de questionar e de expressarem-se.

A metodologia em questão contribui para a formação de um aluno crítico, questionador, e capaz de tomar decisões importantes a respeito dos problemas sociais de seu contexto. É de suma importância que os alunos percebam que quando as ideias são debatidas no coletivo, podem ser reformuladas por meio da contribuição dos colegas.

Seminário

O Seminário é uma metodologia criativa que tem por características possibilitar uma relação dialógica, favorecendo a criação de espaços para perguntas, para problematizações e para solucionar dúvidas dos estudantes. Durante o seminário, “[...] o estudante é sujeito ativo da aprendizagem diante de uma relação teórico-prática que o leva ao encontro de uma conscientização e domínio da temática proposta.” (BRITO *et al.*, 2014, p. 119).

Leal *et al.* (2017), destacam duas orientações importantes aos professores para que tenham êxito na aplicação dessa metodologia de ensino. A primeira, faz referência ao conhecimento prévio dos estudantes acerca do assunto a ser estudado, e a segunda, à importância de evitar discursos e muitas exposições durante a prática, para que o seminário não se torne monótono.

Ao trabalhar com esta metodologia, o professor possibilita que seus estudantes desenvolvam a capacidade de pensar, de questionar, à medida em que o professor pergunta, dialoga, ouve os alunos, encoraja-os a argumentar, a expressar seus pensamentos, sentimentos, desejos e demonstrando dessa forma, que o estudante é o protagonista no processo de construção do conhecimento.

Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)

A Aprendizagem Baseada em Problemas é uma metodologia de ensino e de aprendizagem centrado no estudante, pois o mesmo, deixa de lado o papel de receptor de informações e se assume como protagonista de seu próprio aprendizado, por meio da pesquisa. A ABP tem por base a utilização de problemas como ponto inicial para a produção e apropriação de novos conhecimentos. O professor assume o papel de facilitador no processo de produção

de saberes. Nesse particular, os problemas são um estímulo para a aprendizagem e para o desenvolvimento das habilidades de resolução.

O autor Pereira, 1998 (*apud* BOROCHOVICIUS; TORTELLA, 2014), enfatiza que para que a aprendizagem aconteça, necessita-se um caráter transformacional. O professor precisa compreender novos significados e relacioná-los com as vivências e experiências dos seus estudantes, compactuando assim, com a ideia do ensino contextualizado.

Estudo Dirigido

O Estudo Dirigido pode ser definido como uma atividade realizada pelos estudantes a partir de roteiro de perguntas previamente desenvolvidas pelo professor, sendo consideradas nesta elaboração a necessidade dos estudantes em foco.

A elaboração da problematização (roteiro de perguntas) pelo professor, pode ser estruturada a partir de um livro, de um texto, de um artigo, etc. Inicialmente os estudantes necessitam explorar o material de forma efetiva, por meio de leitura, análise, comparação, interpretação, compreensão. O Estudo Dirigido bem efetivado é capaz de promover o desenvolvimento do pensamento reflexivo e da análise crítica, como menciona Leal *et al.*, (2017, p. 89): “O estudo dirigido desperta nos alunos uma postura criativa, inovadora, crítica, para que possam se tornar sujeitos dinâmicos, responsáveis pela transformação e superação dos modelos obsoletos existentes em nossa realidade social.”

Enfatiza-se que o Estudo Dirigido não pode ser utilizado apenas para “ocupar tempo” das aulas, pois assim estaria descomprometido com o processo de ensinar/aprender. Portanto, o professor necessita ter a intencionalidade bem definida e planejada ao adotar esse procedimento didático-metodológico e que possa, ao final da aula, realizar a avaliação dos resultados.

Com relação ao papel desempenhado pelo professor, nesse particular, ressalta-se que o mesmo não tem relação alguma com a postura autoritária e/ou espontaneísta. O professor há que ter responsabilidade na escolha de textos, na elaboração do roteiro e no acompanhamento do processo como um todo, lembrando que: “a atividade é do aluno, para o aluno e com alunos.” (REIS, 2018, p. 5).

Aula Expositiva Dialogada

Ao utilizar a metodologia de Aula Expositiva Dialogada em sala de aula, há que se considerar o contexto cultural, a realidade, as experiências dos estudantes participantes do processo educacional escolar. A observância dessa premissa é a condição necessária para promover a dialogicidade. O legado de Paulo Freire ensina-nos que o diálogo não é um mero depósito de ideias, mas um encontro marcado pela reflexão e pela ação criadora, transformadora.

Outro ponto importante a ser considerado, é a compreensão de que o ensino e a aprendizagem formam uma unidade dialética neste processo, em que o professor assume-se como mediador, tendo por responsabilidade mobilizar ações necessárias para que os estudantes desenvolvam o processo de construção do conhecimento a partir de três momentos: “mobilização do conhecimento, construção do conhecimento e elaboração da síntese do

conhecimento.” (LEAL *et al.*, 2017 p. 4).

O primeiro momento é destinado a despertar nos estudantes o interesse pela aprendizagem. O professor deve então associar a teoria dos conteúdos com a realidade e o contexto da turma, estabelecendo significado para o que será estudado (LEAL *et al.*, 2017). Esse procedimento contempla o processo de ensino-aprendizagem contextualizado, pois “[...] propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende [...]” (BNCC, 2017, p. 15).

O segundo momento desse fazer didático-metodológico consiste na atividade dos estudantes como sujeitos ativos no processo de aprendizagem, mediante a pesquisa, o estudo, o trabalho em grupo, favorecendo, assim, a identificação com objeto de conhecimento. (LEAL *et al.*, 2017). Assim, os estudantes deixam de serem espectadores e agem como protagonistas de seu próprio processo de aprendizagem, despertando/ampliando o desejo e o prazer pelo aprender. Conforme a BNCC (2017, p. 463), é preciso que a instituição escolar “[...] garanta aos estudantes ser protagonistas de seu próprio processo de escolarização, reconhecendo-os como interlocutores legítimos sobre currículo, ensino e aprendizagem.”

O terceiro momento da Aula Expositiva Dialogada, deve fixar-se na consolidação de conceitos, na sistematização de dos conhecimentos por meio de análise individual ou coletiva. (LEAL *et al.*, 2017).

A Aula Expositiva, se bem planejada, garante significativas e duradouras aprendizagens, pois “[...] compreende o educando como aquele que aprende, problematiza, dialoga, conhece, interage, participa, cria, critica, conscientiza-se de seu papel nesse mundo e com o mundo.” (LEAL *et al.*, 2017, p. 7).

Atividade de campo

Define-se Atividade de Campo como uma prática de ensino em que os estudantes dirigem-se a um ambiente fora da escola, tomando contato direto com a realidade. A prática pode ocorrer nos mais diversos espaços: visitas a museus, sítios arqueológicos, pontos turísticos da cidade, dentre outros lugares. Essa estratégia didático-metodológica, também é conhecida na literatura como estudo do meio, viagem de estudos, excursão, trabalho de campo, aula de campo e prática de campo. (LEAL *et al.*, 2017). Essa proposta gera aprendizagem significativa e contextualizada, pois, “[...] a atividade de campo engloba o uso dos sentidos humanos para captar e apreender informações do ambiente visitado, considerando também o conhecimento previamente adquirido pelo estudante [...]” (LEAL *et al.*, 2017, p. 198).

A atividade de campo, portanto, cria condições para o contato com a realidade, proporcionando que os estudantes adquiram conhecimentos diretamente, por meio da experiência vivida na atividade. Ao utilizar essa estratégia didático-metodológica, o professor estará desenvolvendo nos estudantes as habilidades de observação, obtenção de dados, análise, levantamento de hipóteses, crítica e planejamento de projetos e pesquisas, além de prepará-los para lidar com a flexibilidade, diante de novos elementos apresentados na realidade dinâmica. (ANASTASIOU; ALVES, 2004).

Ensino com pesquisa

O Ensino com Pesquisa origina-se como possibilidade para redimensionar o processo de ensino-aprendizagem, contrariando o modelo tradicional de educação que tem o estudante como ser passivo e o professor no centro desse processo. O conceito de pesquisa tem relação com a produção de novos conhecimentos, com o investigar, com o buscar e recolher dados. (LEAL *et al.*, 2017).

Essa proposta didático-metodológica apresenta-se como um modo de apropriação de conhecimentos, bem como, de desenvolvimento de competências cognitivas no cotidiano escolar. Nessa metodologia, os estudantes são estimulados a trabalhar com dados, buscar conceitos, fazer escolhas, trabalhar com métodos de observação, de análise, considerando perspectiva de diferentes pontos de vista. (LIBÂNEO, 2009, p. 29).

Ainda, essa proposição didática está intimamente ligada com a proposta de ensino contextualizado, pois possibilita estabelecer uma relação dos conteúdos escolares com a realidade, motivando os estudantes para o aprender. Assim, “[...] a pesquisa não é meramente um complemento da formação [...], mas atividade de produção e avaliação de conhecimentos que perpassa o ensino.” (LIBÂNEO, 2009, p. 29).

Tendo o professor como mediador e o estudante como centro no processo, a prática da pesquisa auxilia na melhoria da qualidade de ensino, abrindo novas possibilidades e novos horizontes para a educação, por exemplo no sentido de superar o espontaneísmo, o ensino conteudista e descontextualizado. Os estudantes que trabalham a partir desta metodologia: praticam o questionamento constante, que auxilia enormemente na formação de conceitos e na construção de argumentos e no estabelecimento de juízos de valor; relacionam a teoria com a prática; desenvolvem o pensamento crítico por meio da inserção da inovação, da dúvida, da curiosidade; oportuniza o desenvolvimento de habilidades de comunicação e escrita e possibilita a compreensão interdisciplinar do conhecimento, bem com dos elementos do cotidiano que são problematizados (LEAL *et al.*, 2017).

Estudo de caso

O Estudo de Caso, método de caso, ou ainda *teaching case*, é uma estratégia educacional desenvolvida pela participação e envolvimento dos estudantes, em que o professor estimula, provoca os educandos para que reflitam e encontrem soluções para uma situação problema exposta, podendo ser casos reais ou fictícios. Essa situação problema, deve ser entendida como algo que não tenha uma solução predefinida, pois deve exigir dos estudantes empenho para a identificação do problema, desenvolvendo argumentos e propondo soluções (LEAL *et al.*, 2017).

De acordo com Faria (2014), ao utilizar a metodologia em questão, na sala de aula, inicialmente, é preciso que o professor dê grande atenção e analise cuidadosamente os casos que serão utilizados, pois estes irão direcionar os estudantes à aprendizagem de novos conhecimentos. Enfatiza-se que a construção dos casos é uma etapa muito importante para atingir os objetivos que essa metodologia propõe. Conforme orienta a autora: “Os casos devem ser contextualizados com o meio em que o aluno está imerso e problematizados com questões sociais, éticas, econômicas ou políticas, a fim de conscientizar o aluno, fazê-lo refletir, opinar e tomar uma decisão.” (FARIA, 2014, p. 23).

Ao adotar essa metodologia, ainda é possível favorecer o desenvolvimento de habilidades nos estudantes, como: trabalho em grupo; habilidades individuais de estudo; coleta

e análise de informações; gestão de tempo; habilidades de apresentação (LEAL *et al.*, 2017).

Ao utilizar-se o Estudo de Caso em sala de aula, desperta-se o interesse e a motivação dos estudantes para aprender e para que compreendam situações diferentes e, ao resolver problemas, aprendam com a prática.

Portfólio reflexivo

O Portfólio Reflexivo é uma das possibilidades de estratégias de ensino-aprendizagem para serem utilizadas em sala de aula, uma vez que permite o acompanhamento da construção do conhecimento pelos estudantes. Ainda, apresenta-se como uma prática pedagógica completa, pois propicia ao professor a possibilidade de identificar de forma imediata as dificuldades dos estudantes e propor soluções para sua superação. Anastasiou e Alves (2005, *apud* JUNGLES; MAGEDANZ, 2018, p. 290), com relação ao portfólio, afirmam que: “É um processo individual que permite a cada um crescer de acordo com suas necessidades e condições. Pode ser estabelecida com diferentes objetivos.”

Ao utilizar essa estratégia didático-metodológica, é possível despertar nos estudantes uma rápida vinculação como objeto de estudo. O portfólio tem ligação com a proposta de ensino contextualizado, pois nela encontra-se possibilidades de trazer a realidade dos estudantes para a sala de aula, podendo ser utilizada no sentido de coletar sugestões para resolver um problema do contexto durante o processo de construção, utilizando a criatividade, fazendo com que os estudantes avancem sobre o assunto e construam novos conhecimentos para a realização de suas sínteses, como formas de registro.

Fórum

O Fórum, pode ser compreendido como um espaço de reunião, em que os participantes têm a oportunidade de debater acerca de um tema ou problema previamente determinado (ANASTASIOU; ALVES, 2004).

Essa estratégia didático-metodológica pode ser utilizada em diversos momentos e situações na sala de aula. Pode ser realizado após a apresentação de uma peça de teatro, após assistirem um filme; pode, também, promover a discussão sobre um problema pertinente à realidade dos estudantes, da cidade ou fato histórico, após uma visita ou uma excursão realizada com a turma, dentre outras possibilidades de aplicação.

Tem por objetivo, a construção de suposições/hipóteses, a obtenção de dados, a realização de interpretações, de críticas, primando pelo envolvimento de todos indivíduos que estiverem participando do fórum (ANASTASIOU; ALVES, 2004).

O Fórum permite a proposição de discussões que demandam contribuições mais planejadas e reflexivas. De acordo com Pereira e Maciel (2011 *apud* LEÃO *et al.*, 2018), a partir da utilização do Fórum em sala de aula, os estudantes podem expor suas dúvidas sobre determinado assunto e assim possibilitando que troquem ideias, argumentem e aprendam com os demais colegas e com o professor, além de favorecer a integração de conhecimentos que os estudantes já possuem a respeito de determinado assunto ou problemática, possibilitando condições para o desenvolvimento/ampliação de suas habilidades de argumentação.

Leão *et al.* (2018), mencionam que a utilização desta metodologia pode ser feita tanto presencialmente, em sala de aula, como a distância, de forma *On-line*. Para a utilização do Fórum *On-line*, os autores recomendam a utilização de uma plataforma de ensino, se a escola dispor disso, ou então, a utilização de um grupo no aplicativo *WhatsApp*, onde os estudantes juntamente com o professor possam interagir e se expressar, escrevendo suas opiniões, dúvidas e considerações sobre a temática definida.

A estratégia metodológica em questão, apresenta-se como grande aliada na construção do conhecimento por parte dos estudantes envolvidos, especialmente nos momentos de síntese, pois tem por objetivo, colocar os estudantes no centro do processo de aprendizagem necessitando que estes organizem os grupos, preparem-se previamente na busca de leituras, filmes, fatos, sobre o assunto ou problemática em questão e trabalhem em equipe (ANASTASIOU; ALVEZ, 2004).

Grupo de Verbalização e Grupo de Observação (GV-GO)

As estratégias metodológicas que utilizam as dinâmicas de grupo, tem por peculiaridade a socialização dos estudantes, o compartilhamento de ideias e percepções entre o grupo, promovendo a participação ativa dos mesmos no processo de ensino e aprendizagem.

Como uma das estratégias que envolvem o dinâmica de grupos, podemos citar o Grupo de Verbalização e Grupo de Observação, ou GV-GO, como também é conhecida. Esta estratégia metodológica baseia-se em dividir a turma em dois grupos, o de verbalização e o de observação e analisar determinado tema ou assunto. O grupo de verbalização (GV), tem por função verbalizar sobre o assunto ou tema proposto pelo professor em um círculo no centro da sala, enquanto o grupo de observação (GO), forma um círculo exterior observando e avaliando o grupo de verbalização. (LEAL *et al.*, 2017).

Para o fechamento da atividade, Anastasiou e Alvez (2004), propõem que o grupo de observação exponha suas anotações e contribua de forma oral a respeito do que foi observado na verbalização. Sugere-se também, que o professor solicite que os grupos troquem de lugares, de observadores para verbalizadores e assim sucessivamente. A atividade encerra-se com um fechamento por parte do professor, contemplando os objetivos e incluindo elementos dos produtos obtidos.

Ao trabalhar no GV-GO, os estudantes são incentivados a pensar em soluções para os problemas apresentados e/ou comentar sobre o assunto proposto. Dessa forma, essa estratégia relaciona-se à aprendizagem significativa.

Desempenho de papéis (dramatização)

A dramatização está inteiramente ligada ao fazer de conta, lidar com o imaginário, com a criatividade, imaginar-se no outro, criar situações.

A ligação entre o processo de ensino-aprendizagem escolar e a metodologia da dramatização, estimula os estudantes a participarem efetivamente, e se configura como oportunidade para trabalhar diferentes perspectivas neste processo. Ao colocar em prática esta metodologia para sala de aula, o professor estará direcionando seus estudantes a uma atividade de ludicidade, proporcionando a assimilação de novos conhecimentos de forma prazerosa. (SANFELICE; MEINERZ, 2017).

Segundo Anastasiou e Alvez (2004), a dramatização pode ser realizada mediante planejamento do professor ou pode ocorrer de forma espontânea. Se a opção do professor for por trabalhar a dramatização de forma espontânea, o planejamento ficará por conta dos estudantes, proporcionando maior autenticidade e desenvolvendo a autonomia destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Predominantemente o espaço/tempo escolar sempre foi/é estruturado por disciplinas, pela fragmentação do ensino produzido em uma escola conteudista, com preocupação manifesta em “vencer” conteúdos. Esta elaboração contribui para construir estratégias viabilizadoras de ações didático-pedagógicas que objetive superar o ensino fundamentado no modelo tradicional de educação marcado pela repetição, pela memorização, pela descontextualização, pois a prática pedagógica contextualizada oportuniza aos discentes o gosto e o envolvimento pelo aprender, pois conforme afirmam Fontana, Ecco e Nogaro (2017, p. 24): “Estimular a aprendizagem, nas diferentes situações da educação formal escolar, consiste, também, romper ou superar o modelo de escola fundado na memória, uma vez que armazenar dados na memória dos estudantes não pode mais ser a preocupação primordial da escola [...]”.

Para a implementação do processo de ensinar e de aprender contextualizado e significativo em sala de aula, o professor necessita conhecer, estudar e planejar de acordo com os saberes e as vivências de seus estudantes.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias em sala de aula**. 3. ed. Joinville: Univille, 2004.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasil, 2017.

BRITO, C. F. DE; COELHO, O. M. M.; PINTO, V. B. Resumos e Seminários como Metodologias de Ensino e Aprendizagem: Um Relato de Experiência. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, p. 10, 2014.

FARIA, F. L. DE. **O estudo de caso aplicado ao ensino médio: o olhar do professor e do aluno sobre essa estratégia de ensino**. [s.l.] Universidade Federal de Juíz de Fora, 2014.

FONTANA, F.; ECCO, I.; NOGARO, A. **A Contextualização no Processo de Ensino-Aprendizagem**. 40ª Semana Acadêmica Integrada dos Cursos de Pedagogia e Letras, p. 20-32, 2017.

LEAL, E. A.; MIRANDA, G. J.; CASA NOVA, S. **Revolucionando a sala de aula: como envolver o estudante aplicando as técnicas de metodologias ativas de aprendizagem**. São Paulo: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, J. C. Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa: unindo ensino e modos de investigação. **Cadernos de Pedagogia Universitaria**, v. 10, 2009.

REIS, A. **O estudo dirigido como ferramenta auxiliar no processo de ensinoaprendizagem na educação superior**. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_S%0A1_ID626_02092018230638.pdf. Acesso em: 01 mar. 2018.

SILVA, A. P. DA *et al.* As metodologias ativas aplicadas ao ensino médio. **PBL for the next generation -International Conference**, fev. 2018.

SANFELICE, D.; MEINERZ, A. O teatro como ferramenta pedagógica no ensino técnico integrado ao médio: uma experiência no ifrs campus osório. **#tear - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, v. 6, n. 2, p. 13, 2017.

AVALIAÇÃO, PRÁTICA DOCENTE E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO PROCESSO AVALIATIVO

Rafael Pedott¹

INTRODUÇÃO

A proposta deste ensaio é refletir acerca da avaliação escolar, prática docente e o papel do coordenador pedagógico. Considera o papel do professor relevante no processo avaliativo como articulador e mediador. Por isso, propõe-se discutir essa temática, tendo como base (LIBÂNEO 2018), (PERRENOU 1999), (FREIRE 1996), (PLACO ALMEIDA 2015) e não tem a pretensão de prescrever ações, mas dialogar a avaliação e o papel do coordenador e quiçá contribuir para práticas que melhorem seu desempenho nas instituições educacionais. Organiza-se, em primeira parte, com as considerações iniciais, em que aclara como está articulado o ensaio. Na segunda parte dialoga sobre a avaliação e o processo de ensino e aprendizagem e o papel relevante do professor. Na terceira parte discute sobre a importância do coordenador pedagógico no processo avaliativo e nas considerações finais aponta algumas sugestões acerca da avaliação no processo de ensino e aprendizagem.

AVALIAÇÃO E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O diálogo com autores que discutem a avaliação na prática docente é necessário e faz parte do trabalho do professor, sendo fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Destaca-se no presente ensaio as contribuições de Libâneo, Freire, Perrenoud e suas reflexões acerca da temática avaliação, com o intento de contribuir para a assimilação e fixação dos conhecimentos ensinados, permitindo, assim, que o professor identifique os progressos e as dificuldades dos alunos e, conseqüentemente, situar sua atuação. Percebe-se que a avaliação prioriza, não somente, a atribuição de notas e classificação através de provas, mas considera todos os aspectos qualitativos e quantitativos. Assim, contempla o desenvolvimento de capacidades e habilidades.

Outra constatação é que a avaliação ocupa um importante espaço nos diálogos educacionais, em razão disso é necessário que as políticas educativas se posicionem sobre a importância da avaliação ajudando as escolas no sentido de melhorar seus processos avaliativos. Sendo assim, a avaliação deve estar voltada ao aprendizado dos alunos, quanto aos professores e gestores de escolas estes devem facilitar o acesso a uma avaliação democrática e responsável. Para isso, é necessário que professores e equipe gestora da unidade escolar conheçam os processos de avaliação, bem como seu sentido, que é avaliar o que verdadeiramente foi

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e professor da rede pública. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação de Jovens, Adultos e Idosos GEPEJAI/UFFS e Grupo de Estudos Saberes e Fazeres do Coordenador pedagógico Na Educação Básica GE/UFFS

aprendido, auxiliando a sanar as dificuldades com vistas ao sucesso da aprendizagem, considerando que “é preciso também se preocupar com as condições gerais da educação, com as condições de trabalho dos alunos em casa, com os recursos culturais que eles dispõem no seu bairro” (DUBET, 2008, p. 57).

Nesse sentido, nota-se que cada vez mais pesquisas¹ vêm sendo desenvolvidas com a temática avaliação, as quais poderão auxiliar os professores e a equipe gestora a atuar diante de algumas das muitas angustias encontradas. Nesse viés, cabe destacar que:

A avaliação é um termo geral que diz respeito a um conjunto de ações voltadas para o estudo sistemático de um fenômeno, uma situação, um processo, um evento, uma pessoa, visando emitir juízo de valorativo. Considera-se em geral, que os processos de avaliação implicam a coleta de dados (de informação), a análise e uma apreciação (juízo) valorativa com base em critérios prévios, tendo em vista a tomada de decisões para novas ações. Está claro, nessa formulação, que é preciso fazer distinção entre avaliação e juízos de valor e quantificação ou notação. A avaliação supõe uma a coleta de dados e informações, através de diferentes instrumentos de verificação, para saber se os objetivos previstos estão sendo atingidos. Os juízos de valor (ou valoração) referem-se a uma apreciação valorativa sobre o evento, atividade ou pessoa, como conclusão do processo avaliativo. A quantificação, ou menção qualitativa, refere-se à utilização de alguma forma de medida a partir de critérios explicitados previamente. Esses três elementos – coleta de dados, juízos de valor e quantificação ou menção qualitativa – são componentes necessários da definição de avaliação (LIBÂNEO, 2018, p. 197).

Observa-se, com este pensar de Libâneo, que a avaliação é um conjunto de ações, que envolve juízo de valor, tomada de decisões, coleta de dados e não deve ter apenas o objetivo da quantificação, classificação, aprovação e reprovação, mas servir como um parâmetro de encaminhamentos, com intuito de agregar elementos sobre o aluno, ao final deve ser analisado todo o processo, não somente as notas, as provas, mas se o aluno conseguiu progredir e incorporar conhecimentos. No entanto, percebe-se que a escola necessita considerar no processo de avaliação e ensino da aprendizagem a bagagem de conhecimento do aluno, o contexto onde este está inserido², auxiliando-o na aquisição de conhecimentos científicos, saindo do senso comum.

Constata-se que o cenário de como está organizado o sistema escolar hoje foi organizado por pessoas, não foi obra do nada. As escolas estão estruturadas para a busca da excelência, querem alunos nota dez, avaliar o quantitativo, passar de ano os que atingem os níveis maiores, excluindo e fazendo competitividade, retirando do processo o aluno que não atingir os objetivos propostos. Enfim, a escola não é linha de montagem, nem todos os alunos aprendem da mesma forma. Assim, o professor precisa conhecer teorias, participar de formações, conhecer os vários aspectos do desenvolvimento da inteligência, como as inteligências múltiplas³ para poder contribuir no processo de formação do aluno, pois

¹ Existem muitas pesquisas sobre a avaliação. Destaca-se aqui, a obra Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas (PERRENOUD 1999).

² Neste sentido Paulo Freire é exemplo em reconhecer o conhecimento de mundo, o local onde o sujeito está inserido, partindo desse contexto o ensino. Duas obras, destacam-se: Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa (FREIRE 1996) e Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 2019).

³ Denomina-se inteligências múltiplas à teoria desenvolvida a partir da década de 1980 por uma equipe de investigadores da Universidade de Harvard, liderada pelo psicólogo Howard Gardner.

a avaliação da aprendizagem escolar feita pelos professores deverá estar a serviço das funções sociais da escola, dos objetivos do ensino, do projeto pedagógico da escola, do currículo, das metodologias. Além disso, ela se assenta no respeito ao direito de todos os alunos de usufruírem de um ensino de qualidade. Os critérios de relevância da avaliação dos alunos centram-se, portanto, em dimensões qualitativas e quantitativas, ou seja, melhor qualidade da aprendizagem para todos os alunos, em condições iguais. Desse modo, a justa medida da eficácia das escolas está no grau em que todos os alunos incorporam capacidades e competências cognitivas, operativas, morais, para sua inserção produtiva, criativa e crítica na sociedade contemporânea (LIBÂNEO, 2018, p. 199).

Nessa direção, a avaliação dos alunos não pode ser vista como punitiva, porque visa a qualidade da aprendizagem bem como sua melhoria. Diante disso, em hipótese alguma a avaliação da aprendizagem deve ser vinculada a avaliação padronizada de resultados elaborada por governos, com o intuito de medidas de padrões nacionais e monitoramento. O sentido da avaliação dos alunos não é aferir ignorância de uns e distinção de outros, mas auxiliar na apropriação de conhecimentos privilegiando e valorizando todas as formas de conhecimentos.

Convém, no entanto, distinguir avaliação dos sistemas educacionais que são financiados por organismos internacionais, em que as exigências são voltadas para o quantitativo, não sendo considerada como avaliação de alunos, pois o que se avalia são os sistemas educacionais onde estão inseridos os mesmos. Destarte, na avaliação dos alunos o que se pretende é analisar o processo de ensino e aprendizagem que ocorre na sala de aula. Neste ponto, a avaliação necessita identificar, auxiliar, na qualidade da aprendizagem do aluno, possibilitando ao educando um ensino de qualidade com caráter pedagógico de avaliação. “A questão que se coloca a nós é lutar em favor da compreensão e da prática da avaliação enquanto instrumento de apreciação do que-fazer de sujeitos críticos a serviço, por isso mesmo, da libertação e não da domesticação” (FREIRE, 1996, p. 116).

Fica, pois, claro a importância do professor no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, deve facilitar ao educando a libertar-se da domesticação e de avaliações com caráter punitivo, pois nem todos aprendem da mesma maneira, e o respeito aos saberes diferentes devem prevalecer, acrescentando-se que “é formativa toda avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, ou melhor, que participa da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo” (PERRENOUD, 1999, p. 103).

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O coordenador pedagógico da escola tem função importante no processo avaliativo, auxilia os professores, trabalha com encaminhamentos para a melhora do processo educacional num todo, principalmente no processo de avaliação das aprendizagens. De acordo com Gouveia e Placo,

O coordenador pedagógico tem um papel fundamental na perspectiva colaborativa de formação, pois ele é considerado peça chave para o desenvolvimento da formação permanente no âmbito das escolas. Ou seja é o coordenador que está na escola, ao lado do professor, e pode concretizar uma boa parceria de formação. É o CP que tem as condições para propor bons momentos de formação nos horários de trabalho coletivo previstos na escola para organizar grupos de estudos,

planejar as ações didáticas junto com papel de um articulador de aprendizagens. Ao assumir esse papel o CP se responsabiliza, junto com o professor, pela qualidade da aprendizagem dos alunos (GOUVEIA E PLACO, 2015, p. 70).

É mister que o coordenador pedagógico auxilia no desenvolvimento do processo educacional, uma vez que deve proporcionar aos professores uma experiência agregadora de conhecimentos, construtiva e não excludente, segregadora e humilhante. Assim, o coordenador deve estar empenhado ao processo avaliativo, enfrentando junto com os professores os problemas e contribuindo para seu aperfeiçoamento.

O avaliar, no entender de muitos, nem sempre ocorre com o objetivo de agregar conhecimentos no processo de ensino e aprendizagem o que resulta para a formação das desigualdades, por isso o coordenador pedagógico deve estar atento juntamente com os professores para que isso não ocorra. Deve a escola estar a serviço da aprendizagem do aluno e não do sistema, pois de acordo com Perrenoud,

Até o final dos estudos, e mesmo depois, ninguém pode estar certo de que uma falta de excelência escolar manifesta uma verdadeira falta de competência e menos ainda uma real “inaptidão para aprender”. O trabalho escolar é vivenciado por alguns alunos como um trabalho forçado, que fazem para evitar grandes incômodos. Muitos outros modulam seu investimento nas tarefas escolares em função do que está em jogo. As situações de avaliação formal são, em geral, suficientemente dramatizadas para que mesmos alunos bem jovens tenham consciência disso (PERRENOUD, 1999, p. 43).

Neste ponto, percebe-se que não são provas avaliativas, decorebas exageradas, que garantem o sucesso do aluno, pois a aprendizagem não é linear, não ocorre de forma igual, cada sujeito aprende em sua singularidade. O professor é um facilitador no processo de aquisição de conhecimentos, não um avaliador, pois, se fosse avaliador não receberia o título de educador, de professor que colabora no processo educacional e sim seria somente avaliador.

Cada professor cria modelos de avaliação que tem como objetivo engrandecer e enriquecer à aprendizagem, criando soluções para melhorar o ensino. Contudo, a avaliação sempre vai gerar algum desassossego, sentimento de injustiça, temores, pois implica vidas de alunos que são cobrados por suas famílias, que se não lograrem boas notas nas provas não conquistarão colocações importantes na sociedade. É interessante notar que o processo avaliativo é um caminho de ida e volta. Logo, tem como objetivo aperfeiçoar conhecimentos, melhorar a escrita e leitura, auxiliar a compreensão de conteúdos, pois

Nada é mais comum, parece, que os procedimentos tradicionais de avaliação: mesmo número de notas, de provas, de médias, mesmos prazos, mesmo boletim escolar; a normatização deveria permitir a quaisquer professores trabalhar juntos, já que tudo é decidido à revelia deles. Na realidade, os procedimentos de avaliação formal são um quadro impositivo, mas relativamente vazio, que deixa uma grande parcela de interpretação aos professores. O sistema não fixa nem o nível de exigência, nem a natureza das questões, dos itens, dos problemas, nem o grau de correspondência entre ensino dispensado e o conteúdo da avaliação, nem as modalidades exatas de execução e de correção, nem a construção de tabelas, nem as modalidades de derrogação ou de negociação de caso em caso. O que equivale a dizer que o professor, se respeitar as formas, tem uma liberdade imensa, que autoriza, no mesmo quadro, avaliações indulgentes ou severas, ingênuas ou repressoras, flexíveis ou obsessivas, inventivas ou estereotipadas. Ora, as escolhas

de um professor dependem, em grande parte, de suas crenças pessoais, de sua concepção da avaliação, de sua filosofia da seleção e do fracasso escolares, daquilo que ele considera uma avaliação justa ou eficaz (PERRENOUD, 1999, p. 74)

Contudo, a avaliação é um instrumento importante se bem utilizada, sua função não é reprovar, classificar, mas representa um caminho para ter alguns parâmetros de encaminhamentos para que se consiga atingir a aprendizagem. Se a reprovação fosse remédio, porque não se deu o remédio na dose certa e no tempo certo? Claro está que a avaliação não substitui o ensino e nem as boas práticas pedagógicas. Avaliar é mais que classificar, discriminar, padronizar, fazer competições para demonstrar excelência, avaliar é compreender dentro de um determinado contexto aquilo que o aluno necessita conhecer além da medida, dando-lhe a possibilidade para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que avaliação é um sistema complexo e requer cautela, pois aborda tarefas contextualizadas, utiliza conhecimentos disciplinares, colaboração, estratégias, correção, critérios, autoavaliação, dificuldades, exigências.

Desse modo, percebe-se, que a equipe gestora deve conhecer os processos de avaliação, trabalhar para melhorar o ensino e a aprendizagem, sempre em sintonia com os professores. No Projeto Político Pedagógico (PPP) precisa estar claro seus objetivos, princípios e metodologias e a avaliação, e que seja organizado de maneira que os professores consigam compreender sua dinâmica.

Em vista disso, o coordenador pedagógico precisa se empoderar com conhecimentos, não sendo autoritário, mas tendo autoridade através de seu conhecimento. Por último, o professor deve construir a educação não com o objetivo único de avaliar, segregar, mas para fazer com que o aluno aprenda, faça questionamentos, participe do processo educacional, com diálogo, senso crítico e possibilidade de igualdade de oportunidades, pois “a igualdade das oportunidades é necessária porque mobiliza princípios de justiça e postulados morais fundamentais numa sociedade democrática” (DUBET, 2008, p. 49).

REFERÊNCIAS

DUBET, F. **O que é uma escola justa?: a escola das oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. São Paulo: Heccus, 2018.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PLACCO, V. M. N. de S.; ALMEIDA, L. R. de. **O coordenador pedagógico e a formação centrada na escola**. São Paulo: Loyola, 2015.

A ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Helen Clara Keller Bortoletti¹

Aline Kubiak²

Lara Fabia Dalla Rosa³

INTRODUÇÃO

Observando o grande aumento de crianças com deficiência em classes regulares de ensino e a dificuldade de alguns professores de lidar diariamente com estes surgiu a necessidade de se entender como funcionam os métodos de alfabetização.

A criança é acima de tudo um ser pensante, sua deficiência não altera a necessidade da educação em sua vida e cabe a escola, fornecer este acesso de uma forma que entenda as dificuldades da criança e atenda de maneira plena garantindo sua formação.

Após uma revisão bibliográfica onde são apresentadas as principais ideias sobre alfabetização, educação especial, e como são os métodos de alfabetização de crianças com autismo, síndrome de down, deficiência intelectual e algumas maneiras tanto de incluir estes nas classes regulares quanto de adaptar materiais para que todas as crianças estejam em um mesmo nível em sala de aula, surge a presente discussão.

DIÁLOGOS INICIAIS

De acordo com Soares (1985) alfabetização não é uma habilidade, mas um conjunto de habilidades que exige uma articulação e integração dos estudos e pesquisas a respeito de suas diferentes facetas. Essas facetas referem-se, fundamentalmente, às perspectivas psicológica, psicolinguística, sociolinguística e propriamente linguística do processo.

Já para Freire (1985) a alfabetização não é um jogo de palavras; é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos (...) A alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra.

Assim, entende-se que a alfabetização é um conjunto de habilidades que vai se desenvolvendo desde a educação infantil, sua plena formação será de grande valor no futuro do educando, cabe ao professor desenvolver plenamente estas habilidades que serão de grande importância no decorrer de sua vida.

¹ Acadêmica do sexto semestre do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI ERECHIM.

² Acadêmica do sexto semestre do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI ERECHIM.

³ Acadêmica do sexto semestre do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI ERECHIM.

Nas palavras de Houaiss (2001) educação é “ato ou processo de educar adjetivando o termo tem-se como especial o fora do comum, fora de série, que tem um significado particular, que diz respeito a uma coisa ou pessoa em particular, individual.”

Conforme a LDB (1996) entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. [...] A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.” (BRASIL, 1996)

De acordo com o Pacto da Alfabetização na Idade Certa (2014) a Educação Especial é uma modalidade de ensino que atravessa toda a Educação Básica, não se caracterizando como um nível de ensino e nem substituindo a escolarização. Portanto, os alunos de que trata a Educação Especial devem estar regularmente matriculados e frequentando o ensino comum – o Ensino Fundamental, no nosso caso –, e recebendo uma complementação da escolarização nos Atendimentos Educacionais Especializados – AEE, ofertada no turno contrário. (BRASIL, 2014)

Então, é possível entender que Educação Especial é educar uma pessoa em particular, a educação especial não é caracterizada como um nível de ensino e nem é capaz de substituir a escolarização, ela é responsável por auxiliar o desenvolvimento escolar de crianças com deficiências e transtornos.

Para Praxedes e Carvalho (2021) A passagem da criança pelo processo de alfabetização modifica o seu próprio desenvolvimento, e sua cognição, e a introduz na sociedade da qual ela é produto, e para a qual ela deve ser formada. Esse processo tem uma imensa importância, sobre a qual discorrido nesse projeto com o objetivo de elencar a importância que é o processo de alfabetização na vida de qualquer indivíduo, seja para o processo de letramento, ou seja, no processo de potencializar a interação social tão necessária ao desenvolvimento humano

Nas palavras de Nunes e Schmidt (2019) sobre educação especial e autismo afirmam que “a escolarização de educandos com autismo em classes regulares tem se mostrado desafiadora, demandando do professor o conhecimento e a incorporação de estratégias interventivas que se mostrem eficazes.”

Já segundo Guebert (2013):

Para tanto, consideram que é preciso que o professor regente de classe tenha acesso a conhecimentos específicos sobre a deficiência e sobre as características delas decorrentes que podem interferir nos seus processos de aprendizagem, bem como do concurso de professor especializado que deveria ter como núcleo central de seu trabalho o apoio ao trabalho do professor regente no que diz respeito às modificações necessárias para adaptação de estratégias que embora adequadas para os alunos não deficientes, podem não sê-las para o aluno com deficiência.

Para Papim (2020) o papel do professor, no ensino e aprendizagem cultural, consiste em elaborar processos pedagógicos com instrumentos de mediação os quais precisam ser passados aos alunos, por meio de vivências, com o objetivo de refletir em suas consciências os significantes culturais compartilhados ao longo da ação pedagógica.

Para Silva e Outros (s/d) parece importante que os profissionais da área da educação, da saúde e pesquisadores se aprofundem no entendimento e construção de conhecimento em torno

de métodos e estratégias de alfabetização e aprendizagem da Língua Portuguesa apoiados no uso das tecnologias da informação, a fim de ampliar as possibilidades de intervenção e avaliação delas com crianças autistas.

Surge assim a necessidade de as escolas investirem em formações que possibilitem o desenvolvimento do docente visando o aumento de alunos com diversas deficiências e transtornos do desenvolvimento nos últimos anos.

De acordo com Biazus e Rieder (2019) a educação inclusiva deve ser parte integrante de um sistema educacional, permitir flexibilidade e adaptação curriculares para alunos com NEEs.

Nas palavras de Silva (2017) Não se deve subestimar a capacidade de aprendizagem do aluno. Em razão do atraso no desenvolvimento a criança pode demorar mais para aprender. Todavia, irá aprender.

Garcia (2018) entende que a alfabetização de um indivíduo não é construída exclusivamente por meio de apenas um método ou ferramenta, e sim por meio de diferentes conjuntos de atividades, métodos, ambientes e ferramentas.

Mesmo tendo dificuldades na aprendizagem o educando é acima de tudo um ser humano, e deve ser educado igual todos os outros, não é por que o processo pode ser mais lento que ele não será eficaz e não terá um valor significativo para a criança, é desafiador? Sim, pode ser cansativo? Muito, mas devemos cumprir nosso papel na educação formando cidadãos capazes de exercer na sociedade.

A alfabetização de crianças da Educação Especial em classes regulares tem se mostrado desafiadora e até exaustiva para alguns docentes, alfabetizar um aluno de maneira diferente dos outros vinte ou trinta é algo que exige muito estudo e preparo. Embora muitos sejam os debates sobre quais métodos são mais eficazes e como incluir estes alunos no cotidiano pouco é visto da verdadeira prática.

Soares e Outros (2017) dizem que a criança com TEA pode sim ser alfabetizada dentro do ensino regular, desde que seja de forma gradativa, com uma metodologia vivenciada atendendo suas necessidades. Percebe-se também que as crianças que o autista se relaciona entendem como é seu comportamento e mesmo assim procuram participar das atividades onde ele está sempre o respeitando e procurando fazer parte da sua vida como os demais colegas da sala.

Conforme Moura (2021) deve-se olhar sempre o potencial destes alunos, ao invés de focar sua deficiência, além de poder contar com o apoio dos pais, de outros profissionais da área da saúde e da equipe gestora escolar, buscando romper com aquele modelo tradicional de ensino, refletindo do como e o quê ensinar visando apropriação dos diferentes conhecimentos por eles. Socializar é importante, mas só isso não basta.

Para Lima (2020) O sistema educacional tem estrutura, recursos e condições de promover o ensino e o aprendizado de forma inclusiva quando olha para o sujeito antes de enxergar o autismo.

De acordo com Lemes (2018)

Ao incluir alunos com SD na escola, devemos lembrar que o objetivo principal não é o cumprimento da lei, mas fornecer ao aluno a verdadeira inclusão, de forma que esse aluno venha estar sentindo-se protegido e incluso, pois essas atitudes certamente facilitarão no desenvolvimento global do aluno. A adaptação do aluno de inclusão em sala de aula não é deixar ele fazer o que ele quer, mas sim propor atividades que ele consiga fazer através de sua

capacidade superando suas limitações. Cada aluno tem seu tempo de aprender e com o aluno de Síndrome de Down não é diferente, cada um desenvolve de um modo e em uma velocidade

Inclusão é algo que vem se falando muito ao longo destes anos, mas isto não deve ser feito apenas por estar na lei, mas sim para auxiliar no desenvolvimento da criança. Deixar o aluno em um canto, sem dar significado ao seu aprendizado não é incluir, a inclusão se dá quando, mesmo apesar da deficiência ou do transtorno, a criança aprende o mesmo que seus colegas, mesmo que seja em material adaptado.

Lidar com alunos com deficiências e transtornos muda o cotidiano de uma sala, saber como inclui-los nas atividades diárias também é uma grande tarefa, montar materiais adaptados que ensinam a mesma coisa, mas de maneira diferente exige muito dos docentes, muitas turmas não possuem nem um bi docente para auxiliar o trabalho do dia a dia. Muito se fala sobre a inclusão, mas pouco se faz para que ela ocorra.

Nas palavras de Ziviani (2021) no cotidiano escolar é importante que exista uma rede de apoio para que a professora, o professor, tenham condições concretas de atuar. No caminho da inclusão escolar, não se pode seguir sozinho. As famílias e as equipes transdisciplinares são fundamentais para garantir um trabalho ainda mais efetivo com as crianças com autismo. A educação na perspectiva inclusiva é um desafio cotidiano, para todos os que são envolvidos com o processo de educação. Quando o assunto é alfabetização, esse desafio fica ainda mais exposto.

Cruz (2022) diz que a alfabetização de crianças com TEA é possível, entretanto, é preciso um conjunto de situações. Tais condições específicas envolvem conhecimento prévio docente do Transtorno Espectro Autista, bem como do estudante e suas especificidades biológicas e familiares. Além disso, os recursos e as metodologias assistivas são relevantes, associadas à aproximação positiva entre família e escola. Finalizando, o movimento social de aceitação e de sentimentos que acolham o estudante com TEA são aspectos fundamentais e que auxiliam na alfabetização dessas crianças, promovendo o desenvolvimento pela aquisição da leitura e da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolarização de criança com deficiência e transtornos do desenvolvimento é algo que tem se mostrado muito desafiador, poucas são as escolas que se encontram preparadas para receber e atendê-las completamente. Embora nos últimos anos tenham aumentado os números de crianças que necessitem de atendimento especializado poucas foram as escolas que se preparam para a inclusão.

Em muitas escolas vemos que as crianças com deficiências e transtornos ficam jogadas em um canto da sala, sem a possibilidade de aprender o mesmo que seus colegas, ao mesmo tempo que eles. A falta de preparo, tanto dos professores quanto da própria escola prejudica a aprendizagem destas crianças, é seu direito aprender o mesmo que seus colegas mesmo que seja de uma forma diferente do de sua turma.

É importante adaptar os materiais caso necessário para garantir que nada seja deixado de lado, a fase da alfabetização principalmente, não podemos permitir que estes alunos terminem a sua formação sem estarem alfabetizados.

Dentro deste contexto acreditamos que seja possível que em pouco tempo os professores estejam mais preparados para receber crianças que necessitem de mais atenção. Basta um maior investimento das instituições em cursos de formação continuada que auxiliem diretamente nestes aspectos.

REFERÊNCIAS

CRUZ, S. A. P. **Educação inclusiva e autismo: teoria e prática para o processo de alfabetização**. 2022. 17 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro Universitário Internacional Uninter, Rio de Janeiro, 2022.

FREIRE, P. As muitas facetas da alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 19-24, fev. 1985.

GUEBERT, M. C. C. **Alfabetização de alunos com deficiência intelectual: um estudo sobre estratégias de ensino utilizadas no ensino regular**. 2013. 121 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

HOUAISS. J. **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo. 2014.

LEMES, N. de P. **Alfabetização do aluno com síndrome de down através de jogos e brincadeiras**. 2018. 16 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Centro Universitário do Sul de Minas, Varginha, 2018.

LIMA, A. X. de. **Desafios da inclusão: alfabetização de alunos com transtorno do espectro autista (TEA)**. 2020. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Santo Amaro, São Paulo, 2020.

NUNES, D. R. P.; SCHMIDT, C. Educação especial e autismo: das práticas baseadas em evidências à escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 173, p. 84-104, jul./set. 2019. <https://doi.org/10.1590/198053145494>

PAPIM, A. A. P. **Desenvolvimento e aplicação de software pedagógico para a alfabetização de alunos público-alvo da educação especial**. 2020. 12 f. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020.

PRAXEDES, L. C.; CARVALHO, A. D. F. **O processo de alfabetização de criança com espectro autista no ensino regular: um estudo exploratório**. 2021. 14 f. Caraúbas, 2021.

SILVA, D. S. A. R. da. **Alfabetização das crianças síndrome de down: inclusão possível**. 2017. 50 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação, Universidade Candido Mendes / AvM, Niterói, 2017.

SILVA, C. B. da *et al.* **Educação especial, transtorno do espectro autista e multimodalidade**: uma análise do processo de alfabetização. s/d. 11 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado, Universidade Federal do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro, Rio de Janeiro, s/d.

SOARES, M. B. **Alfabetização e letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

ZIVIANI, B. N. **O processo de alfabetização de crianças com autismo**: o que nos dizem as professoras? 2021. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Faculdades Doctum de Serra, Serra, 2021.

LUDICIDADE NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS

Lara Fabia Dalla Rosa¹

Helen Clara Keller Bortoletti²

Aline Kubiak³

INTRODUÇÃO

A alfabetização de crianças nos anos iniciais de forma lúdica está ganhando espaço no setor educacional. Ensinar através da ludicidade é trabalhar as informações atribuindo-as um novo sentido e significado. Ao inserir o lúdico no processo de alfabetização está se promovendo um momento diferente ao aluno que pode despertá-lo ao conhecimento e a um maior aprendizado.

O presente artigo tem por objetivo principal refletir sobre o uso da ludicidade no processo de alfabetização de crianças nos anos iniciais no período do ensino fundamental. Acredita-se que por meio da ludicidade é possível construir o desenvolvimento da criatividade, da inteligência e de habilidades necessárias para autonomia da criança no processo do aprender.

Possui como base bibliográfica os autores Luckesi (2005), Morais e Albuquerque (2007), Almeida (2013) que são considerados autores da área da educação e fazem a descrição sobre a importância da ludicidade e a valorização do ensino pelo lúdico.

Por fim, pode-se entender que é função do professor, buscar meios para tornar os momentos de aprendizagens interessantes e prazerosos com a preocupação de como se dará a alfabetização. Seja por meio de jogos ou de brincadeira, o importante é que desperte o interesse e atenção da criança.

FALANDO DE LUDICIDADE

Conforme Luckesi (2005, p.02):

Tomando por base os escritos, as falas e os debates, que tem se desenvolvido em torno do que é lúdico, tenho tido a tendência em definir a atividade lúdica como aquela que propicia a plenitude da experiência. Comumente se pensa que uma atividade lúdica é uma atividade divertida. Poderá

¹ Acadêmica do sexto semestre do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim/RS

² Acadêmica do sexto semestre do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim/RS

³ Acadêmica do sexto semestre do curso de Pedagogia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Erechim/RS

sê-la ou não. O que mais caracteriza a ludicidade é a experiência de plenitude que ela possibilita a quem a vivencia em seus atos.

Alexandre (2019, p.17) parafraseando Kishimoto (1994), e Almeida (2013) os quais citam o lúdico como uma ferramenta importante de aprendizagem, e abordam a importância dos jogos no desenvolvimento da criança. Para Kishimoto, o uso de brinquedos e jogo educativo com fins pedagógicos são importantes instrumentos para situações de ensino aprendizagem e de desenvolvimento infantil. Contudo para Almeida (2013), o lúdico estimula a busca da aprendizagem e permite a ação interativa e social, fazendo com que os alunos assimilem valores e desenvolva uma relação afetiva com o professor.

Diante do exposto considera-se a ludicidade como indispensável no processo de ensino e deve ser colocada em prática como uma maneira de enriquecer e desenvolver o intelecto dos alunos. Os jogos devem ser utilizados de forma convincente para que ocorra a assimilação das realidades sendo a partir disso que o aluno adquire conhecimento, aprende e se desenvolve. Segundo Piaget (1989, p.54) “O jogo simbólico pode servir ainda para liquidação de conflitos, mas também para a compensação de necessidades não satisfeitas, para a inversão de papéis (obediência e autoridade), para liberação e extensão do eu etc.”.

CONCEPÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO

A palavra alfabetização é compreendida com a aquisição da leitura e da escrita através da codificação e decodificação do alfabeto. É um processo complexo e multifacetado, pois o sujeito utiliza muitos outros aspectos relacionados à linguagem, como por exemplo, o de ser o responsável pela sua própria educação e de desenvolver a autonomia para formação cidadã.

Morais e Albuquerque (2007, p.15) definem alfabetização como sendo:

Alfabetização – processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é do conjunto de técnicas – procedimentos habilidades - necessárias para a prática de leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético ortográfico).

Sumarizando, a alfabetização é um período muito fundamental na formação escolar de uma criança e necessário em seu processo de aprendizagem. O seu início se dá antes mesmo da escolarização e segundo Cruz (2007, p.1) “... é na escola que a criança tem acesso, de forma sistemática, ao ensino do sistema de notação alfabética (SNA), da leitura e da escrita”.

NOÇÕES PRELIMINARES SOBRE CRIANÇA

Ademais o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos”.

Sob a mesma perspectiva, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI destaca que:

A criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. [...] As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos (BRASIL, 1998, p. 21).

DEFINIÇÃO SOBRE ANOS INICIAIS

A educação básica brasileira é composta por categorias de ensino para cada faixa etária de estudantes. Essa composição se dá pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A etapa do ensino fundamental é subdividida em anos iniciais e anos finais.

Os anos iniciais é a etapa que marca a saída da criança da educação infantil. Esse período é constituído por cinco anos letivos (1º ano ao 5º ano) e a faixa etária das crianças deve ser de 6 a 10 anos de idade.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017):

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos.

É nos anos iniciais que vivencia-se e pratica-se as atividades lúdicas as quais favorecem todo o desenvolvimento da criança, tanto o físico como o motor e o social. É nesse período que se inicia o processo de alfabetização dos estudantes, além de consolidar as aprendizagens anteriores.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018, p. 58)

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. Nesse período da vida, as crianças estão vivendo mudanças importantes em seu processo de desenvolvimento que repercutem em suas relações consigo mesmas, com os outros e com o mundo." (BNCC, 2018, p. 58)

DESAFIOS DA LUDICIDADE NA ALFABETIZAÇÃO

Atualmente, uma das grandes preocupações é de que as escolas estão apenas alfabetizando as crianças, esquecendo-se de ensiná-las o porquê e a importância do ler e do escrever, o que acaba acarretando o processo em sua totalidade.

Aguiar (1998, s.p) relata que:

O fato é que muitas tarefas escolares, do modo como são propostas, são desagradáveis para as crianças. Algumas razões para isso é que o tempo de sua realização é excessivo ou insuficiente. As instruções ou orientações para seu fazer são pouco claras, as tarefas são complicadas, formuladas de forma indireta e confusa. Além disso, os conteúdos são repetitivos e a formulação é irregular e sem sentido para a criança.

No processo de alfabetização o professor deve desenvolver atividades lúdicas com o objetivo de proporcionar aos alunos um interesse pelas atividades estimulando o desenvolvimento da autonomia e da aprendizagem.

A ludicidade nesse meio termo serve para fortalecer o processo de alfabetização, levando em consideração a sua enorme contribuição nas várias formas de ensino. Em um de seus relatos Piaget (1998, p.101) diz que “a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável á prática educativa”. A partir dessa afirmação fica evidente a necessidade de se trabalhar com a ludicidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A LUDICIDADE NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NOS ANOS INICIAIS

Santos (2014) ao pesquisar sobre “A ludicidade na alfabetização: perspectivas e possibilidades de novas aprendizagens” afirma que o desenvolvimento humano deve ser entendido como uma construção formada pelas relações que o indivíduo faz com o outro e com o mundo. Nesta perspectiva a aprendizagem acontece por meio de uma interação social juntamente com as oportunidades de experiências que o sujeito vivencia. Nesse sentido, a elaboração de uma metodologia lúdica poderá garantir que a criança desenvolva suas habilidades, tornando-se capaz de imaginar, criar e transformar informação em conhecimento.

Ainda coloca que aplicar atividades lúdicas na sala de aula é muito importante na educação, pois a criança precisa sentir prazer pelo aprender. O lúdico promove ao ambiente escolar uma harmonia entre o fazer pedagógico e a aprendizagem, pois organiza o processo de ensino e aprendizagem em uma rotina mais gostosa e interessante para a criança. O papel do professor como mediador nesse processo de construção de conhecimento através dos jogos e das brincadeiras é muito significativo, por isso é de suma importância que ele esteja preparado e comprometido com essa educação, pois dessa forma a criança reconhecer o ambiente escolar como um espaço de experimentação e concretização de conhecimento.

Lima (2020) em “o lúdico como aliado na alfabetização e letramento” declara que a ludicidade pode auxiliar, principalmente, nos processos que contemplam as técnicas de

aprender e letrar na primeira base da educação básica. Os exercícios lúdicos estimulam e motivam a criança-aprendiz a pensar. Isso a torna capaz de se envolver, de forma mais ativa, com o seu processo de aprendizagem, estando mais aberta a novas abordagens. Amplia, então, quando possui uma mentalidade mais aberta, o seu raciocínio lógico, as suas habilidades, o seu pensamento e a sua criatividade. O ato de usar o brincar para se comunicar e aprender, ao mesmo tempo, é fundamental para que as várias dimensões que dão forma a essa criança possam ser desenvolvidas.

Em sua pesquisa Marques (2019) destaca “a ludicidade na alfabetização: o lúdico como recurso metodológico estratégico para o processo de aprendizagem” em que pode-se evidenciar o quanto é rica a prática da ludicidade no meio alfabético, podendo proporcionar ao aluno, interação, socialização e a construção do conhecimento, por meio da realidade a qual vivencia, logo o lúdico é considerado um instrumento capaz de promover o desenvolvimento e estimular uma aprendizagem eficaz e significativa. Utilizando a ludicidade é possível fazer com que o aluno compreenda o brincar com outra visão, entendendo a dimensão da brincadeira e do jogo para se aprender enquanto brinca, uma vez que ajuda no emocional, social, afetivo e intelectual, motivando o pensamento e o raciocínio lógico, fazendo com que o conhecimento não seja apenas transmitido pelo professor e sim construído pelo próprio aluno por meio do lúdico. Desenvolvendo a atividade lúdica, o aluno pode também deparar-se com desafios, precisando criar hipóteses ou estratégias para alcançar o objetivo traçado pela brincadeira ou jogo. Nesse momento, é fundamental que o professor tenha em mente, desde a elaboração da atividade, que isso poderá ocorrer, para que fique disposto a prestar auxílio da melhor maneira possível sem que haja desistência da dinâmica.

Leicht (2019) em sua análise referente ao “lúdico e sua abordagem nos anos iniciais do ensino fundamental” salienta que a ludicidade faz parte da vida de todos, independentemente se crianças ou adultos. Ela está presente nas mais simples tarefas cotidianas tanto quanto nas complexas. A ludicidade ajuda a desenvolver o ser humano, sua criatividade, seu raciocínio, seu pensamento. Ao lidarmos de maneira lúdica com as crianças em sala de aula, podemos ter resultados extraordinários, exigindo do professor apenas disposição em utilizar esta ferramenta de ensino para ensinar, e da criança, para aprender.

Ao descrever sobre “a contribuição do lúdico no processo de alfabetização infantil”, Carvalho (2015) fomenta que atualmente ainda existem professores que se recusam a utilizar o lúdico como recurso pedagógico e apresentam suas aulas regidas pelo tradicionalismo, o que acaba por desmotivar os alunos, e, conseqüentemente, aumentar as estatísticas do fracasso escolar. O serviço de orientação pedagógica é um grande aliado quanto à inserção de condutas lúdicas por parte dos professores, uma vez que o orientador pedagógico assume o papel de mediador tanto na construção do planejamento individual de cada professor, quanto nas intervenções com fins de amenizar possíveis dificuldades por parte dos alunos, sejam elas de aprendizagem cognitivas, afetivas, motoras ou sociais.

Acrescenta-se ainda que a educação lúdica parte do princípio de que ensinar não se trata apenas de ensinar a ler, escrever e resolver problemas matemáticos, mas de atender às necessidades do desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe o pleno desenvolvimento de sua personalidade. Para que isto ocorra, se faz necessário que a escola esteja atenta quanto à importância do uso dos brinquedos, dos jogos, e das brincadeiras, pois são eles os principais agentes de socialização e desenvolvimento infantil em sua totalidade. Ao processo de alfabetização a ludicidade fornece ferramentas de incentivo e exploração do sistema de escrita e de leitura, proporcionando atividades dinâmicas, construtivas e que estabelecem conexões com o cotidiano da criança, pois o brinquedo e a brincadeira, assim como os jogos fazem parte

da realidade de cada criança, e devem ser aliados da escola, e não enxergados como meros objetos de recreação.

Oliveira (2021) ao descrever sobre “a brincadeira e a ludicidade como recursos de aprendizagem” afirma que uma das maiores preocupações da escola é desenvolver uma aprendizagem significativa e de resultados que possibilite ao aluno sentir prazer naquilo que faz e que estar inserido, para isso necessita-se de profissionais bem qualificados e compatíveis com esta prática. É preciso transformar a escola e torná-la um espaço de alegria e prazer intelectual e de satisfação. Por meio dos jogos e brincadeiras, a criança aprende a controlar os seus impulsos, a esperar, respeitar regras, aumenta sua autoestima e independência, servindo também para aliviar tensões e diminuir frustrações, pois através do brincar a criança reproduz situações vividas no seu habitual, reelaborando através dos faz de conta.

Salientando ainda, o uso das brincadeiras e dos jogos no espaço escolar faz com que a criança desenvolva uma diversidade de conhecimento de forma prazerosa. As ações metodológicas que envolvem o lúdico são uma das ferramentas que propiciam uma gama de oportunidades, cabe à responsabilidade do professor fazer com que seus alunos se interessem pelo vasto mundo ao qual estão inseridos, e que possam ter visões diferentes através de jogos e brincadeiras para que possam alcançar seus sonhos, quebrando barreiras e desenvolvendo seu cognitivo que é explorado tão abertamente através do lúdico.

Chochel (2016) em sua pesquisa relacionada “a importância da inserção do lúdico no processo de alfabetização e letramento” retrata que a proposta de um ensino com práticas pedagógicas diferenciadas, neste caso o lúdico, amenizam as possíveis falhas no processo da aquisição de novos conhecimentos, contribuindo para que o aluno se identifique como sujeito ativo no ambiente em que convive, compreendendo a função social da leitura e da escrita em seu dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada, pode-se perceber a importância da aplicação da ludicidade no processo de alfabetização de crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, reafirmo a importância do lúdico na alfabetização de forma a extrapolar o tradicionalismo em sala de aula.

O termo ludicidade é algo que deve ser pensado e precisa ser mais valorizado dentro das escolas pelos professores e gestores através de formações continuadas, cursos de aprofundamentos, entre outros meios possíveis e disponíveis de conhecimento para uma transformação no ensino-aprendizagem.

Ao professor que desenvolvem o trabalho de alfabetização fica a incumbência de reformular seus planos de aula e adotar a ferramenta da ludicidade, ou seja, o trabalho lúdico em sua sala de aula com os seus alunos. As crianças devem ter a oportunidade de praticar jogos e brincadeiras de forma a aprimorar os seus conhecimentos sobre determinada situação proposta pelo professor com o intuito de que sintam prazer em estar na escola e em aprender.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J.S. **Educação**: jogos para o ensino de conceitos. Campinas, Papirus. 1998.
- ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica**: Teorias e práticas. São Paulo: Loyola, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. BRASIL.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13/7/90.
- CRUZ, M. do C. S. **Práticas de leitura e escrita no 1º ciclo**: desafios do alfabetizar letrando. Brasil: GT10 – Alfabetização, Leitura e Escrita, 2007.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 9. ed., São Paulo: Cortez, 1994.
- LIMA, A. F. REINERT JÚNIOR, A J.. O lúdico como aliado na alfabetização e letramento. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 03, Vol. 08, pp. 05-13. Março de 2020. ISSN: 2448-0959. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/pedagogia/ludico-como-aliado>
- LUCKESI, C. C. **Ludicidade e experiências lúdicas**: uma abordagem a partir da experiência interna. In: PORTO, Bernadete de Souza (Org.). Educação e Ludicidade – Ensaios 02, GEPEL/FACED/ UFBA, 2002, p. 22-60. Disponível em: www.luckesi.com.br.
- PIAGET, J., **A Psicologia da Criança**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- PIAGET, J. A. **A psicologia da criança**. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo. Contexto, 2017. *E-book*

RELATO DE ESCUTA ATIVA E PRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monica Rossetto¹

INTRODUÇÃO

A escuta ativa vem de encontro também com o olhar, mas não o olhar por olhar e nem ouvir por ouvir, tudo isso tem a necessidade de estar atento aos pequenos detalhes, saber entender e compreender o que as crianças estão querendo nos dizer, as vezes com pouquíssimas palavras eles nos dizem muito, mas para isso o professor tem que se dispor a entender o outro, ou seja, a criança.

Hoje em dia, a sala de aula não é mais um local de fala exclusiva do professor, e sim de escutar o aluno. Isto não significa que o aluno irá fazer tudo que bem entender sem regras ou limites. Mas, abrir espaço para uma comunicação autêntica valoriza a relação entre professor e aluno.

Trabalhar com escuta ativa na educação infantil, tem como objetivo desarmar eventuais obstáculos de comunicação, é uma ferramenta que tem como princípio o diálogo, a aprendizagem e o desenvolvimento emocional, mas para esta escuta torna-se real, o adulto deve se doar o máximo, saber compreender, e como proceder. É uma atitude que demanda disponibilidade de tempo, afeto e muita atenção, criando assim, uma relação de confiança.

Este trabalho tem como objetivo conceituar a escuta ativa na educação infantil e apresentar um projeto desenvolvido por um aluno por meio do mesmo.

CONCEITUANDO A ESCUTA ATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Dar voz, observar, perceber, favorecer a autonomia, considerar, são verbos relacionados ao que se denomina escuta ativa na educação infantil. A criança é um sujeito de direitos, ou seja, todos os verbos acima citados fazem parte de uma preocupação, de reconhecer a criança como indivíduo pleno.

A escola é um local em que a criança convive diariamente e traz consigo uma bagagem de vida. Bagagem esta, que poderá estar nutrida de vivências e experiências que poderá vir a somar no contexto de sala de aula.

Aí vem o papel fundamental do professor falando em escuta ativa ou escuta sensível, aprender a aquietar-se e dar ouvidos aos alunos. As crianças nos trazem sabedorias inusitadas.

¹ Professora da Rede Municipal de Ipiranga do Sul. Formada em Pedagogia pela FAEL. Pós-Graduada em Psicopedagogia pela FAVENI. *E-mail*: prof.monica@djb.ipirangadosul.rs.gov.br

Deste modo, não é importante somente o conteúdo a ser ministrado, mas sim, analisar todos os aspectos da vida da criança para que permitam estar saudável emocionalmente e fisicamente.

Esta escuta voltada em atender as demandas das crianças tem sido a melhor forma de conhecer as crianças e suas necessidades, assim construindo uma Pedagogia voltada para a infância. Concordante a Pedagogia de Ristow (2012):

À medida que professores e gestores se convencem de que é possível "escutar as crianças", mudam-se os modos de atender e de desenvolver as práticas educativas. Assim, a prática educativa e a relação entre professor/criança/família muda. A criança é respeitada, aprende melhor, gosta de frequentar a escola e as famílias se sentem acolhidas e participativas de todo o processo. (Revista online).

É preciso ter consciência que no ambiente escolar existe mais que um ser a ser ensinado. Mas levar em consideração que são seres com sentimentos, costumes, opiniões, gostos e hábitos particulares, tudo isso é de extrema importância.

Compreender suas particularidades dando atenção a criança é uma forma descomplicada para o sucesso no processo de ensino aprendizagem.

Resume-se que é indispensável a importância de exercitar a empatia por meio da escuta ativa por parte do adulto. É saber ouvir e falar no sentido apenas de acolher o que ela tem a nos dizer, em vez de dar palpites que ela não quer ouvir.

Para isso, é importante cativar a confiança das crianças, sendo estes respeitados e com participação ativa no processo de aprendizagem, o adulto ao demonstrar atenção e sensibilidade ao ouvir a criança, este produzirá uma real evolução de sua autonomia.

A aula poderá ser mudada, o planejamento deverá ser flexível, pois deve-se trabalhar os interesses das crianças, e para isso, entende-se que é fundamental a escuta ativa. De nada adianta preparar uma aula "engessada" que não seja atraente para ela (a criança), entende-se que se fugir de seu interesse, não terá aproveitamento nenhum, você não irá conseguir prender a atenção deles na sua aula.

Ouvir as crianças vai muito além do ouvido, pois elas se expressam o tempo todo. É reconhecer que elas falam por gestos, posturas, atitudes e também silêncios. Desta forma pode-se dizer que as crianças não falam somente com a boca, mas transmitem o que querem dizer de outras formas.

O diálogo nos proporciona uma construção de conhecimento, ao interagir com diferentes formas de pensar e agir, nos possibilita a reflexão sobre nossos pensamentos, sendo assim, a partir da socialização com diferentes práticas nos levam a provocar uma transformação.

Observa-se que a escuta ativa na educação infantil traz uma série de benefícios sendo a criança o centro das atenções, abaixo segue alguns exemplos:

- Sentir-se valorizada e respeitada;
- Aprender a escutar o outro;
- Relacionar-se melhor socialmente;
- Aperfeiçoar habilidades de tomar decisões;
- Reconhecer a autoridade sem receio de expressar suas emoções;

- Desenvolver a empatia desde pequeno;

As rodas de conversa proporcionam momentos de fala e escuta. Quando escuta-se o outro, coloca-se também no lugar de sujeitos aprendentes, assim possibilitando exercitar o pensar. Ao ouvir, não quer dizer que concordamos com tudo, mas nos proporciona colocar-se no lugar do próximo e a partir disto dialogar com diferentes experiências. Assim enriquecendo o conhecimento.

Friedmann (2019), destaca:

Escutar crianças tem a ver com postura e mudança de atitude daquele que escuta; tem a ver com compreender que cada criança apresenta um repertório próprio, interesses, necessidades e potenciais únicos. Abrir-se para entender então que, nós adultos, podemos aprender e nos surpreendemos com elas.

É notório que as escolas que trabalham com essa abordagem pedagógica da escuta sensível tornam-se ainda mais transformadora e atraente por acreditar na capacidade de aprender e pensar de cada criança. Por consequência de não existir as disciplinas formais, todas as atividades pedagógicas acontecem por meio de projetos, que no entanto, necessita ter um planejamento anterior com a participação das crianças e o professor neste caso será o mediador que acompanhará todo o processo de criação. Esta relação interativa entre ambos deve ocorrer por meio de uma parceria, na qual, os envolvimento e interesses sejam respeitados para alcançar um objetivo comum: o saber.

PROJETO DESENVOLVIDO POR MEIO DA ESCUTA ATIVA

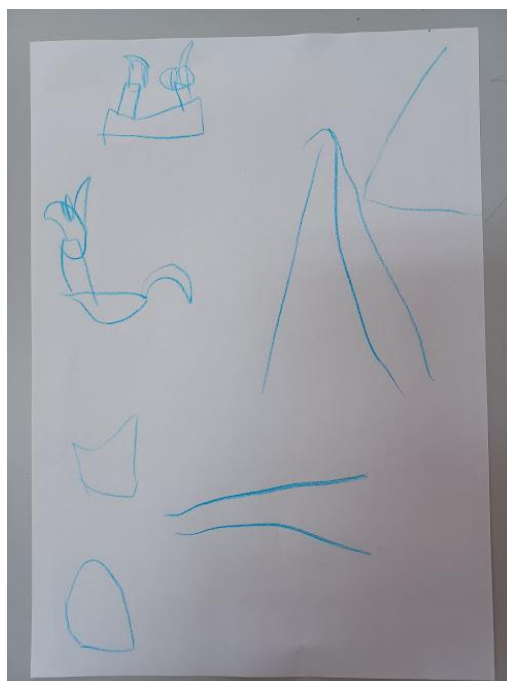
Certa manhã, uma criança do turno integral, chega na sala com uma ideia, todo entusiasmado queria que todos prestassem atenção nele, então decide-se fazer uma roda para que ele pudesse nos contar, foi aí que ele solicitou um canetão para quadro branco, para que ao mesmo tempo que explicasse, também poderia já ir desenhando no mural, como pode ser observado na imagem abaixo (figura 1), o aluno montou um projeto de um parquinho em sala de aula com piquenique, ao terminar de projetar foi combinado que no dia seguinte dar-se-á início a construção do parque conforme seu desenho, mas fui surpreendida mais uma vez com ele aluno, foi aí que ele me disse que precisaria passar este desenho para meu diário, pois como estas canetas não são com tinta permanente, alguém poderia apagar e ele ficaria sem o projeto, a imagem pode ser observada na figura 2.

Figura 1- Desenhando o projeto



Fonte: Monica Rossetto, 2022

Figura 2 - Projeto pronto passado para folha A4 e fixado no diário de classe da professora



Fonte: Monica Rossetto, 2022

No dia seguinte, a criança chega na escola todo ansioso, então naquele dia mesmo foi possível montar o parque, com a cooperação de todos da sala puderam montar e se divertir, o aluno cuidou cada detalhe para que ficasse como o planejado, ao terminar, solicitou que eu pedisse para coordenação e direção que viessem ver sua construção. Logo atenderam o pedido dele, ao chegarem na sala, o aluno apresentou seu projeto e recebeu muitos elogios pela sua atitude e desempenho.

Após tudo pronto, a criança estava encantada, acredito que estava impressionada com ela mesma, por ter conseguido desenvolver tudo isso, desde o projeto que estava apenas no papel, até a concretização do parquinho com piquenique, foi um dia muito produtivo, aproveitaram o máximo e brincaram muito. Como pode ser observado nas imagens abaixo (figura 3, 4 e 5).

Figura 3 - Descendo pelo escorregador, projeto pronto



Fonte: Monica Rossetto, 2022

Figura 4 - Demonstração do piquenique



Fonte: Monica Rossetto, 2022

Figura 5 - Passando pelo minhocão



Fonte: Monica Rossetto, 2022

Mas este projeto para por aí? Certo que dar-se-á continuidade, agora avançando ainda mais nas imaginações e criações, no decorrer dos dias vão surgindo mais ideias, uma delas é fazer uma gangorra. E agora, como será feito? A partir de uma roda de conversa será decidido como será a melhor forma e que materiais usar, ouvir as magníficas ideias e assim dar sequência a este maravilhoso projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da escuta sensível ou escuta ativa, pode-se concluir que, a criança quando lança uma ideia e que é ouvida ela ganha força para alavancar na sua aprendizagem, poder contribuir em sala de aula para uma criança é magnífico, pois elas sentem-se definitivamente parte da escola, integram-se totalmente, é algo que desperta muitas emoções, até mesmo nas professoras.

A escuta ativa, só tem a favorecer tanto criança e a família quanto o professor, pois deste modo, é possível proporcionar confiança embasada na afetividade e liberdade. A afetividade na relação aluno/professor tem grandes significados no processo de ensino-aprendizagem, o docente deverá considerar todo o contexto daquela criança, e a partir de seus conhecimentos, aprimorá-los ainda mais e facilitar o processo de construção da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ELISABET, R. Arte de ouvir: depoimento. **Revista online**. Entrevista concedida a Projetos escolares creches. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2012/01/EntrevistaElisabet.pdf>. Acesso em: 09 de setembro de 2022 <https://petpedagogia.ufba.br/pedagogia-da-escuta-na-educacao-infantil>

FRIEDMANN. Publicado em: 19.02.2019 por Renata Penzani <https://lunetas.com.br/escuta-infantil/#menu>.

PENZANI, R. **Muito além do ouvido**: o que é efetivamente escutar uma criança? Disponível em :<https://lunetas.com.br/escuta-infantil/?fbclid=IwAR1rZw6viLQYQpZ4O5zCruYGFdObTTNNgEDzzzjjiOzQ0QJj9lxOJ9kBkc> Acesso: 22 jul. /2022.